



UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE DIREITO

**UMA ABORDAGEM NO FEMININO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS:
O PAPEL DA MULHER NOS CONFLITOS**

MESTRADO EM CIÊNCIAS JURÍDICO - INTERNACIONAIS

AUTOR

ANNE PAIVA DE ALENCAR

PROFESSOR ORIENTADOR

PROF. DOUTORA ISABEL MARIA BANOND DE ALMEIDA

2016

ANNE PAIVA DE ALENCAR

**UMA ABORDAGEM NO FEMININO DAS RELAÇÕES
INTERNACIONAIS: O PAPEL DA MULHER NOS
CONFLITOS**

Dissertação de mestrado apresentada ao Gabinete de Estudos Pós-Graduados da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Direito.

Área de concentração: História das Relações Internacionais

ORIENTADORA: Professora Doutora Isabel Maria Banond de Almeida

Lisboa

2016

ANNE PAIVA DE ALENCAR

**UMA ABORDAGEM NO FEMININO DAS RELAÇÕES
INTERNACIONAIS: O PAPEL DA MULHER NOS
CONFLITOS**

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do título de Mestre em Direito e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Orientadora: _____

Professora Doutora Isabel Maria Banond de Almeida

Banca Examinadora:

Prof. Dr. _____

Prof. Dr. _____

Prof. Dr. _____

Coordenador do Gabinete de Estudos Pós Graduados:

Prof. Dr. _____

Lisboa, _____.

Dedico esta dissertação às mulheres da minha vida: minha mãe, meu maior exemplo e amiga. Minha irmã, minha companheira e confidente. Minha avó e minha madrinha, dois modelos de perseverança. Por fim, dedico à minha filha Ana Clara (*in memoriam*) que, embora não presente fisicamente, me faz sonhar com um mundo melhor.

Porque eu sou uma mulher, tenho que fazer esforços incomuns para ter sucesso. Se eu falhar, ninguém vai dizer: «Ela não tem o que é preciso». Eles vão dizer: «As mulheres não têm o que é preciso».

(Clare Boothe Luce)

AGRADECIMENTOS

A realização de um Curso de Mestrado, em especial com mestres e funcionários tão atenciosos em uma instituição tão conceituada, é um sonho concretizado. Agradeço, em primeiro lugar, a todos os portugueses pela acolhida em seu lar. Agradeço a toda a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, inclusive aos funcionários e professores, pelos quais sempre fui bem tratada e bem orientada. Agradeço, em especial, a minha orientadora, a Professora Doutora Isabel Banond, pelas aulas magníficas e extremamente instrutivas, que me encheram de curiosidade pelo tema das Relações Internacionais e, em especial, pelas mulheres nas relações internacionais. Agradeço, ainda, a todos os amigos e conhecidos em Lisboa, que compartilharam comigo a realização de um sonho. Cumprimento, também, todos os meus amigos e familiares no Brasil pelo apoio nesta jornada. Por fim, agradeço a Deus pela oportunidade de me dedicar ao direito internacional e às relações internacionais, temas tão instigantes quanto necessários para o direito atual.

Lisboa, 2016.

RESUMO

A presente tese versa a respeito das variadas figuras que a mulher pode representar nas relações internacionais tanto pacíficas quanto conflituosas. Tem como objetivo primordial definir em quais papéis a mulher pode atuar quando da resolução de conflitos. Para alcançar uma resposta satisfatória, analisa previamente determinadas questões. Dentre elas, investiga inicialmente a história das mulheres e seu papel na sociedade, com início no ano 4000 a.C., até o tempo atual. No segundo capítulo, verifica o histórico do movimento feminista e a evolução dos direitos das mulheres mais emblemáticos, tanto em âmbito nacional quanto internacional. No terceiro capítulo, a parte fundamental da obra, perquire os papéis assumidos pelas mulheres atuantes nas relações internacionais, dividindo-as em seis categorias: as mulheres cidadãs, militares, religiosas, políticas, empresárias e no serviço diplomático. Em cada uma das categorias, explana seu significado com base em exemplos históricos e sociais marcantes. Por fim, de forma breve, analisa o movimento de proteção internacional das mulheres com base na Organização das Nações Unidas e na Organização Internacional do Trabalho.

ABSTRACT

The present thesis is about the various figures that women can represent in both peaceful as conflictual international relations. Its primary objective is to define in which roles a woman can act when working at conflict resolution. To achieve a satisfactory answer, it's necessary to previously analyse certain issues. Among them, initially investigates the history of women and their role in society, beginning with the year 4000 BC to the present time. In the second chapter, checks the history of the feminist movement and the evolution of the rights of the most iconic women, both nationally and internationally. In the third chapter, the main core of the work, questions the roles assumed by women active in international relations, dividing them into six categories: the citizen women, military, religious, political, entrepreneurs and the diplomatic service. In each category, explains their significance based on historical and social striking examples. Finally, briefly analyses the international protection of women's movement based on the United Nations and the International Labour Organisation.

INTRODUÇÃO

O gênero feminino sempre teve papéis específicos na história da humanidade. A mulher, vista até pouco tempo como subalterna, cumpriu sua função de mãe, esposa, escrava e concubina, sempre em inferioridade respeitosa ao gênero masculino. As diferenças entre os gêneros sempre buscaram coloca-la «no seu lugar», como inferior ao outro sexo. Após a Revolução Francesa, porém, se tornou mais difícil domar esta personagem tão necessária para a história da humanidade: as mulheres passaram a escrever livros, ter ideias de igualdade e buscar a alteração de sua condição medíocre. Assim, no fim do século XVIII, o mundo viu o início de um levante feminista, à época muito incipiente, porém que, com o passar do tempo, ampliou seus interesses, buscou unir forças com outras minorias, se transformou e resiste até os dias de hoje.

Com a ajuda do movimento feminista, mas também em parte como resultado das mudanças derivadas da Revolução Industrial, a mulher passou a ter, além dos papéis já mencionados, a função de eleitora dos governantes do seu povo, possuidora de bens e negócios, estudante, educadora, profissional, política, dentre muitos outros. Em especial, a partir do século XX, a mulher também teve mais liberdade sexual e pessoal, tendo em vista as inovações nos métodos anticoncepcionais e nas inovações legislativas e de saúde. As diferenças entre homens e mulheres passaram a ser cada vez mais mitigadas pela evolução social. Ainda assim, a mulher busca, até hoje, encontrar um meio termo entre a vida doméstica e profissional, considerando ser a maior responsável por ambas as funções, mesmo quando casada em um casamento igualitário.

Além de todas as suas obrigações já diárias, há que se refletir a respeito do papel das mulheres nas relações internacionais. Interessada por este meio desde o início das mobilizações pelo sufrágio universal feminino e das organizações de mães e cidadãs voltadas para a paz, a mulher sempre teve interesse nas relações internacionais, embora seu papel neste meio fosse normalmente delegado a organizações somente de mulheres ou como personagem oculto, com uma opinião velada a respeito dos mecanismos que comandam o mundo globalizado. Porém, na história das relações internacionais, podemos observar manifestações pontuais de interesses feministas em vários países. O próprio estudo das Relações Internacionais esteve, até pouquíssimo tempo, ligado somente a protagonistas masculinos, o que certamente dificulta uma análise da perspectiva de gênero a respeito do tema. Ainda é muito incipiente o estudo das Relações Internacionais sob o

ponto de vista feminino. O estudo do gênero feminino dentro das relações internacionais mostra que há, de facto, uma ampliação, embora pequena, dos cargos para inserir as mulheres no meio internacional. É necessária a discussão das posições femininas diante das teorias de Direito Internacional e das Relações Internacionais. Também é necessário analisar os fatos históricos e as movimentações internacionais sob um prisma feminino.

Necessário, ainda, verificar em quais momentos as mulheres foram e são personagens influenciadores das relações internacionais. Quais são as suas funções? Como as suas ações se mesclam ao sistema internacional? Até que ponto as suas ações modificam as relações internacionais e se direcionam para a paz? O presente trabalho tem como objetivo responder estas questões. Consideramos necessário o questionamento acerca das funções das mulheres nos conflitos e nas relações internacionais. Multifacetado, este personagem de gênero tem diversas possibilidades nos conflitos e consideramos necessário argumentar cada uma delas. Para tanto, realizaremos o trabalho da seguinte forma:

Inicialmente, no primeiro capítulo, analisaremos a base histórica do papel das mulheres. Iniciaremos na Idade Antiga e demonstraremos como a mulher passou a ser vista e avaliada em cada período histórico até o tempo presente. Após, falaremos a respeito dos direitos das mulheres e sua evolução. Será feito um apanhado histórico dos direitos mais relevantes para a história das mulheres, como por exemplo o direito ao voto e os direitos reprodutivos. Será, ainda, explanado de forma breve o movimento feminista, suas vagas e personagens marcantes. No terceiro capítulo, se explanará os papéis que as mulheres assumem nas relações internacionais e como tais posições são influenciadoras da sociedade globalizada e das relações internacionais. Será esclarecida a posição feminina como cidadã, religiosa, política, diplomata, entre outros. Por fim, se elucidará a forma, do ponto de vista histórico-jurídico, em que se iniciou o movimento de proteção internacional das mulheres a partir, maioritariamente, das Organizações Internacionais.

No presente trabalho, também se mencionarão formas de incluir mulheres em áreas onde são sub-representadas ou impedidas de entrar. É necessário, para uma igualdade total entre os gêneros, que se verifique, ainda, o motivo pelo qual os homens são tratados de forma diferenciada. Se buscará responder, ainda que de forma breve, todos os questionamentos mencionados nesta introdução.

CAPÍTULO 1

SÚMULA HISTÓRICA DO PAPEL DAS MULHERES NA SOCIEDADE

«Eu não gostaria que as mulheres tivessem poder sobre os homens, mas sim sobre si mesmas»¹.

(Mary Wollstonecraft)

A mulher foi criada para auxiliar o homem. Esta, pelo menos, é a teoria divulgada pela Bíblia, documento fundamental para a fé de ao menos 33% da humanidade. Prega a Bíblia² que, após a criação do homem, Deus disse que «não é bom que o homem viva sozinho. Vou fazer para ele alguém que o ajude como se fosse a sua outra metade. Então o SENHOR Deus fez com que o homem caísse num sono profundo. Enquanto ele dormia, Deus tirou uma das suas costelas e fechou a carne naquele lugar. Dessa costela o SENHOR formou uma mulher e a levou ao homem. Então o homem disse: agora sim! Esta é carne da minha carne e osso dos meus ossos. Ela será chamada de mulher porque Deus a tirou do homem».

A versão do Alcorão é similar à Cristã. Os praticantes da religião islâmica, que atualmente correspondem a praticamente um quarto da população mundial, acreditam que Adão, ao perguntar de Hauwa porque esta havia sido criada, recebeu como resposta³ «para aliviar sua solidão e trazer-lhe tranquilidade». Diz a tradição islâmica que o Profeta Muhammad usou a história da criação de Hauwa da costela de Adão para incentivar os homens a serem gentis com as mulheres e as considerarem como iguais.

Embora a Bíblia e o Alcorão não sejam textos literais, acreditamos ser válido mencioná-los pela sua importância moral⁴ e cultural para diversos grupos étnicos e sociais

¹ WOLLSTONECRAFT, Mary. Reivindicação dos Direitos das Mulheres. Tradução e notas de Andreia Reis do Carmo. São Paulo: Edipro, 2015.

² BIBLIA. Português. Bíblia sagrada. Gênesis 2:18. 34. ed rev. São Paulo: Ave Maria, 1982.

³ Islamismo.org. A Criação de Eva e o Papel do Satanás. Disponível em: <<http://www.islamismo.org/adao2.htm>>. Acesso em 20 de janeiro de 2016.

⁴ À título de curiosidade, é interessante resgatar o significado do termo «moral». A moral é um conjunto de regras de conduta admitidas em determinada época ou por um grupo social. As regras de conduta podem ter uma fonte legal ou religiosa. O homem moral, portanto, é aquele que age bem ou mal ao observar ou não as regras do grupo. A ideia de moral remete às noções de bem e mal, de responsabilidade. O exemplo mencionado nesta dissertação se refere à moral religiosa, que não se confunde com a legalidade, que é a observância ao conjunto de leis e regras de um povo, a adequação da conduta à norma legal.

ao redor do globo. Atualmente, os praticantes das religiões católica e islâmica correspondem a maioria da população global.

A forma como se tem tratado o sexo feminino, porém, é um pouco diferente da visão religiosa, como se depreende do estudo da história das mulheres. Constantemente exploradas, abusadas, estupradas e escravizadas por todos, inclusive por seus maridos, foi somente a partir do século XIX, com maior efetividade no século XX, que as mulheres passaram a ser um sujeito de direitos ativo na sociedade. Ainda assim, ao longo dos tempos, desde a nossa evolução para *Homo Sapiens* pensante e consciente, a mulher teve um papel na vida familiar e social. Desde a Pré-História, termo que classifica o período anterior à escrita, já havia uma divisão entre os papéis masculinos e femininos.

A ciência nos informa que não há uma explicação biológica para a diferenciação de tarefas e de personalidade entre fêmeas e machos. Da mesma forma em que existem povos que classificam o homem como o provedor e a mulher como a organizadora do lar, outros povos que pensam da maneira inversa. O mesmo acontece com a escolha por brinquedos e tipos de roupa. Ainda não há como provar que há um tipo especial de jogos ou tipos de vestuário biologicamente indicados para cada gênero. Esta é uma divisão cultural. Nas palavras de MASONI⁵, «não há uma materialidade anterior ao pensamento humano que justifique a divisão binária entre os sexos, mas essa divisão existe como modo de pensar e dar sentido à experiência». A autora menciona, ainda, que «a diferença biológica é apenas o ponto de partida para a construção social do que é ser homem ou ser mulher. Sexo é um atributo biológico, porém gênero é uma construção social e histórica».⁶

Ainda assim, muitas vezes a mulher, por seu gênero, foi considerada simples extensão ou bem do seu pai ou marido. Ela sempre teve um papel e obrigações particulares, que serão mencionadas ao longo do presente capítulo. Este será dividido em

⁵ MASONI, Melissa. O Feminismo e sua contribuição para as relações internacionais. Rio de Janeiro: Centro Universitário Metodista, 2013. Disponível em: < <http://docslide.com.br/education/o-feminismo-e-sua-contribuicao-para-as-relacoes-internacionais.html>>. Acesso em 30 de junho de 2015.

⁶ Idem. Há que se ressaltar que, apesar de muitas das diferenças entre homens e mulheres como, por exemplo, escolha de cores rosa e azul, sejam meramente culturais, existem sim diferenças de comportamento explicáveis sob o ponto de vista biológico e genético. Atualmente, a Ciência crê que algumas diferenças dependam dos tipos e das quantidades de hormônio que os homens e mulheres recebem durante a sua formação. Uma das diferenças a ser estudada pela Ciência é a aptidão de mulheres para habilidades motoras finas, como as necessárias em linhas de montagem, enquanto homens tem mais facilidade para habilidades motoras mais grosseiras, como tiro ao alvo.

ordem cronológica para maior compreensão do texto, com início na Idade Antiga e conclusão no tempo presente.

1.1. Na Idade Antiga (4000 a.C. até 476 d.C.)

Embora se tenha notícia de civilizações matriarcais⁷, pode-se dizer que a grande maioria das sociedades na Idade Antiga é patriarcal. As civilizações clássicas mais bem documentadas a respeito do papel da mulher na sociedade são os gregos e romanos.

EBERT⁸ afirma que a sociedade grega dividia as mulheres em três tipos, sendo elas as esposas, que tinham como papel gerar filhos legítimos e não entravam em contato com outros homens que não os maridos, ficando restritas ao espaço familiar; as concubinas, podendo ser escravas ou livres, que tinham como tarefa auxiliar os seus senhores; e as cortesãs⁹, prostitutas que tinham como função satisfazer os cidadãos, preservando a castidade das mulheres livres. É interessante perceber que as cortesãs tinham um papel muito mais importante¹⁰ na sociedade grega do que as esposas e concubinas, tendo formação artística, como música e dança e participação nos debates com filósofos e políticos. O homem grego tinha mais proximidade com as cortesãs, a quem fazia confidências, do que com sua esposa.

Apesar da influência política das cortesãs, era estabelecido¹¹ que as mulheres não eram consideradas cidadãs, sendo privadas dos direitos civis e não tendo autorização para qualquer transação jurídica, como comprar ou vender imóveis. Eram sempre

⁷ Exemplos de tais culturas são a civilização Minoica, habitante de Creta, no mar Egeu, cuja sociedade era bastante evoluída e durou cerca de mil anos, até ser absorvida pela civilização grega. Outro exemplo são as Icamiabas, também conhecidas como Amazonas, uma tribo indígena brasileira composta apenas por mulheres guerreiras que, após o fim do ato sexual com os indígenas disponíveis, tinha o costume de matá-los e comê-los.

⁸ EBERT, Maristela Rempel. O papel das mulheres no mundo Greco-romano. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/063/63ebert.htm>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2016.

⁹ A título de curiosidade: A prostituição das cortesãs era realizada em casas específicas, chamadas de lupanares. As cortesãs mais bonitas eram chamadas de hetairas e muitas vezes trabalhavam como acompanhantes em festas e atividades públicas, sendo musas de diversos artistas. Normalmente, as meninas abandonadas ou violadas se tornavam prostitutas, por não terem nenhum «valor» para a sociedade e também ficarem impossibilitadas de realizar um casamento.

¹⁰ Existem até mesmo relatos de Aristófanes com informações de que, em 415 a.C., cortesãs atenienses realizaram uma greve geral de sexo para influenciar a Cidade-Estado a desistir de uma guerra.

¹¹ CANEZIN, Claudete Carvalho. A MULHER E O CASAMENTO: DA SUBMISSÃO À EMANCIPAÇÃO. Disponível em: <<http://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/revjuridica/article/viewFile/368/431>>. Acesso em 10 de fevereiro de 2016.

representadas por seu tutor, como seu pai, seu irmão, seu marido, ou, qualquer outro parente próximo homem.

O papel do casamento era social e político, sendo o resultado de alianças contra inimigos em comum e um modo de manter as riquezas entre pessoas com o mesmo ideal. As mulheres não tinham voz na escolha de seu parceiro.

Tal objetivo do casamento era o mesmo na sociedade romana. As diferenças em relação a esta instituição no mundo romano e mundo grego eram mínimas, sendo uma delas que as mulheres romanas gozavam de maior liberdade, sendo permitido às esposas circular nas ruas e participar dos banquetes.

Em Roma, à semelhança do retro mencionado em relação a Atenas, também havia hierarquia entre as prostitutas. Algumas cortesãs poderiam ascender e participar de debates políticos, mesmo que não tivessem poder de voto.

Uma exceção ao modo de tratamento das mulheres no Império Romano era o modelo de Esparta, onde as mulheres possuíam voz política e gerenciavam as terras e o lar quando na ausência de seus maridos, tendo muito mais liberdade social. Ainda assim, era necessário que zelassem pela sua imagem e seu lar¹².

Diferente do destacado acerca dos costumes gregos e romanos, acredita-se que, no Egito Antigo, as mulheres gozavam de uma situação jurídica privilegiada que lhes garantia uma maior igualdade de direitos. Para SOUSA¹³, o maior motivo para esta igualdade de direitos seria a religião egípcia¹⁴, que arguia que o mundo era cheio de oposições que se complementavam e conduziam a uma totalidade coerente. O masculino

¹² Há alguma documentação em relação ao tratamento por adultério em relação a homens e mulheres. A mulher que se deitasse com outro homem seria punida em qualquer caso, por uma grande violação a honra de seu marido. Já o homem que cometesse adultério somente seria punido se a companheira com quem houvesse cometido adultério também fosse casada ou ele ameaçasse a sua esposa de trazer a sua amante para casa, ameaçando a permanência da sua atual esposa no lar. Percebe-se que, caso a esposa fosse a cometedor de traição, a honra do homem seria atingida e a mulher sofreria uma penalidade neste sentido. Em relação à traição masculina, porém, não se menciona a honra da mulher, e sim a sua estabilidade no lar ou a honra do marido traído. Há que se questionar se, para a sociedade romana, a mulher não possuía honra pessoal, sendo somente um reflexo da honra do seu parceiro, ou se a lei romana buscava protegê-la, definindo que, embora sua honra fosse abalada, esta enfrentaria menos penalidades ao permanecer casada com o marido traidor.

¹³ SOUSA, Aline Fernandes. O papel das mulheres na sociedade faraônica: a igualdade em discussão. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST70/Aline_Fernandes_de_Sousa_70.pdf>. Acesso em 10 de janeiro de 2016.

¹⁴ A título de curiosidade: o que chamamos de «religião egípcia» foi um conjunto de crenças praticado no antigo Egito desde 3000 a.C. até o surgimento do cristianismo. Inicialmente, era uma religião politeísta por crer em diversos deuses. Algumas vertentes egípcias acreditavam em uma divindade maior, criadora, porém com diversos deuses «auxiliares». Atualmente, minorias ainda cultuam os deuses egípcios antigos como, por exemplo, no *kemetismo*.

e o feminino eram opostos complementares, necessários para felicidade total: as mulheres tinham como função gerar, curar e manter o equilíbrio e os homens deveriam julgar, guerrear e conduzir.

Tendo em vista o governo egípcio considerar a mulher em igualdade de direitos com o homem, a mulher egípcia, ou pelo menos a nobre egípcia, poderia fazer praticamente tudo, em relação à vida civil, que o homem fizesse. Documentos da época relatam contratos de compra e venda realizados entre mulheres e homens, mulheres como chefes de propriedade e até mesmo possuidoras de bens, situações que, como se verá adiante, foram impossibilitadas a mulheres de diversas culturas, inclusive as europeias, durante a Idade Média e parte da Idade Moderna. A mulher também era vista como capaz, tendo em vista que poderia ser querelante, defensora e testemunha perante os Tribunais, tendo seu testemunho valor igual ao masculino. Há que se ressaltar que tal cultura egípcia era minoritária dentre as documentadas historicamente. A realidade da maioria das mulheres durante a Idade Antiga é que não fossem consideradas sujeitos de direitos, e sim posses dos seus pais e maridos

Diversas pesquisas apontam o Egito, atualmente, como o pior país do mundo árabe em relação aos direitos das mulheres, com um número extremamente alto de assédio sexual, mutilações genitais e violência, além de atitudes conservadoras em relação ao sexo feminino.

De acordo com a Organização das Nações Unidas¹⁵, 99,3% de mulheres e meninas estão expostas a assédio sexual no Egito e 91% de mulheres e meninas são obrigadas a realizar mutilações genitais para preservar sua «pureza» e terem menos prazer sexual. Questionada a respeito da alteração da percepção social acerca dos direitos femininos, a ativista egípcia Mona Eltahawy¹⁶ afirma que a delicada situação em que o Egito se encontra no momento é derivada tanto por influências culturais quanto religiosas externas.

Este facto demonstra que há uma possibilidade de as mulheres perderem as conquistas realizadas no passado, especialmente em momentos de crises políticas,

¹⁵ THOMSON REUTERS Foundation. POLL: Women's rights in the Arab world. Disponível em: <http://news.trust.org//spotlight/poll-womens-rights-in-the-arab-world/>. Acesso em 05 de outubro de 2015.

¹⁶ Idem. «As the miserable poll results show, we women need a double revolution, one against the various dictators who've ruined our countries and the other against a toxic mix of culture and religion that ruin our lives as women».

económicas ou religiosas, apesar do avanço histórico apontar situação inversa nas sociedades ocidentais.

1.2. Na Idade Média (476 d.C. até 1453 d.C.)

O início da Idade Média se deu com a queda do Império Romano do Ocidente, momento em que se iniciou uma regressão generalizada para o cenário rural, com o despovoamento das cidades. Tal evento histórico também influenciou de forma marcante os direitos das mulheres. MASONI¹⁷ explana:

No começo da Idade Média na Europa a mulher tinha acesso à grande parte das profissões e o direito à propriedade, além de poder assumir a chefia da família em caso da morte de seu companheiro

PERNOUD¹⁸, em suas pesquisas, afirma que Igreja Católica primitiva nunca atribuiu à mulher nenhuma condição de inferioridade ou de detenção do pecado em relação ao homem. Nas esferas social e eclesiástica da Idade Média tanto os homens quanto as mulheres possuíam um grande trânsito. PERNOUD declara que:

Certas mulheres desfrutaram na Igreja, e devido à sua função na Igreja, dum extraordinário poder na Idade Média. Algumas abadessas eram autênticos senhores feudais, cujo poder era respeitado de um modo igual ao dos outros senhores; algumas usavam báculo, como o bispo; administravam muitas vezes vastos territórios como aldeias e paróquias.

Apesar das declarações de PERNOUD que a mulher fosse considerada como igual ao homem, durante a Idade Média, especialmente durante os séculos IX e X, os casamentos eram combinados sem o consentimento da mulher, sendo um acordo entre o pai e o marido ou, ainda entre o pai e a família do futuro marido. Ainda, relatos da época mencionam que a mulher camponesa era forçada a ter suas primeiras relações sexuais

¹⁷ MASONI, Melissa. O Feminismo e sua contribuição para as relações internacionais. Rio de Janeiro: Centro Universitário Metodista, 2013. Disponível em: < <http://docslide.com.br/education/o-feminismo-e-sua-contribuicao-para-as-relacoes-internacionais.html>>. Acesso em 30 de junho de 2015.

¹⁸ PERNOUD, Regine. *O Mito da Idade Média*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1978. p. 95.

com o Senhor Feudal, um costume denominado «direito da primeira noite», um termo derivado do latim *jus primae noctis*¹⁹.

Acreditava-se que a verdadeira realização feminina era o casamento e a maternidade, ambas destituídas de mentalidade racional. O comum à época, mesmo dentre a classe alta, era o analfabetismo feminino. O pensamento da época não identificava a mulher como um sujeito de direitos capaz de ter ideias e racionalidade que fosse útil transmitir. Além disso, alfabetizar uma pessoa era um ato difícil e custoso, o que dificultava ainda mais as chances de uma mulher conseguir alcançar a educação²⁰.

Enquanto a mulher nobre não trabalhava, a serva tinha tantas funções quanto um servo, devendo cuidar da horta e de afazeres domésticos enquanto o seu marido fazia o pastoreio.

Embora a Idade Média tenha sido uma época difícil para a educação e manifestação feminina, algumas mulheres ganharam fama por serem valentes governantes ou guerreiras durante este período. Temos como exemplo Eleonora de Aquitânia²¹, mãe de Ricardo Coração de Leão. Através da leitura de textos históricos, é possível vislumbrar que a autenticidade e a força de Eleonora contribuíram para a construção do forte caráter do Rei Ricardo.

Outra mulher importantíssima, devendo ser mencionada pela sua bravura numa época de predominância masculina, é Joana D'Arc²², a guerreira francesa, símbolo

¹⁹ BERUTTI, Flávio. Tempo & Espaço. São Paulo, Editora Saraiva, 2004.

²⁰ Interessante saber que os cabelos femininos, durante a Idade Média, eram tidos como eróticos, devendo ser presos em uma trança quando a mulher estava em público. Caso fosse casada, a mulher deveria, ainda, cobrir suas tranças com uma touca. Àquela época, somente as prostitutas mantinham os cabelos soltos.

²¹ Eleonora de Aquitânia foi uma das mulheres mais conhecidas e desejadas da Idade Média. Herdeira de Guilherme XI, o Trovador, um dos líderes da 1ª Cruzada, Eleonora casou-se com Luís XII, seu primo, e se tornou Rainha da França. Após o casamento, não somente incentivou seu marido a empreender a Segunda Cruzada, como também acompanhou a comitiva de guerreiros, havendo relatos de que se vestiu de guerreira. Algum tempo depois, divorciou-se de seu marido, alegando parentesco muito próximo, e casou-se com Henrique II, tornando-se Rainha da Inglaterra. Foi neste casamento que Eleonora deu à luz a Ricardo Coração de Leão. Tendo em vista as traições constantes de seu marido, Eleonora o abandonou e incentivou seus filhos a organizarem uma rebelião, onde foram derrotados. Eleonora foi presa durante 16 anos. Quando o marido faleceu, seu filho Ricardo assumiu o poder, libertou sua mãe e empreendeu a Terceira Cruzada, deixando sua mãe como Regente da Inglaterra por três anos.

²² Nascida no vilarejo de Dom Rémy, na região de Lorena, na França, em 1412, Joana D'Arc teve uma infância perfeitamente normal até que um dia, quando tinha 12 anos, ouviu vozes de São Miguel, Santa Margarida e Santa Catarina lhe dizendo para salvar a França e coroar o rei. A França, naquele momento, passava por um período turbulento, tendo em vista que em 1422 tanto o rei da França, Carlos VI, quanto o rei da Inglaterra, Henrique V, faleceram. A irmã de Carlos VI, casada com Henrique V, assumiu a regência do trono francês. Os ingleses aproveitaram o momento, então, para uma invasão da França.

Joana, após sua visão, escreveu uma carta ao rei Carlos VII, governante não reconhecido pela Inglaterra, e este aceitou recebê-la. No dia 23 de fevereiro de 1429, Joana D'Arc chegou ao Castelo de Chinon, residência do rei, e lhe contou sobre suas visões, inclusive mencionando os pedidos que o rei fizera

do país, condenada injustamente por bruxaria em 1431. Afirma MASONI²³ que, a partir do Século XV, deu-se início a uma perseguição indiscriminada de mulheres por parte da Igreja, erroneamente denominada de «caça às bruxas». Pesquisas²⁴ atuais informam que, durante o período da Inquisição, mais de 80% dos condenados como hereges pela Igreja era do sexo feminino. «Herege» era um termo amplamente usado pela Igreja e abarcava qualquer mulher que tivesse conhecimento de ervas e plantas medicinais, fosse parteira, enfermeira ou possuísse qualquer conhecimento médico ou opinião política. Este último foi o caso da mencionada Joana D’Arc.

Por fim, insta mencionar Cristina de Pizan²⁵. Conhecida como pioneira do movimento feminista e a primeira mulher escritora profissional na Europa, Pizan fez diversas reflexões a respeito da questão de gênero na França, tendo como obra-prima o livro «Cidade das Mulheres». Àquela época seguia-se a convenção aristotélica de que os homens eram superiores às mulheres e Pizan buscou mostrar uma imagem mais real das mulheres durante a Idade Média. Percebe-se, portanto, porque a obra de Pizan foi tão inovadora à época. Segue um trecho de «Cidade das Mulheres»:

intimamente. Após ser testada também por teólogos, e o rei acreditado em seu testemunho, Joana D’Arc recebeu do rei uma espada, um estandarte e o comando geral dos exércitos franceses.

Após a expulsão dos britânicos, os nobres franceses, representados pelo rei Carlos VII, temerosos de uma forte aliança popular entre Joana D’Arc e a população camponesa, entregaram-na para os ingleses. Joana foi morta, queimada na fogueira na Place Du Vieux Marché, em Rouen, no ano de 1431 sob a acusação de bruxaria. No ano de 1453, a Guerra dos Cem Anos terminou com a assinatura do Tratado de Paz entre França e Inglaterra. Ressalte-se que o considerado por ‘bruxaria’, à época, era tão somente a atitude de guerreira por parte de Joana D’Arc.

²³ MASONI, Melissa. O Feminismo e sua contribuição para as relações internacionais. Rio de Janeiro: Centro Universitário Metodista, 2013. Disponível em: < <http://docslide.com.br/education/o-feminismo-e-sua-contribuicao-para-as-relacoes-internacionais.html>>. Acesso em 30 de junho de 2015.

²⁴ MASONI, Melissa. O Feminismo e sua contribuição para as relações internacionais. Rio de Janeiro: Centro Universitário Metodista, 2013. Disponível em: < <http://docslide.com.br/education/o-feminismo-e-sua-contribuicao-para-as-relacoes-internacionais.html>>. Acesso em 30 de junho de 2015.

²⁵ Filha de um astrólogo e alquimista e contemporânea de Joana D’Arc, Cristina de Pizan nasceu em Veneza no dia 11 de setembro de 1364 e foi bem-educada por seu pai, em especial porque era filha única. Pouco após seu nascimento a família se mudou para Paris, onde Cristina foi educada de forma primorosa, aprendendo a língua francesa, italiana e latina, além de conhecimentos acadêmicos a respeito do corpo feminino.

Viúva aos 25 anos, 3 anos após a morte de seu pai, Cristina de Pizan passou a escrever livros em busca de um sustento para seus filhos pequenos. Tendo em vista sua educação e seus contatos, escreveu diversos poemas, bem como a biografia do Rei Carlos V. O Conde de Salisbury, impressionado com seu trabalho, financiou os estudos de seu filho na Inglaterra. Pouco tempo após, sua filha foi aceita em um convento em Poissy. Tendo conseguido estabilidade e um futuro para seus filhos, Cristina de Pizan passou a refletir sobre a questão de gênero na França. Buscou, em suas obras, acabar com a crença de que a mulher era ‘frívola, manipuladora e inferior ao homem’. Porém acreditava que a mulher é a ajudante natural do homem. Sua obra magistral foi «A Cidade das Mulheres», um livro escrito como forma de crítica a obra «Le Roman de la Rose», de Jean de Meung, que retratava a mulher como uma frívola e simples sedutora. Contemporânea de Joana D’Arc, Pizan teve conhecimento de seu falecimento e, em 1429, já idosa e residente da Abadia de Poissy, escreveu seu último livro, «A história de Joana D’Arc». Cristina de Pizan faleceu no ano seguinte.

Deus teve em seu eterno pensamento a ideia do homem e da mulher. Quando quis trazer Adão à terra (...) o deixou dormindo e formou o corpo da mulher com uma de suas costelas, para significar que ela devia permanecer a seu lado, como sua companheira e não estar a seus pés como uma escrava e que ele haveria de amá-la como sua própria carne²⁶.

Além da questão da inferioridade feminina, Pizan criticou temas que até hoje ocorrem em certas partes e áreas de estudo na sociedade global, como a falta de mulheres na academia. Pizan teve a capacidade de perceber que o maior motivo de não haverem mulheres cientistas e acadêmicas seria o facto de que a sociedade não promovia educação das mulheres, muitas vezes impedindo-as de estudar e até mesmo de aprender a ler e escrever. Embora a capacidade intelectual feminina e masculina fossem iguais, Pizan verificou que os homens eram muito mais incentivados a perseguirem estudos acadêmicos. À mulher, a felicidade estava longe das universidades, mas sim dentro de suas casas, com seu marido e seus filhos.

Será estudado, nos próximos capítulos, como tal entendimento acerca da felicidade feminina continuou a ser utilizado tanto logo após a Segunda Guerra Mundial como até os dias de hoje tem uma presença marcante em diversos níveis sociais e em determinadas sociedades. Pode-se mencionar, por exemplo, o caso das *Sheng Nu*²⁷, mulheres chinesas que, apesar de terem avançado na vida profissional e social, vivem uma «tortura psicológica» (*sic*) por não terem se casado antes dos 35 anos de idade. Foi documentado que tais mulheres são pressionadas tanto pela família quanto pelo governo e pela sociedade para que se casem, alcançando, assim, uma vida completa para os padrões ainda presentes na sociedade atual.

²⁶ TOSTADO, Francisco Javier. Christine de Pisan, el feminismo antes del feminismo. Disponível em: <http://franciscojaviertostado.com/2015/10/23/christine-de-pisan-el-feminismo-antes-del-feminismo/>. Acesso em 12 de janeiro de 2016.

²⁷ BBC.com. Solteiras aos 27 anos, o drama das ‘mulheres que sobraram’ na China. Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160411_solteiras_china_mdb. Acesso em 16 de abril de 2016.

1.3. Na Idade Moderna (1453 d.C. até 1789 d.C.)

O novo período histórico não trouxe nenhuma melhoria para a mulher. Se houve alguma alteração, foi para pior: as Inquisições criadas durante a Idade Média aumentaram tanto em números quanto em localidades durante a Idade Moderna, ocorrendo até metade do Século XVIII. Com exceção de Portugal e Espanha, onde os principais perseguidos eram cristãos novos e judeus, no restante da Europa as mulheres eram as perseguidas em 75% das acusações. Estima-se²⁸ que cem mil processos foram instalados até o fim da Idade Moderna e pelo menos sessenta mil pessoas foram condenadas à morte.

A Inquisição foi uma empreitada bem-sucedida por diversos motivos, sendo um em especial: a publicação do livro *Malleus Maleficarum* em 1486 escrito por Heinrich Kramer e James Sprenger. Muito utilizada até o fim das Inquisições, a obra explicava ‘detalhes’ a respeito de práticas demoníacas, como feitiços e criaturas malignas.

Os autores pregavam que «a perfídia é mais encontrada nas pessoas do sexo frágil do que nos homens», afirmando que as mulheres eram as responsáveis pela maldade no mundo. Eles criaram argumentos para a «predisposição para o mal» por parte das mulheres como, por exemplo, «uma falha na formação da primeira mulher, por ser ela criada a partir de uma costela recurva, ou seja, uma costela do peito, cuja curvatura é, por assim dizer contrária à retidão do homem».

Na sua forma processual, as inquisições eram baseadas no *Manual dos Inquisidores*, escrito por Nicolau Eymerich em 1376 e ampliado por Francisco de la Peña em 1578, sendo este o mais famoso código de normas a respeito do tema. O inquisidor era ao mesmo tempo Ministério Público e juiz e a tortura era uma forma admitida em lei de se buscar a confissão. Do latim, *Omnes torqueri possunt*: todos são passíveis de tortura.

A exclusão da mulher da vida religiosa e social se deu até 1545, com o Concílio de Trento²⁹, quando a mulher passou a ter um papel fundamental no ambiente

²⁸ SUPER INTERESSANTE. Inquisição, Idade Moderna e as bruxas: as mulheres em chamas. Disponível em: <http://super.abril.com.br/historia/inquisicao-idade-moderna-e-as-bruxas-as-mulheres-em-chamas>. Acesso em 12 de janeiro de 2016.

²⁹ O Concílio de Trento, realizado de 1545 a 1563, foi convocado pelo Papa Paulo III para assegurar a fé na Igreja Católica e rebater a reação à divisão feita pela Reforma Protestante. Para opor-se ao protestantismo, o Concílio emitiu numerosos decretos disciplinares e especificou as doutrinas católico-romanas quanto à salvação, os sete sacramentos, a doutrina do pecado original, a liturgia e o valor e importância da Missa, o celibato clerical, a hierarquia católica, o culto dos santos, as indulgências e as obrigações dos bispos.

familiar; era ela que ensinava aos filhos a educação do espírito, rezando, confessando-se e participando de missas e festividades religiosas. Além da educação religiosa, também era a mulher que alfabetizava os filhos. A mulher também tinha como dever manter os filhos limpos para os padrões da época, agasalhados e alimentados. A mulher que não fosse nobre deveria amamentar seu filho até os dois anos de idade³⁰. A mulher nobre delegaria este trabalho à ama de leite, tendo em vista que era importante engravidar novamente e àquela época acreditava-se que a mulher lactante era infértil. Menciona-se, ainda que, caso a criança apresentasse deformidades, desvios de caráter ou até mesmo ocorresse a morte prematura, a responsabilidade era da mulher. A mulher era a verdadeira responsável por qualquer evento que ocorresse à sua prole ou que seus filhos realizassem. Percebe-se que tal situação não mudou totalmente na sociedade atual, ainda sendo a mulher a maior responsável perante a sociedade pelos atos praticados por e contra seus filhos.

Outra situação modificada pelo Concílio foi a situação das mulheres em conventos e igrejas. Antes da reunião, alguns conventos funcionavam como refúgio de mulheres insatisfeitas, excluídas, órfãs, longe de significar um espaço de florescimento das vocações. Após o Concílio, a mulher também passou a fazer parte da Igreja, como freira, tendo um papel religioso. Embora muitas mulheres ainda se dirigissem, como o fazem até hoje, somente em busca de abrigo e um local em que pudessem sobreviver, após o Concílio de Trento foi possibilitado a elas que também alcançassem uma carreira religiosa.

Mesmo com maior liberdade de instrução e prática religiosa, a mulher era extremamente controlada pela sua família, em maior ou menor rigidez, de acordo com a sua classe social. Porém, sem importância de classe, durante este período somente a mulher casada era respeitada. Quando a mulher, por alguma infelicidade, não possuía dote, se amasiava com um rapaz de quem gostasse ou a quem confiasse sua proteção, na espera de que este não fosse abandoná-la. Além disso, algumas mulheres de classes mais baixas já buscavam ter uma fonte de renda como trabalhadoras³¹ e, em muitos casos,

³⁰ À título de curiosidade: Foi durante a Idade Moderna, após o Renascimento, que a mulher mais roliça, de quadris largos e seios fartos, passou a ser vista como a idealizada. A mulher magra era vista como uma mulher pobre e sem recursos. Além disso, a cultura da época ditava que a mulher deveria conter seus gestos e movimentos para que esses espelhassem delicadeza e a ternura, em contraste com a virilidade masculina.

³¹ À título de curiosidade: No início da produção em massa, o trabalho mais comum para as mulheres era a produção de capas, luvas ou chapéus. Caso a mulher trabalhadora não fosse casada, esta deveria morar no local de trabalho sob responsabilidade do patrão, sendo o valor da moradia e alimentação subtraído do seu

como meretrizes. Estima-se que, durante a Idade Moderna, cerca de 10% da população era composta por prostitutas.

Caso fosse casada, a mulher era totalmente controlada por seu marido. As Ordenações Filipinas³² ditavam o que ocorreria caso a mulher violasse a fidelidade matrimonial:

Achando o homem casado com sua mulher em adultério, lícitamente poderá matar assim a ela, como o adúltero, salvo se o marido for peão, e o adúltero, fidalgo, desembargador ou pessoa de maior qualidade.

Na legislação lusa e na sociedade colonial brasileira, a punição do assassinio do cônjuge por adultério era desigual, à semelhança do visto na Idade Antiga. Enquanto para as mulheres não se colocava sequer a possibilidade de serem desculpadas por matarem seus maridos adúlteros, aos homens a defesa da honra perante o adultério feminino comprovado encontrava apoio nas leis. Tal situação ainda permanece em diversos países, tendo sido a atenuante «em defesa da honra» retirada de diversos Códigos Penais atuais somente nas décadas de 1980 e 1990, como será verificado no capítulo seguinte.

Por fim, podemos mencionar algumas personagens históricas femininas que fizeram a diferença e foram notáveis em sua época. A primeira a ser mencionada foi a Rainha Isabel de Castela, uma das mulheres mais importantes na História Ibérica, sendo uma das fundadoras da Espanha moderna. Nas palavras de TAPIOCA NETO³³,

Isabel I de Castela é uma das soberanas mais famosas de todos os tempos. Poucos monarcas conseguiram governar como ela os destinos do reino de maneira tão intensa. Com toda franqueza, seu trono fora na cela do cavalo de guerra, onde a rainha amazona levava a sua justiça para todas as partes dos seus domínios. Ao lado de seu marido e rei, Fernando II de

salário. O patrão era visto socialmente como seu responsável legal, fazendo por vezes papel de pai ao encontrar um marido para as suas trabalhadoras. Em alguns casos, também houve notícia de abuso das trabalhadoras por parte do seu empregador.

³² As Ordenações Filipinas são uma compilação de leis que resultou da reforma do código manuelino, por ordem de Felipe I de Portugal, durante o domínio castelhano. Ao fim da União Ibérica (1580-1640), o Código Filipino foi confirmado para continuar vigendo em Portugal por D. João IV. DEL PRIORE, Mary. *Histórias e conversas de mulher*. São Paulo: Planeta, 2014.

³³ TAPIOCA NETO, Renato Drummond. Isabel de Castela, uma princesa dentro da Espanha dos cinco reinos. Disponível em: <http://rainhastragicas.com/2015/05/04/isabel-de-castela-uma-princesa-dentro-da-espanha-dos-cinco-reinos/>. Acesso em 12 de janeiro de 2016.

Aragão, ela foi uma das fundadoras da Espanha moderna e passaria para os arautos da História com o epíteto de Isabel, A Católica.

O título de “Isabel, a Católica”, foi concedido a ela e ao marido pelo Papa Alexandre VI no dia 19 de dezembro de 1496. É por causa deste título que o casal é conhecido pelo nome de Reis Católicos, título que quase todos os reis de Espanha passaram a utilizar.

Isabel foi criada desde a infância até os quinze anos em Arevalo, em Castela, onde vivia com sua mãe e seu irmão mais novo, Afonso. Seu pai, o rei João II de Castela, faleceu quando era pequena e seu irmão mais velho, Henrique IV, o sucedeu no trono. A morte de João II abalou profundamente a Rainha, que passou a ser conhecida como Isabel, a Louca.

Sua educação foi muito singela, tendo recebido conhecimentos rudimentares de costura, bordado e outras tarefas através de padres e outros clérigos. Era excelente amazona. Com a morte precoce de seu irmão mais novo, Isabel se tornou a herdeira do trono e, após o falecimento do então rei, Henrique IV, Isabel casou-se com Fernando de Aragão e se tornou Isabel I.

Em seu governo, Isabel reorganizou o sistema de governo e da administração, reformou o sistema de segurança dos cidadãos e diminuiu a criminalidade drasticamente, além de reduzir a dívida que o Reino mantinha quando seu predecessor estava no trono. Juntamente com o seu marido, Isabel participou na guerra de Granada, onde conseguiu expulsar os muçulmanos da Península Ibérica. Decretou também a expulsão dos judeus da região, através do Decreto de Alambra.

Além de seus feitos em guerra, Isabel é recordada pelo apoio que deu a Cristóvão Colombo na sua busca pelas Índias Ocidentais, uma missão que o levou a descobrir a América. Isabel viveu durante cinquenta e três anos, falecendo em 26 de janeiro de 1504.

A segunda a ser citada é a Rainha Isabel I da Inglaterra. Isabel I foi Rainha da Inglaterra e Irlanda a partir de 1558 até sua morte e foi a última monarca da Dinastia Tudor. Era filha do rei Henrique VIII de Ana Bolena, porém, como se sabe, o casamento de seus pais foi anulado e Isabel foi declarada ilegítima. Após a execução de sua mãe, Isabel passou a viver com seu pai e suas esposas. Após a morte de Henrique VIII em 1547, seu meio-irmão Eduardo VI, à época com nove anos, se tornou rei e governou até

morrer em 1553. Após a morte de Henrique VIII, sua última esposa, Catarina Parr, casou-se com Tomás Seymour e tornou Isabel sua dama de companhia em Chelsea³⁴.

Quando seu irmão Eduardo faleceu, sua irmã Maria se tornou rainha e Isabel continuou a ter boa posição na sociedade. Porém Maria I era extremamente católica e isso não causava muita popularidade. Desta forma, pouco tempo após houve uma rebelião e, mesmo que Isabel não houvesse feito parte dela, Maria I percebeu que seu trono nunca estaria seguro enquanto sua irmã Isabel, que era protestante, vivesse. Assim, Isabel foi aprisionada na Torre de Woodstock até que sua irmã, tendo ficado gravemente doente, reconhecesse-a como herdeira. Isabel I sucedeu a Maria I em 1558.

Embora o reino estivesse em conflito quando Isabel subiu ao trono, ela conseguiu manter a paz governando com diplomacia e se utilizava do lema *video et taceo*³⁵, especialmente em questões religiosas. Por não forçar toda a Inglaterra e Irlanda a adotarem o catolicismo como única religião, não adotando o posicionamento da Igreja, Isabel I foi excomungada pelo Papa em 1561.

Isabel I também adotou uma política cautelosa nas relações internacionais. Entrou em guerra contra a Espanha na década de 1580, quando os espanhóis decidiram tentar conquistar a Inglaterra em 1588, o fracasso da Armada Invencível, esquadra da Espanha, associou Isabel a uma das maiores vitórias militares da história inglesa.

O reinado de Isabel I durou 44 anos e é um dos mais longos na Inglaterra e, por ter sido um período de tanta paz, cultura e prosperidade, é chamado de Período Isabelino. Alguns dos grandes nomes que fizeram sucesso durante este período são William Shakespeare e Christopher Marlowe.

Outro grande feito do período governista de Isabel I foi a criação da Companhia das Índias Orientais, além de um sensível incentivo à pirataria, especialmente aos trabalhos de Francis Drake.

Apesar de haver sido uma ótima governante para a Inglaterra, Isabel I jamais se casou. Ao longo dos anos, lhe foram oferecidas diversas propostas de casamento e alianças, porém Isabel jamais as aceitou. Em 1599, Isabel I declarou que era casada com

³⁴ À título de curiosidade: Sempre foram questionados os motivos pelos quais a Rainha Isabel I não contraiu matrimônio ao longo da vida, sendo esta até mesmo chamada de «Rainha Virgem». Alguns historiadores acreditam que o motivo se encontra no período em que Isabel viveu com Catarina Parr e Seymour. Recentemente foram encontrados relatos de trabalhadores da sua casa em Chelsea, onde afirmam que Seymour tenha, por diversas ocasiões, invadido o quarto de Isabel, muitas vezes acompanhado de sua esposa, e assustado a futura rainha. Na ocasião, Isabel tinha 14 anos.

³⁵ Vejo e fico calada.

seus súditos, ao enunciar³⁶ «todos os meus maridos, meu bom povo». Em seu governo, o maior interesse de Isabel I foi conservar seu país desenvolvido e estável, buscar favorecer seus cidadãos e manter a paz.

1.3.1. O papel da mulher no período colonial brasileiro

Antes mesmo da colonização portuguesa do território brasileiro, no Brasil já coexistiam diversas sociedades com particularidades a respeito da integração entre homens e mulheres. Desta forma, quando os portugueses, bem como outros colonizadores passaram a viver na, àquela época, colônia, descreveram em seus relatos as singularidades a respeito do Brasil pré-colonial.

Em diversas tribos indígenas que entraram em contato com os portugueses, os costumes mostravam as mulheres como atuantes em atividades mais ligadas à vida doméstica, como o preparo de alimentos, cuidado com a casa e com as crianças, enquanto os homens trabalhavam com a caça e com a pesca.

Relata-nos LASMAR³⁷ que os europeus se impressionaram particularmente com as indígenas da etnia Tupinambá, acreditando que estas eram corruptas, libertinas e canibais, afastadas dos ideais da cristandade e impossíveis de serem catequizadas. Tal argumento se deu, pois, o costume dentro os Tupinambá é de que as índias mais velhas e, por isso mais sábias, seriam as iniciadoras sexuais dos jovens da tribo. Ao ver tal costume, o europeu acreditou que a mulher Tupinambá seduzia o homem Tupinambá para tornar sua tribo lasciva e sem pudor. O homem, na visão do europeu, era ludibriado pela mulher indígena para satisfazer seu prazer sexual.

A autora explana que Gilberto Freyre corrobora esta ideia ao argumentar em seu livro *Casa Grande e Senzala* que um dos grandes factores a impulsionar a miscigenação foi a disponibilidade sexual das indígenas para com o invasor. Segundo o autor, «o europeu saltava em terra escorregando em índia nua (...). As mulheres eram as primeiras a se entregarem aos brancos, as mais ardentes indo esfregar-se nas pernas desses que supunham deuses. Davam-se ao europeu por um pente ou um caco de espelho».

³⁶ HAIGH, Christopher. *Elizabeth I*. Harlow: Longman Pearson, 2000. Em Wikipedia.org. Isabel I. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Isabel_I_de_Inglaterra. Acesso em 15 de janeiro de 2016.

³⁷ LASMAR, Cristiane. Mulheres indígenas: representações. Estudos feministas, 1999 Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/download/11989/11264>>. Acesso em 10 de janeiro de 2016.

LASMAR refuta tal ideia. Considera que grande parte da miscigenação se deu por estupros, e não por envoltimentos sadios. É também o relato de numerosos historiadores.

Quando se iniciou o processo de povoação brasileiro, após a chegada de migrantes mulheres portuguesas, não era natural que a mulher fosse vista no ambiente social, sendo esta mantida enclausurada dentro de sua própria casa. As leis ibéricas a consideravam *imbecilitas sexus*: incapaz, como as crianças e os doentes. Era um ditado comum afirmar que a mulher somente poderia sair de casa para ser batizada, enterrada ou casar. Esta noção, obviamente, era cabida somente às mulheres brancas europeias. Na época colonial, as mulheres negras, indígenas, mulatas e caboclas tinham liberdade de movimentação, normalmente para cumprirem com suas obrigações, cabendo também a elas o papel de meretrizes ou amantes solteiras.

Menciona-se, ainda, que a tradição originária do Congo e da Angola era de mulheres como chefes das suas famílias. Isso contribuiu para uma expansão das famílias monoparentais no Brasil, especialmente a partir do século XVIII, onde um grande número de núcleos familiares era constituído somente de mães, filhos e avós, sendo a mãe a chefe da família. Neste tipo de família, o comum era a matriarca escolher cônjuges para os filhos, controlar o dinheiro e decidir pelos demais membros da família, como faria uma pessoa do sexo masculino em uma família biparental da época.

1.4. Na Idade Contemporânea (1789 d.C. até os dias atuais)

Antes mesmo da explosão e da revolução social em 1789, as mulheres já buscavam aumentar seus direitos e modificar a sua situação social. Porém, após a Revolução Francesa, as mulheres se fizeram presentes como nunca antes. Foi somente a partir do século XIX que as mulheres contestaram o «comando do mundo» por parte dos homens e demandaram sua participação nas decisões públicas e privadas da sociedade.

Tanto ao pegar em armas quanto ao escrever tratados sobre os direitos das mulheres, como Olympe de Gouges, que será mencionada de forma mais profunda no próximo capítulo, as mulheres buscaram uma vida mais igualitária aos homens, sendo reprimidas sob a desculpa de que «havam esquecido das virtudes de seu sexo».

MORIN³⁸ nos informa que «a marcha marcou o início do ativismo das mulheres do povo e sua integração ao movimento de massa revolucionário, coisa inédita na França e na Europa da época». Antes da Revolução Francesa, nenhum outro movimento havia juntado tantas mulheres diferentes com um objetivo em comum: defender suas opiniões políticas quanto à monarquia e buscar melhores condições de vida. MORIN também menciona que «sua presença na cena política foi tolerada e até incentivada no início da Revolução, porém reprimida em outubro de 1793, e depois novamente, de forma definitiva, em 1795». Os homens se sentiram ameaçados naquele momento especialmente instável e não tiveram interesse em diminuir a desigualdade de gênero, sob a reflexão de que uma mudança social tão grande teria consequências imprevisíveis na época. Dentre tantos motivos, ainda havia a ideia coletiva de que as mulheres eram vinculadas ao mal ou que não possuíam a capacidade necessária para refletir sobre as decisões importantes a respeito do Estado e da política, ou ainda, que estas tinham interesse em «depor» o poder masculino e assumir uma sociedade comandada pelo sexo feminino.

Ao mesmo tempo, outra mudança ocorria na Inglaterra e modificaria as relações de trabalho, a produção e até mesmo a cultura para sempre: a Revolução Industrial trouxe uma nova realidade econômica e um novo modo de trabalho. As fábricas, ao necessitarem de mais mão-de-obra, ao mesmo tempo forçaram e incentivaram as pessoas a saírem do campo e se concentrarem nas grandes cidades. As mulheres também passaram a assumir posição como operárias nas fábricas e indústrias, deixando de serem somente trabalhadoras domésticas, ao serviço do marido e dos filhos.

Embora o trabalho nas fábricas fosse estressante e cansativo para os homens, como é possível inferir do filme “Tempos Modernos”, de Chaplin, e do livro “Germinal”, de Zola, as mulheres tiveram muitas vezes que fazer os mesmos trabalhos desgastantes e movimentos repetitivos recebendo um valor inferior ao pago aos homens e trabalhando com uma carga horária maior, pois os empregadores acreditavam que elas, tal como as crianças, faziam um trabalho mais lento e menos qualificado. Há que se refletir acerca de um assunto relevante para tal pensamento: o maquinário, tal como muitos outros equipamentos utilizados pelo ser humano até hoje, era feito para ser utilizado na sua

³⁸ MORIN, Tania Machado. Revolução Francesa e Feminina. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/revolucao-francesa-e-feminina>. Acesso em 20 de janeiro de 2016.

plenitude por homens de estatura mediana. As mulheres, por vezes menores e com a força ligeiramente inferior, em muitos casos produziam em menor quantidade. Ainda assim, há que se afirmar que esta não é a totalidade dos casos, devendo a situação ser vista caso a caso.

No capítulo dois será explicado como as leis trabalhistas evoluíram para as mulheres ao redor do globo, porém é interessante mencionar que, em 25 de março de 1911, em Nova York, 146 operárias da fábrica de tecidos *Triangle Shirtwaist*, em Nova York, fizeram um protesto por melhores condições de trabalho, como redução na jornada para dez horas, e receberam em retorno violência. Elas foram trancadas em um armazém e incendiadas. A empresa têxtil alegou que as mortes foram consequência de más condições de segurança do local. Considerado o pior incêndio da história de Nova York até o 11 de setembro de 2001, tal nefasto evento foi um marco para a luta pelos direitos das mulheres ao redor do mundo, tendo incentivado diversos atos pelos direitos das mulheres ao redor do globo.

Um dos grupos incentivados pela mobilização feminina foram as operárias russas que, no período após a Primeira Guerra Mundial, se mobilizaram e, em 8 de março de 1917, organizaram uma manifestação contra o Czar Nicolau II, seu posicionamento quanto as más condições de trabalho e a fome que atingia a sociedade russa. Tal mobilização deu origem ao Dia Internacional da Mulher, oficializada na Rússia em 1921 e na Organização das Nações Unidas em 1977.

Tudo mudou de forma extremamente rápida e marcante a partir do século XX. Métodos anticoncepcionais, melhores tratamentos de saúde³⁹, condições de trabalho mais igualitárias e educação fundamental e superior para as mulheres mitigaram e continuam a diminuir a diferença social entre homens e mulheres. Ainda assim, as mulheres sentem, como explana Betty Friedan⁴⁰ em seu livro *A Mística Feminina*, um «mal sem nome», uma sensação de incompletude, de vazio, uma angústia sem explicação específica. Este

³⁹ Além da evolução feminina no mercado de trabalho, a Idade Contemporânea também modificou o tratamento de saúde dado às mulheres. George Papanicolau desenvolveu um teste para detecção precoce ao câncer do útero, aumentando as condições de saúde feminina e reduzindo a mortalidade infantil. Até mesmo as roupas femininas se modificaram a partir do século XX, diminuindo o tamanho das saias para facilitar o trabalho e diminuir a transmissão de doenças.

⁴⁰ FRIEDAN, Betty. *A Mística Feminina*. Petrópolis: Editora Vozes Ltda, 1963. Betty Friedan, nascida em 1921, foi uma importante ativista e escritora feminista estado-unidense do século XX. Em 1963, publicou o livro "*The Feminine Mystique*" ("*A Mística Feminina*"), que fomentou a segunda vaga do feminismo, abordando o papel da mulher na indústria e na função de dona-de-casa e suas implicações tanto para a sobrevivência do capitalismo quanto para a situação de desespero e depressão que grande parte das mulheres submetidas a esse regime sofriam.

sentimento, como informou a autora, se manifesta em mulheres de todas as idades, credos e classes sociais. Argumenta FRIEDAN⁴¹:

A imagem pública das revistas e anúncios de televisão destina-se a vender máquinas de lavar, misturas de bolos, desodorantes, detergentes, cremes rejuvenescedores, tinturas de cabelo. Mas a força dessa imagem, pela qual firmas gastam milhões de dólares em tempo de televisão e espaço publicitário, provém do seguinte: a mulher americana ignora quem seja. **Está precisando terrivelmente de um novo ideal que a ajude a encontrar sua identidade.** Os pesquisadores vivem dizendo aos anunciantes que ela é tão insegura que espera de sua brilhante imagem pública a solução de cada detalhe do cotidiano.

A mulher passou a ter diversas opções: poderá ser esposa, mãe solteira, astronauta, poderá optar por não ter filhos, poderá optar por não trabalhar, poderá trabalhar com o que quiser, poderá se divorciar..., mas, ainda assim, passará toda a sua vida se questionando se fez a escolha correta. Se deixar sua vida marital de lado para estudar, se questionará se isso era o correto a se fazer. Se casar cedo e resolver virar dona de casa, passará a vida questionando se o melhor não teria sido estudar e arranjar um emprego. Para ajudá-la a se encontrar ou se redescobrir, nada melhor, sob o ponto de vista do capitalismo, do que novos produtos para o cabelo, um novo estilo de se vestir, etc. Até hoje, quase cinquenta anos após a primeira edição d'*A Mística Feminina*, ainda não se conseguiu definir de forma completa o papel da mulher na sociedade. Verifica-se, que, como a situação retro mencionada das mulheres chinesas que, embora bem-vistas profissionalmente, sob o ponto de vista social e familiar são consideradas um fracasso. Ao buscar ser uma mulher que domina todas as áreas da sua vida, a mulher normalmente não ajuza sucesso em nenhuma delas de forma satisfatória.

DEL PRIORE⁴² acredita que o maior problema em relação a compreender seu papel na sociedade atual é o foco pelo qual as mulheres são vistas e definidas para a sociedade:

⁴¹ Idem.

⁴² DEL PRIORE, Mary. *Histórias e conversas de mulher*. São Paulo: Planeta, 2014.

As mulheres do século XXI são feitas de ruturas e permanências. As ruturas empurram-nas para frente e as ajudam a expandir todas as possibilidades, a se fortalecer e a conquistar. As permanências, por outro lado, apontam fragilidades. Criadas em um mundo patriarcal e machista, não conseguem enxergar fora do foco masculino. Vivem pelo olhar do homem, do «outro».

Somando-se ao conflito interno feminino, consta ainda o conflito externo pois, uma vez que a mulher altera o seu papel na sociedade, outros personagens precisam se adaptar para preencher os espaços vazios e esta adaptação nem sempre é fluida, fácil de ocorrer. Embora as mulheres sejam maioria da população, continuam sendo discriminadas por questões pessoais, culturais e emocionais. A relação feminina com mais problemas conflituosos é a entre a mulher e o marido ou a mulher e o pai, pois estes são os personagens que mais necessitam se adaptar para as mudanças realizadas pela mulher na sua forma de agir. Por normalmente se tornarem «obrigados» a realizar atividades que não faziam anteriormente por normas religiosas e culturais, é comum que estes personagens se torem antagônicos às mudanças realizadas pela mulher.

O antagonismo pode ser aplicado de diversas formas, como violência emocional, social, física, financeira ou perseguição. A violência não é sempre física, podendo ser também psicológica e emocional. Tais atos de violência não obedecem divisões sociais, sendo uma consequência das alterações dos papéis de gênero e da posse que homens ainda exercem às mulheres⁴³. SILVA⁴⁴ debate brilhantemente a respeito do tema, na afirmativa que:

As relações estabelecidas entre homens e mulheres são, quase sempre, de poder deles sobre elas, pois a ideologia dominante tem papel de difundir e reafirmar a supremacia masculina, em detrimento à correlata inferioridade feminina. Desta forma, quando a mulher, em geral, é o polo dominado desta relação, não aceita como natural o lugar e o papel a ela impostos pela sociedade, os homens recorrem a artifícios mais ou menos sutis como a violência simbólica (moral e ou psicológica) para fazer valer

⁴³ A violência que mencionamos não ocorre somente com mulheres, também sendo resultado de uma relação de poder: quando, em uma relação, não há uma igualdade de forças e uma das partes se sente mais poderosa fisicamente ou emocionalmente do que a outra, pode ocorrer a violência. Em Portugal, por exemplo, acredita-se que os homens sejam vítimas em 15,5% dos casos. A violência pode se dar tanto em relações heterossexuais quanto em relações homossexuais.

⁴⁴ SILVA, Marlise Vinagre. Violência contra a mulher: quem mete a colher? São Paulo: Cortez, 1992.

suas vontades, e a violência física se manifesta nos espaços lacunares, em que a ideologização da violência simbólica não se faz garantir.

Pesquisas conduzidas pela Organização das Nações Unidas⁴⁵ demonstram que trinta e cinco por cento das mulheres ao redor do mundo já sofreu violência física ou sexual em algum ponto de suas vidas. Em alguns países, esta percentagem sobe para 70%. Em 2012, um estudo realizado em Nova Deli demonstrou que 92% das mulheres residentes na cidade sofreram algum tipo de violência sexual em espaços públicos. Além disso, pelo menos 200 milhões de mulheres vivas hoje sofreram algum tipo de mutilação genital, sendo que a sua grande maioria foi submetida a isso antes dos cinco anos de idade. São as mulheres as mais subjugadas pela pobreza que atinge os habitantes mais vulneráveis na Terra.

Para MASONI⁴⁶, o facto de mulheres começarem a exercer posições de poder dentro das sociedades, ocidentais ou não, é um reflexo de mudanças sociais e políticas alcançadas através dos movimentos feministas em busca de igualdade entre os gêneros ao longo dos séculos. Ainda que bastante isolados e até discretos, os movimentos feministas foram e são importantes para que o conceito de igualdade entre homens e mulheres fosse inserido perante a sociedade.

Pode-se afirmar que a mulher, na sociedade atual, tem uma maior autonomia, liberdade de expressão, emancipação de seu corpo, suas ideias e posicionamentos outrora sufocados. Passou a ter novas liberdades, possibilidades e responsabilidades, dando voz ativa a suas opiniões.

Ainda assim, não se pode falar que homens e mulheres vivem numa situação igualitária de gênero. As mulheres ainda recebem menos do que um homem pelo mesmo trabalho, ainda são sub-representadas em diversos setores da sociedade e ainda são vistas pelo ideal de casamento e filhos. Ainda existem países onde meninas e mulheres são sistematicamente violentadas, ameaçadas, impedidas de estudar e até mesmo de refletir sobre a sua condição.

⁴⁵ UN WOMEN. Facts and Figures: Ending Violence against Women. Disponível em: <http://www.unwomen.org/en/what-we-do/ending-violence-against-women/facts-and-figures>. Acesso em 20 de janeiro de 2016.

⁴⁶ MASONI, Melissa. O Feminismo e sua contribuição para as relações internacionais. Rio de Janeiro: Centro Universitário Metodista, 2013. Disponível em: < <http://docslide.com.br/education/o-feminismo-e-sua-contribuicao-para-as-relacoes-internacionais.html>>. Acesso em 30 de junho de 2015.

Há que se falar, também, da divisão de tarefas fundamentais para a manutenção do lar. De acordo com o relatório⁴⁷ elaborado pela ONU Mulheres, referente ao Progresso das Mulheres do Mundo em 2015-2016, as mulheres ainda realizam duas vezes e meia mais trabalhos domésticos e cuidados de pessoas não remunerados do que os homens. Tais dados são relacionados ao trabalho não remunerado em casa, ainda uma obrigação culturalmente feminina. Informações do relatório também comprovam que os salários das mulheres normalmente são 24% do que o dos homens na mesma função.

Embora homens e mulheres coexistam na vida privada e social, ainda existem obrigações, como os cuidados com o lar e com a família que são uma obrigação maioritariamente feminina, mesmo quando esta realiza funções fora do lar. Há que se questionar os motivos para tal atitude social perante estes conceitos.

Até mesmo na sociedade ocidental, caracteristicamente mais delegadora de direitos femininos, sabe-se que mulheres ainda sofrem violência baseada em seu gênero e nas derivações da sua condição de gênero. Embora, durante toda a análise da história, se perceba que as mulheres alcançaram um patamar maior de direitos, ainda há um longo caminho a percorrer.

⁴⁷ UN WOMEN. World Statistics Day 2015. Progress of the World's Women 2015- 2016. Disponível em: <http://progress.unwomen.org/en/2015/>. Acesso em 10 de fevereiro de 2016.

CAPÍTULO 2

A EVOLUÇÃO DOS DIREITOS DAS MULHERES

«Feminismo é a noção radical de que mulheres são pessoas»⁴⁸.

(Cheris Kramarae and Paula Treichler)

Da mesma forma que o papel da mulher na sociedade se alterou ao longo dos séculos, também ocorreu uma vasta mudança em relação à proteção dos direitos femininos. Foram necessários séculos de desenvolvimento social para que a mulher deixasse de ser vista como um ser quase inumano, um objeto, e se tornasse um ser pensante e manifestamente necessário e útil à sociedade.

Como mencionado no capítulo anterior, diversos foram os motivos para a alteração do papel da mulher na sociedade. Primeiramente, a mulher se tornou necessária com as constantes guerras e com a Revolução Industrial. O mundo necessitava de mais mão- de- obra e as mulheres conseguiram atender a esta demanda. O segundo motivo, talvez o maior responsável pelas conquistas femininas de hoje, foram os movimentos feministas, em favor da igualdade de direitos entre homens e mulheres, porém levando sempre em conta as particularidades de cada gênero.

Neste capítulo, serão mencionadas as evoluções dos direitos femininos mais emblemáticos, como o direito ao voto, à propriedade, à educação, ao trabalho e os direitos reprodutivos. Também será explicado, de forma superficial, o movimento que ganhou força a partir do século XIX e que até o presente dia ainda atua na defesa das mulheres e na busca de uma sociedade igualitária.

⁴⁸ KRAMARAE, Cheris e TREICHLER, Paula. A Feminist Dictionary. Illinois: University of Illinois Press, 1996.

2.1. O Feminismo

Define-se «Feminismo» como um movimento social, político e filosófico que tem como objetivo os direitos igualitários entre homens e mulheres, por meio do empoderamento⁴⁹ feminino e da libertação de padrões opressores.

Cita-se também a definição de uma «pessoa feminista», pensada pela escritora nigeriana Chimamanda Adichie, mundialmente famosa e listada no jornal *New York Times*. Para Adichie⁵⁰, «Feminista é uma pessoa que acredita na igualdade social, política e econômica entre os sexos». Percebe-se, pela definição da autora, que tanto homens quanto mulheres podem ser feministas, e ainda que feminismo não é nada mais do que a igualdade de gênero entre os sexos. Adichie e diversos outros estudiosos da área acreditam que o feminismo traz e continuará a trazer benefícios tanto para homens quanto para mulheres, tendo em vista que ambos sofrem a pressão social de seus papéis culturalmente impostos.

De uma simples análise da imprensa e da sociedade como um todo é possível analisar que alguns temas feministas ainda causam muita revolta e negação social como, por exemplo, a licença paternidade e os direitos reprodutivos. Uma das convicções mais marcantes do feminismo é que as mulheres são injustamente consideradas em relação aos homens e, por este motivo, muitos segmentos da sociedade ainda vêem o feminismo como uma ameaça aos direitos masculinos, o que não é aplicado nos segmentos regulares do feminismo.

Quando o movimento pelos direitos femininos nasceu, este tipo de comoção era ainda mais marcante. Em épocas em que as mulheres eram consideradas deficientes de conhecimento para verbalizar suas ideias e inaptas para decidir seus próprios governantes, vozes dissonantes, tanto masculinas quanto femininas, foram fortemente rechaçadas.

⁴⁹ A palavra «empoderamento» deriva de *empowerment*, em inglês, e significa «uma ação coletiva desenvolvida pelos indivíduos quando participam de espaços privilegiados de decisões, de consciência social dos direitos sociais».

⁵⁰ ADICHIE, Chimamanda. *Sejamos Todos Feministas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

Os historiadores do movimento⁵¹ feminista classificaram a luta das mulheres, para melhor visualização histórica, em «vagas»⁵², sendo que alguns autores mencionam duas e outros acreditam na divisão em três⁵³ vagas, e outros, ainda, creem na divisão em quatro vagas. Para efeitos do presente trabalho, será considerado o estudo do feminismo na sua divisão em três vagas.

A primeira vaga do movimento feminista ocorreu entre o fim do século XVIII e início do século XX, inclusive durante o período da Primeira e Segunda Guerras Mundiais. O primeiro momento se manifestou em favor da igualdade jurídica e civil entre homens e mulheres, como o direito à educação, ao trabalho remunerado e, sobretudo, ao voto. Lembremos que este período foi fortemente marcado pela Revolução Industrial, onde as mulheres foram empregadas no mercado de trabalho com menores salários do que os homens, pois, dentre diversos factores, também eram mais baixas e isso fazia com que produzissem menos.

Um marcante expoente do feminismo nesse período histórico, também sendo conhecida como a «primeira feminista», por haver divulgado ideias de igualdade entre os sexos antes mesmo de haver o termo «feminismo», Mary Wollstonecraft nasceu em 1759, num período em que somente os homens recebiam educação e herança, cabendo à mulher somente a subordinação. Aos 19 anos, ajudou a sua irmã a fugir de seu marido abusivo e fundou uma escola com a ajuda daquela, uma atitude incomum para a época. Em 1787 teve dificuldades financeiras e fechou a pequena instituição, porém vendeu seu primeiro livro, «Pensamentos sobre a educação de filhas». Em 1790, seu contemporâneo Talleyrand elaborou um Relatório sobre a instrução pública, no qual afirmava:

Não busquemos a solução para um problema já
resolvido. Eduquemos as mulheres de tal modo que

⁵¹ O presente trabalho não fará nenhuma distinção entre teoria feminista e movimento feminista, utilizando o entendimento de Patricia Hill Collins. A mencionada autora afirma que «a teoria é a prática», os estudos acadêmicos a respeito de gênero auxiliam as evoluções sociais do movimento e vice-versa. Há, porém, vasto material em relação aos aspetos diferentes da teoria e da prática do feminismo, bem como exemplificações sobre o assunto, na definição de que a teoria feminista, enquanto área acadêmica, segue um caminho diferente da prática do feminismo, que é a ação diária que vemos em favor dos direitos das mulheres.

BOWEL, T. Feminist Standpoint Theory. Internet Encyclopedia of Philosophy. Disponível em: <http://www.iep.utm.edu/fem-stan/#H4>. Acesso em 10 de março de 2016.

⁵² Do francês, «vague», onda. Termo também utilizado por BANOND, Isabel. História das Ideias Políticas. Cascais: Editora Principia, 2014.

⁵³ A divisão em três vagas é a mais aceita atualmente. O termo «terceira vaga» do feminismo foi cunhado por Rebecca Walker em 1992, num artigo para uma revista. Rebecca Walker, além de escritora, é filha de Alice Walker, a autora do romance «A Cor Púrpura».

não aspirem às vantagens que a Constituição lhes nega, mas para que conheçam e apreciem as vantagens garantidas a elas.

Já havia um debate à época, embora incipiente, em relação ao tratamento constitucional diferenciado aos homens. Afrontada pelos argumentos de Talleyrand, em 1791 escreveu a sua obra-prima, «Reivindicação dos direitos das mulheres», em resposta ao seu relatório. A autora⁵⁴ explana em seus livros que, embora a igualdade fosse um tema em voga durante o fim do século XVIII, a mulher era vista pelos tomadores de decisão como um ser sem alma, incapaz de pensar. Wollstonecraft defendia que a igualdade entre homens e mulheres deveria ser aplicada na legislação, dando oportunidades iguais aos homens e mulheres com instrução. A ideia defendida pela autora somente foi acatada décadas depois.

Cabe ainda mencionar a situação das mulheres na Revolução Francesa. Embora desde o início da Revolução as mulheres tivessem uma participação ativa, sendo chamadas de *Citoyennes Tricoteuses* e tendo marchado até Versalhes, após o êxito da Revolução grande parte da população, inclusive os Jacobinos, defendeu o regresso das mulheres à sua posição anterior, com discursos de que as mulheres não haviam participado da luta ou até mesmo que elas haviam sido as incentivadoras de violência.

Desta forma, quando foi escrita a Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão em 1789, esta não foi direcionada a equilibrar a desigualdade de gênero, embora tenha provindo da busca pela igualdade em geral, como se infere da leitura do seu texto. Em combate a este anulamento da mulher como cidadã e ser social, Olympe de Gouges, previamente mencionada no presente trabalho, em 1791 escreveu a Declaração de Direitos da Mulher e da Cidadã. Tal documento incentivou a busca feminina pelos direitos iguais e influenciou mulheres a refletirem sobre a sua posição em relação aos homens. SILVA⁵⁵ afirma que tal declaração ressaltou a capacidade de raciocínio e decisão moral das mulheres. Por suas ideias avançadas para a época, Olympe de Gouges foi guilhotinada em 1793, apenas dois anos após a publicação de suas ideias. Após sua execução, a

⁵⁴ À título de curiosidade: Mary Wollstonecraft é a mãe biológica da memorável escritora Mary Shelley, autora de Frankenstein, obra-prima da fantasia, e faleceu em 1798, um ano após dar à luz a esta, sua segunda filha. Há que se ressaltar que a autora não defendia que todas as mulheres devessem ter direitos iguais aos homens, e sim as mais instruídas.

⁵⁵ SILVA, Luisa Stella de Oliveira Coutinho. Diretos das Mulheres e Organização no Plano Internacional Moderno: Uma Revisão Histórica da Participação das Mulheres nas Relações Internacionais. Revista da Faculdade de Direito de Minas Gerais, Belo Horizonte, n. 65, PP. 513-547, jul./dez. 2014.

situação para as mulheres revolucionárias piorou drasticamente. A Assembleia Francesa votou pela não igualdade de direitos entre os gêneros, levando em conta o pensamento de Jean-Jacques Rousseau⁵⁶. Em 1795, as mulheres, ainda resistentes ante a desigualdade de gênero, foram proibidas de frequentar assembleias e se reunir em grupos de mais de cinco, numa clara tentativa de desestabilizar sua organização e seus ideais.

Ainda que as mulheres tenham passado por um período opressivo após a Revolução Francesa, é possível verificar, à época, diversas organizações internacionais comandadas por e para mulheres, como a *Sociedade Patriótica e Beneficente das Amigas de Verdade*. Fundada por Etta Palm d'Aelders (1743-1799) em 1791, a sociedade teve um âmbito bem amplo ao educar mulheres pobres, auxiliar divórcios e buscar direitos políticos, em resistência ao regime da época. Tal organização somente durou dois anos pois, ameaçada, Palm d'Aelders teve de fugir para a Holanda.

Com a Primeira Guerra Mundial, a mulher, que normalmente tinha seu lugar atrás do homem nas multidões, assembleias políticas e outros palcos da sociedade, teve a necessidade de trabalhar e sustentar não só sua casa, mas também seu país, enquanto seu marido ou pai lutava pela pátria, seguindo um caminho totalmente diferente da preparação para um casamento. A guerra, inesperada trouxe uma necessidade de mudança de hábitos não imaginada nem pelas mulheres e nem por seus «responsáveis masculinos», que não haviam se preparado e as treinado para esta nova gama de situações. A vida das mulheres mudou de forma nunca antes imaginada. Nas palavras de SILVA⁵⁷:

É inegável que a maioria das trabalhadoras tomou consciência de suas capacidades e as jovens operárias desfrutaram de alguma independência financeira e tiveram alguma liberdade fora da vigilância paterna. Para as mulheres da classe média e alta, a guerra foi um período de intenso ativismo, que derrubou as barreiras sociais com os rigores da moda e da sociabilidade burguesas. As mais idosas entraram para sociedades de socorro como a Cruz Vermelha. E

⁵⁶ O autor é claro ao afirmar que as mulheres devem obedecer seus maridos e deixar que estes tenham o conhecimento social. A elas, caberá o conhecimento e convívio doméstico. Segue um trecho de sua obra: «a primeira e mais importante qualidade de uma mulher é a doçura; feita para obedecer a um ser tão imperfeito quanto o homem, amiúde cheio de vícios e de defeitos, ela deve aprender desde cedo a sofrer até injustiças e a suportar os erros do marido sem se queixar». ROUSSEAU, Jean-Jacques. Emílio ou da educação. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

⁵⁷ SILVA, Luisa Stella de Oliveira Coutinho. Diretos das Mulheres e Organização no Plano Internacional Moderno: Uma Revisão Histórica da Participação das Mulheres nas Relações Internacionais. Revista da Faculdade de Direito de Minas Gerais, Belo Horizonte, n. 65, PP. 513-547, jul./dez. 2014.

as mães de família dos meios populares sofreram com dificuldades devido à penúria.

O trecho destacado nos relembra que, embora a mulher das classes mais abastadas tenha passado por uma intensa mudança, ao trabalhar, se posicionar politicamente e contribuir para a sociedade de uma forma diferente da usual, a mulher pobre não teve praticamente nenhum benefício naquele momento. Ela já trabalhava em condições precárias e, durante a guerra, a sua voz continuou a não ser ouvida. Na realidade, durante aquele período ela necessitou de mais meios para alimentar sua família, tendo em vista que o maior provedor do lar, contribuinte tão necessário para manter uma vida razoavelmente digna, fora convocado e talvez não mais regressasse. Enquanto nas relações entre pessoas mais abastadas o marido ou pai fosse muitas vezes uma amarra que forçava a mulher a permanecer silenciada em relação às suas opiniões, nas classes mais baixas, embora tal situação também acontecesse, o homem era um «mal necessário», que possibilitava à mulher e aos seus filhos um lar seguro e alimentação, ocorrência que sofreu alteração durante o período.

As mulheres de classes mais estáveis, por outro lado, cujos direitos essenciais eram protegidos, fizeram esforços em prol da alteração do status de guerra e, em menor frequência durante o período bélico, pelo direito feminino ao voto.

É interessante verificar que, mesmo durante a Guerra, as mulheres se estabeleceram em diversas organizações, inclusive internacionais, em prol da Paz. Em 1915 foi criada, nos Estados Unidos, a *Woman's Peace Party*, uma organização não-governamental. Mais tarde no mesmo ano, tal Liga foi redenominada *Women's International League for Peace and Freedom*, atualmente composta por representantes de 33 países, na sua maioria europeus, e interessada em unir diferentes posições políticas, filosóficas e nacionalidades.

Tal movimento foi fundado por Jane Addams, a primeira vencedora americana do prêmio Nobel, e Emily Balch, professora de Economia e Ciências Sociais. A dupla se preocupava em construir uma organização que pudesse lutar pela paz e liberdade, desarmamento, direitos das mulheres, fim das desigualdades raciais e sobre sua participação nas decisões quanto à paz e segurança. Em 28 de abril de 1915, as manifestantes juntaram mais de mil mulheres com o intuito de encontrar um fim para a Primeira Guerra Mundial. A *Women's International League for Peace and Freedom*

surgiu como resultado dessa reunião. Atualmente, além das bandeiras retro mencionadas, a Liga também batalha pela causa ambiental, possui uma Seção Nacional da Organização em todos os continentes e um escritório ligado ao trabalho da Organização das Nações Unidas.

Com o fim da Guerra, tanto o governo de cada país como os homens (e até mesmo muitas mulheres) consideraram que a necessidade por trabalho feminino havia passado e, quando não forçaram diretamente o retorno das mulheres aos seus lares, diminuíram seus salários de modo que os combatentes regressados da batalha pudessem receber seus salários como antes, num incentivo velado para que as mulheres abrissem mão de suas posições. Como forma de convencimento, o governo disseminou ativamente, pela primeira vez por forma de propaganda, a ideia de que as mulheres somente seriam felizes como donas de casa, onde poderiam fazer comidas e limpar a casa para agradar seus maridos.

Como explana SILVA⁵⁸, em sua conclusão, «a guerra teria reforçado a identidade masculina em crise nas vésperas do conflito e repostas as mulheres no seu lugar de mães prolíficas, donas de casa e esposas submissas e admiradoras». Embora as mulheres tenham vislumbrado, durante a Guerra, uma liberdade onde se sustentavam sozinhas e decidiam onde ir e o que fazer, no pós-guerra esta situação foi completamente modificada, as forçando a retornar ao *status quo* inicial.

Outro facto que forçou as mulheres a saírem do mercado de trabalho foi a preocupação com a alta mortalidade infantil na virada do século. Diversos governos, como os Estados Unidos e Inglaterra, para diminuir os índices de mortalidade infantil, decidiram que as cidadãs não deveriam trabalhar, adotando uma política de exclusão que será explanada em mais detalhe no último capítulo. O entendimento era de que, conflituando as obrigações de trabalhadora e de mãe, aquela deveria ser preterida em relação a esta⁵⁹.

Em 1924, após a Primeira Guerra Mundial, representantes de nove organizações de mulheres nos Estados Unidos se reuniram para tomar atitudes mais efetivas em relação aos resultados da guerra e o papel delegado para as mulheres. O

⁵⁸ SILVA, Luisa Stella de Oliveira Coutinho. Diretos das Mulheres e Organização no Plano Internacional Moderno: Uma Revisão Histórica da Participação das Mulheres nas Relações Internacionais. Revista da Faculdade de Direito de Minas Gerais, Belo Horizonte, n. 65, PP. 513-547, jul./dez. 2014.

⁵⁹ Há que se ressaltar que a França, outro país que buscou controlar a mortalidade infantil, não aplicou tão drástica medida.

comitê se denominou *National Committee on the Cause and Cure of War (NCCCCW)* e foi presidido por Carrie Chapman Catt. Este comitê perdurou até a metade da Segunda Guerra Mundial e, dentre seus maiores projetos estava a educação.

Alem do Comitê Nacional, diversas organizações americanas comandadas por mulheres lutaram pela paz e buscaram impedir os conflitos armados ao redor do mundo, sem sucesso definitivo, como a *Women's Peace Union*⁶⁰ e a *War Resistance League*⁶¹.

Em 1939 ocorreu o início da Segunda Guerra Mundial e, novamente, os homens foram para a Guerra e o funcionamento de cada Nação ficou na responsabilidade das mulheres que, no período entre guerras, haviam regressado ao seu papel de “moças do lar”. Acredita-se⁶² que, entre 1940 e 1944, o trabalho feminino aumentou de seis milhões de mulheres para 20,6 milhões de mulheres. Nos Estados Unidos, 90% das mulheres entre 18 e 40 anos estavam em algum tipo de trabalho durante a Segunda Guerra Mundial.

Esta grande força de trabalho esteve não somente nos ambientes clássicos, como a indústria têxtil, mas também na área de engenharia elétrica, manufatura e produção de alimentos. Alguns países, como os Estados Unidos da América, se utilizaram novamente de propaganda massiva para incentivar as mulheres a ingressarem em trabalhos nas áreas menos comuns para mulheres, tendo até mesmo feito ensaios fotográficos de mecânicas de carros e de aviões. Além disso, neste momento houve oportunidade de mulheres de todas as idades ingressarem no mercado de trabalho. Durante este período, a mulher trabalhadora recebia apenas 53% do salário integral de um homem que realizasse a mesma função.

As mulheres não trabalharam somente para a manutenção da ordem interna. Embora não haja vasta documentação, sabe-se que diversas mulheres participaram de forma ativa na Guerra, atuando como espãs, sabotadoras e até mesmo lutadoras. Na

⁶⁰ A *Women's Peace Union* (WPU), ou União das Mulheres pela Paz foi organizada por Caroline Lexow Babcock e Elinor Byrns em 1921 para forçar os Estados Unidos a banir a prática de Guerra. A União trabalhou com diversos senadores com o intuito que emendar a Constituição com o banimento da prática de guerra, não obtendo sucesso e tendo encerrado suas atividades em 1921.

⁶¹ *War Resistance League* foi formada em 19 de outubro de 1923 pela educadora Jessie Wallace Hughan e suas companheiras de trabalho. Elas tiveram como objetivo criar um grupo em favor da paz nos Estados Unidos, porém sem religião oficial. O grupo permanece ativo até hoje.

⁶² MASONI, Melissa. O Feminismo e sua contribuição para as relações internacionais. Rio de Janeiro: Centro Universitário Metodista, 2013. Disponível em: < <http://docslide.com.br/education/o-feminismo-e-sua-contribuicao-para-as-relacoes-internacionais.html>>. Acesso em 30 de junho de 2015.

União Soviética, em especial, um grande número de mulheres era especializada como franco-atiradora, além de trabalharem nos tanques e como pilotos.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial os governos buscaram, novamente, tirar as mulheres do mercado de trabalho por meio expresso ou subliminar, como propagandas. As mulheres, porém, passaram a se interessar pela atividade laboral. Pesquisas realizadas na época demonstraram que 60% a 85% das mulheres gostariam de permanecer nos seus postos após a guerra. O diferencial é que as mulheres, neste segundo momento, já eram mais instruídas e questionadoras a respeito de seus direitos, além de engajadas em movimentos nacionais e internacionais.

Tais movimentos de mulheres possibilitaram que, dentre outros fatores, houvesse alteração das Constituições de diversos países para igualar os cidadãos homens e mulheres. A primeira grande Nação a reconhecer esta igualdade foi a Rússia, que desde 1936 previa que homens e mulheres tivessem os mesmos direitos econômicos, culturais, públicos e políticos. Em 1946 tal alteração ocorreu na Constituição Francesa, sendo seguida pela Italiana em 1947. Em 1949, percebe-se, após o fim da Segunda Guerra Mundial, ocorreu tal modificação na Alemanha. Nos Estados Unidos tal alteração só ocorreu em 1972⁶³.

Ressalte-se que em 24 de outubro de 1945, com o fim da Segunda Guerra Mundial, a antiga Liga das Nações⁶⁴ se tornou a Organização das Nações Unidas. Assinada por 51 países, a Organização desde o seu nascimento teve como objetivo a manutenção da paz e o desenvolvimento igualitário de todos os países, com atenção à proteção dos Direitos Humanos. Tal assunto será melhor trabalhado no último capítulo do presente trabalho.

A segunda vaga do movimento feminista ocorreu a partir da metade do século XX, durante as décadas de 60 e 70. Este segundo momento teve por objetivo assegurar a igualdade cultural e política. Tendo em vista que a mulher atuante neste segundo momento do feminismo teve acesso a uma educação de razoável qualidade, fruto do

⁶³ SILVA, Luisa Stella de Oliveira Coutinho. Diretos das Mulheres e Organização no Plano Internacional Moderno: Uma Revisão Histórica da Participação das Mulheres nas Relações Internacionais. Revista da Faculdade de Direito de Minas Gerais, Belo Horizonte, n. 65, PP. 513-547, jul./dez. 2014.

⁶⁴A Liga das Nações foi uma organização internacional criada em 28 de junho de 1919 em Versalhes, após a decisão das potências vencedoras da Primeira Guerra Mundial de criar uma organização internacional, cujo papel seria o de assegurar a paz mundial. Sua Carta foi nessa data assinada por 44 Estados. Em setembro de 1939 foi iniciada a Segunda Guerra Mundial. A Liga das Nações, tendo fracassado em manter a paz, foi dissolvida por volta de 1942. Em abril de 1946 a Liga passou as responsabilidades a Organização das Nações Unidas, que foi projetada para ser mais eficaz do que a Liga.

primeiro momento do feminismo, ela pôde compreender de forma mais clara o papel a que foi designada na sociedade e se esforçar por alterá-lo. Em 1968 ocorreu a «queima dos sutiãs e cintas»⁶⁵.

Uma das maiores pensadoras deste período foi a autora Betty Friedan⁶⁶ que, em sua obra «A Mística Feminina», mencionada previamente de forma breve, afirmou que as mulheres da época eram «vítimas de um sistema falso de crenças que exige que elas encontrem identidade e significado em suas vidas através de marido e filhos»⁶⁷, fazendo com que a mulher perdesse completamente a sua identidade para a sua família. As mulheres, tendo em vista a abertura de possibilidades de trabalhar ou se manterem em casa, votarem e começarem a ter voz nas ruas começaram a sentir inquietação ante a drástica, em alguns casos, mudança que suas vidas sofreram.

Outra autora cuja menção é necessária foi Simone de Beauvoir, escritora francesa com ideais extremamente libertários para a época. Ao publicar a obra «O Segundo Sexo» em 1949, a autora, conforme o posicionamento de BANOND⁶⁸:

Realizou uma análise histórica, social, psicológica e biológica sobre o papel da mulher na sociedade, negando completamente ideias e estudos sobre uma suposta natureza feminina. Justifica, do mesmo modo, nesse texto, o efeito irrepetível do poder dos homens sobre as mulheres, uma vez que, se o domínio imposto se explica no tempo, as mulheres têm sido milenarmente sujeitas ao poder dos homens.

Neste momento é extremamente válido comentar acerca da vasta propaganda feita após o fim da Primeira Guerra Mundial e, em especial, após o fim da Segunda Guerra para motivar as mulheres a voltarem ao lar. Tendo em vista que os homens, em muitos

⁶⁵ *Bra-Burning*, ou em português «a queima dos sutiãs», foi um protesto com cerca de 400 ativistas do *Women's Liberation Movement/ Movimento pela Liberação das Mulheres* na realização do concurso de Miss America em 7 de setembro de 1968, em Atlantic City, EUA. Revoltadas pela imagem que concursos de beleza passavam a respeito das mulheres, as mulheres decidiram fazer uma manifestação. Assim, colocaram no chão do espaço, sutiãs, sapatos de salto alto, cílios postiços, sprays de laquê, maquiagens, revistas, espartilhos, cintas e outros objetos que simbolizavam a opressão feminina pela beleza. Embora a 'queima' propriamente dita nunca tenha ocorrido, a atitude das manifestantes foi tão marcante que a imprensa chamou o evento de "queima dos sutiãs".

⁶⁶ FRIEDAN, Betty. *A Mística Feminina*. Petrópolis: Editora Vozes Ltda., 1963.

⁶⁷ MASONI, Melissa. *O Feminismo e sua contribuição para as relações internacionais*. Rio de Janeiro: Centro Universitário Metodista, 2013. Disponível em: < <http://docslide.com.br/education/o-feminismo-e-sua-contribuicao-para-as-relacoes-internacionais.html>>. Acesso em 30 de junho de 2015.

⁶⁸ BANOND, Isabel. *História das Ideias Políticas*. Cascais: Editora Principia, 2014.

casos com alguma incapacitação, regressaram às suas casas, tornou-se necessário vagar empregos para que estes pudessem assumi-los.

Durante o período das guerras a ajuda das mulheres foi extremamente necessária, tendo havido inclusive campanhas constantes para que empregassem sua mão-de-obra, como a propaganda «*You can do it!*». Porém, uma vez que os homens voltassem a trabalhar, a sociedade esperava que as mulheres voltassem a ser somente chefes dos seus próprios fogões. As propagandas pararam de mostrar mulheres no ambiente de trabalho e voltaram a incentivá-las a se preocupar somente com a brancura das roupas de seus maridos e a marca de seus fogões.

Mulheres com crianças pequenas foram desencorajadas de trabalhar, tendo sido as creches, abertas durante a guerra, fechadas novamente. Ainda, a mulher grávida passou a ser demitida e, mesmo que regressasse ao emprego após o período de amamentação do filho, ainda assim receberia menos que um homem na mesma função. O entendimento era de que o homem deveria receber o salário para sustentar a família.

Ainda assim, 22% das mulheres casadas, nos Estados Unidos, continuaram a trabalhar após o fim da Segunda Guerra Mundial, além de realizarem as tarefas domésticas sem a ajuda de seus parceiros.

Importante ressaltar que este segundo momento foi extremamente importante para a mulher no âmbito internacional. A Organização nas Nações Unidas elegeu o ano de 1975 como o ano internacional da mulher e a década de 1975 a 1985 foi considerada pela Organização nas Nações Unidas como a década da mulher, como será melhor explanado à frente.

Desde então, a partir da década de 1990 até a presente data, entramos na terceira vaga do feminismo, onde os movimentos vêm tentando desenvolver cada vez mais a igualdade entre os sexos. Uma das ações mais importantes do terceiro momento do feminismo é a expansão da igualdade de direitos já adquirida na cultura ocidental para outras culturas, como as predominantes na África e na Ásia. Em diversos países, como retro mencionado, ocorrem práticas e violações de direitos femininos em observância ao culturalmente e religiosamente aceito naqueles locais. Ainda hoje, meninas e mulheres são impedidas de obter educação, de aceitarem ou não ter relações ou escolher um parceiro, e até mesmo de viver. Tendo em vista esta diferença gritante de direitos entre os países, os maiores projetos da Organização nas Nações Unidas atualmente têm como

objetivo assegurar a estas mulheres, em situação mais vulnerável, os direitos fundamentais.

Outro ponto importantíssimo a respeito da terceira vaga do feminismo é o empoderamento das mulheres mais vulneráveis por outros motivos, como as mulheres negras, mulheres deficientes ou mulheres pobres. A ideia de universalidade dos direitos femininos, atualmente, causa exclusão social. As opressões atingem as mulheres diferentes de modos diferentes e, portanto, é necessário discutir gênero com recorte de classe e raça, além de levar em conta as particularidades das mulheres.

O movimento se difunde para abarcar também os movimentos transexuais, as mulheres homossexuais, as negras, as deficientes, entre outras. Agora se busca uma visão fora da mulher branca de classe média. Ainda assim, ainda há muita resistência perante as novas reivindicações das mulheres.

Por fim, a terceira vaga busca efetivar e trazer para a vida real os direitos igualitários previstos na legislação de cada país. Embora a lei trate homens e mulheres como iguais, a sua aplicação prática não ocorre da mesma forma. BANOND⁶⁹ menciona que «o facto de ter um emprego satisfatoriamente remunerado e ser olhada com um respeito mais ou menos real por parte dos homens configura a ideia de um basta para um número considerável de mulheres atualmente». Porém, sabe-se que a atitude por parte de muitos membros de família e colegas de trabalho do sexo masculino não é nada mais do que uma delegação de direitos, uma abertura pequena de liberdade para certos membros do sexo feminino da sociedade global. É necessário lutar pelas transformações sociais, promovendo uma alteração da cultura de base para se buscar a igualdade entre homens e mulheres total.

2.2. A Evolução dos direitos das mulheres no mundo

Como visto anteriormente, a luta pelos direitos das mulheres, mesmo que fosse somente para alcançar uma igualdade formal, foi extremamente dolorosa e demorada. Em muitos casos, a mulher que verbalizasse sua opinião a favor de mais direitos femininos era punida com a internação em hospícios ou com a morte.

⁶⁹ BANOND, Isabel. História das Ideias Políticas. Cascais: Editora Principia, 2014.

A teoria feminista dá como uma explicação a estes eventos que o opressor tem medo de se tornar o oprimido ao dar mais direitos e incentivar a igualdade social. Realmente, como foi visto no capítulo anterior, atualmente as mulheres são mais presentes nas universidades do que os homens. Porém, mesmo com maior escolaridade, as pesquisas informam que o salário entre homens e mulheres ainda não é igual. Em diversos países, as mulheres ainda não podem dirigir ou manusear dinheiro.

PLASSNIK⁷⁰ afirma, acertadamente, que nenhuma mulher no planeta deveria ter seus direitos humanos negados porque ela nasceu em um determinado lugar ou cresceu em uma determinada sociedade ou, ainda, foi educada de acordo com determinadas tradições. Embora deva-se prezar e respeitar a cultura tradicional de cada sociedade, é necessário que, em um embate entre a cultura e direitos fundamentais das mulheres, estes prevaleçam sempre.

Ainda assim, as mulheres atuais conquistaram direitos inimagináveis para as mulheres como Mary Wollstonecraft. Não somente tiveram a oportunidade de trabalhar e votar, como viver sozinhas, possuir propriedade, utilizar métodos contraceptivos, dentre outros. Adiante, serão mencionados os processos evolutivos de diversos direitos femininos ao redor do mundo, com explanações acerca das localidades mais avançadas em relação a determinados direitos humanos e também dos países que ainda buscam uma igualdade formal entre homens e mulheres.

2.2.1. O Direito ao Voto

É interessantíssimo analisar a evolução do direito ao voto feminino ao redor do mundo. A Nova Zelândia, embora um país recente à época, foi a primeira Nação a garantir às mulheres o direito ao voto em eleições parlamentares, no ano de 1893. Ressalte-se que o direito de se elegerem ao parlamento somente foi efetivado em 1919. Sua vizinha Austrália garantiu-lhes o mesmo direito em 1902.

A situação foi um pouco diferente na Inglaterra e nos Estados Unidos. Ainda em 1903 a família Pankhurst fundou a «União Social e Política das Mulheres». As mulheres sufragistas fizeram diversos apelos e comoções sociais, muitas vezes

⁷⁰ PLASSNIK, Ursula. in DANSPECKGRUBER, Wolfgang et. al. Women leaders in international relations and world peace. Princeton University: Liechtenstein Institute at Princeton, 2010. Disponível em: <<http://arks.princeton.edu/ark:/88435/dsp01qr46r084n>>. Acesso em 12 de setembro de 2015.

repreendidas violentamente, até que em 1918 foi garantido o voto feminino, porém com restrições: somente as mulheres acima dos 30 anos poderiam votar, distintamente dos homens que aos 21, caso não houvessem lutado da Primeira Guerra Mundial, e aos 18 caso houvessem lutado, já tinham direito ao voto. O direito irrestrito ao voto das mulheres, na Inglaterra, somente ocorreu em 1928. Acreditava-se, erroneamente, que as mulheres demorariam mais para se tornarem capazes e refletirem a respeito do voto do que os homens. Atualmente, sabe-se, por meio de diversas pesquisas, que o sexo feminino amadurece psicologicamente mais cedo do que o masculino.

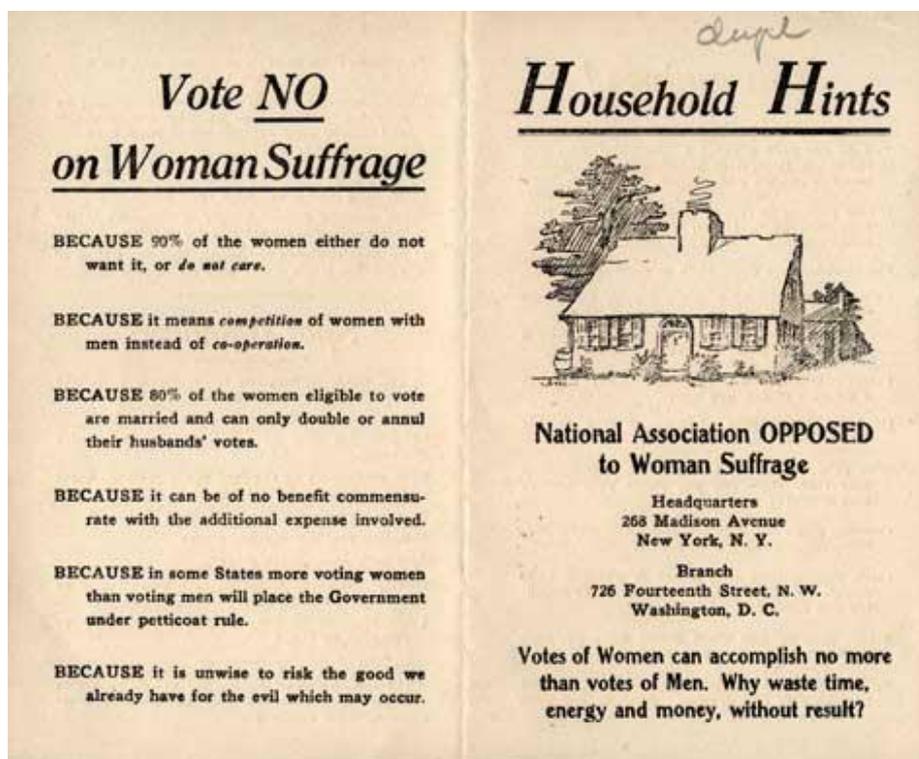
A maior ex-colônia britânica já presenciava propagandas em favor do voto feminino desde 1830. Nesta década a «Associação das Feministas Americanas» foi criada por Lucrecia Mott. Em 1904 foi criada a *International Alliance of Women*. Ambas as organizações lutaram pelo direito feminino ao voto em todos os estados americanos, tendo em vista que a Convenção Constitucional de 1787 designou que cada estado decidiria a respeito do voto feminino. O primeiro território americano a garantir o sufrágio universal às mulheres foi Wyoming, em 1869, sendo seguido de perto de Utah, que garantiu tal direito em 1870.

Nova York somente garantiu o direito feminino ao voto em 1917. Este estado foi um dos que mais teve debates acerca do tema, tendo até mesmo formado uma liga «anti sufrágio» em 1871. Em 1911 cerca de 3000 pessoas marcharam em protesto a favor do voto feminino, sendo algumas mulheres até mesmo presas por seus pensamentos anti culturais.

Segue, abaixo, um folheto distribuído pela «Associação Nacional Contra o Sufrágio Feminino», um grupo contra os direitos de voto por parte das mulheres, listando motivos à época considerados válidos para não autorizar o voto feminino. Algumas das razões são “porque mulheres não se importam com isso”, “porque instigaria competição entre mulheres e homens” e “porque em alguns estados existem mais mulheres do que homens”. Percebe-se que não havia, como não há atualmente, nenhuma razão para impedir as mulheres de votarem, a não ser a ampliação de seus poderes e uma proximidade das suas condições sociais com as condições masculinas. Era, porém, antinatural que as mulheres tivessem até mesmo a liberdade de voto, sendo totalmente subordinadas aos seus maridos e pais. Acreditava-se que qualquer busca de direitos por parte das mulheres ocasionaria uma competição entre os sexos, ao invés de cooperação.

Sabe-se porém que não havia cooperação, e sim uma subordinação feminina aos desígnios de seu superior masculino.

FIGURA 1: FOLHETO CONTRA O SUFRÁGIO FEMININO



Fonte: BARKHORN, Eleanor. Vote No on Women's Suffrage: Bizarre Reasons For Not Letting Women Vote. Disponível em: <<http://www.theatlantic.com/sexes/archive/2012/11/vote-no-on-womens-suffrage-bizarre-reasons-for-not-letting-women-vote/264639/>>. Criado em novembro de 2012. Acesso em 12 de fevereiro de 2016.

O direito constitucional ao voto feminino na América somente apareceu em 1920, derivado da décima nona emenda à Constituição, que declara que «o direito aos cidadãos dos Estados Unidos ao voto não deverá ser negado ou mitigado pelos Estados Unidos ou por qualquer estado tendo por motivo o sexo»⁷¹. Ressalte-se que a primeira mulher eleita ao Congresso Americano foi a sufragista Jeannette Rankin, em Montana em 1916.

Na França, berço dos Direitos Humanos, as mulheres já participavam de campanhas a favor do voto feminino em 1881, incentivadas pelo jornal *La Citoyenne*. Este jornal foi o primeiro documento impresso na França a denominar o movimento pelos

⁷¹ "The right of citizens of the United States to vote shall not be denied or abridged by the United States or by any State on account of sex".

direitos igualitários entre gêneros como «feminismo»⁷². Em 1909 as cidadãs francesas fundaram a «União Francesa pelo Sufrágio Feminino», uma organização apoiada pela «Associação Internacional para o Sufrágio das Mulheres». Apesar de seus movimentos e esforços no sentido do sufrágio feminino, as francesas somente tiveram seu direito ao voto garantido em 1945.

Portugal possui uma história particularmente interessante em relação ao direito ao voto feminino. A legislação portuguesa possuía, até 1913, uma brecha que veio a permitir que, em 28 de maio de 1911, a médica viúva Carolina Beatriz Ângelo, posteriormente conhecida em Portugal com a «sufragista», participasse das eleições para a Assembleia Constituinte⁷³. A legislação expressava que poderiam votar os «cidadãos portugueses com mais de 21 anos, que soubessem ler e escrever e fossem chefes de família». Como a sufragista era a chefe de sua família, buscou seu direito de voto e, apesar de ter seu pedido inicialmente negado, ao interpor recurso teve sua pretensão atendida sob o fundamento de que:

Excluir a mulher (...) só por ser mulher (...) é simplesmente absurdo e iníquo e em oposição com as próprias ideias da democracia e justiça proclamadas pelo partido republicano (...). Onde a lei não distingue, não pode o julgador distinguir (...) e mando que a reclamante seja incluída no recenseamento eleitoral.

A Lei nº 3 de 3 de julho de 1913 veio derrubar a possibilidade do voto feminino ao definir que:

São eleitores dos cargos políticos e administrativos todos os cidadãos portugueses do **sexo masculino**, maiores de 21 anos, ou que completem essa idade até ao termo das operações de recenseamento, que estejam no gozo dos seus direitos civis e políticos, saibam ler e escrever português e residam no território da República Portuguesa.

⁷² SILVA, Luisa Stella de Oliveira Coutinho. Diretos das Mulheres e Organização no Plano Internacional Moderno: Uma Revisão Histórica da Participação das Mulheres nas Relações Internacionais. Revista da Faculdade de Direito de Minas Gerais, Belo Horizonte, n. 65, PP. 513-547, jul./dez. 2014.

⁷³ DE JESUS, Isabel. Carolina Beatriz Ângelo (1878 - 1911). Centro de Documentação e Arquivo Feminista. Disponível em <http://www.cdofeminista.org/index.php/pt/biografias-de-feministas/49-carolina-beatriz-angelo-1878-1911>. Acesso em 06 de setembro de 2015.

Interessantíssimo é identificar o motivo pelo qual, apesar do republicanismo e o feminismo serem movimentos ideologicamente afins, a República haver rejeitado as investidas em relação ao voto feminino. Acredita-se que o pensamento masculino da época era no sentido de que a mulher era religiosamente influenciável e, como o movimento se distanciou da Igreja, pensava-se que as decisões políticas das mulheres seriam influenciadas pelos padres e bispos. Até mesmo quando acreditavam que as mulheres não seriam influenciadas por eles mesmos, membros do gênero dominante pensavam que estas seriam manipuladas por outros membros do gênero masculino, neste caso membros do clero.

Em 1931⁷⁴ a situação começou a se modificar em favor das mulheres, possibilitando que estas votassem nas eleições de juntas de freguesia e câmaras municipais, conforme recorte da legislação:

Artigo 1.º Os vogais das juntas de freguesia são eleitos pelos cidadãos portugueses de um e de outro sexo, com responsabilidade de chefes de família, domiciliados na freguesia há mais de seis meses. § 1.º Têm responsabilidade de chefes de família para os efeitos do corpo deste artigo: 1.º Os cidadãos portugueses do sexo masculino com família constituída, se não tiverem comunhão de mesa e habitação com a família dos seus parentes até o terceiro grau da linha recta colateral, por consanguinidade ou afinidade; 2.º As **mulheres portuguesas, viúvas, divorciadas ou judicialmente separadas** de pessoas e bens com família própria e as **casadas** cujos maridos estejam ausentes nas colónias ou no estrangeiro, umas e outras se não estiverem abrangidas na última parte do número anterior. (...) Art. 2.º Os vogais das câmaras municipais são eleitos na proporção a estabelecer no Código Eleitoral: (...) 5.º Pelos cidadãos portugueses do **sexo feminino**, maiores de vinte e um anos, com curso secundário ou superior comprovado pelo diploma respetivo, domiciliados no concelho há mais de seis meses.

Inicialmente, foram autorizadas a votar as mulheres cujos maridos não se encontrassem possibilitados de se apresentar para as eleições, num entendimento de que a mulher representaria a opinião do marido na questão. Também foi possível que as

⁷⁴ PORTUGAL. Decreto n.º 19.692, de 05 de maio de 1931.

mulheres com curso superior, a partir de certa idade, para algumas eleições. Em 1933 a legislação permitiu que as mulheres solteiras votassem nas eleições de juntas de freguesia e câmaras municipais. Em 1946⁷⁵ também se estendeu o direito ao voto às eleições presidenciais, porém com diversas condições, como se verifica da leitura do artigo 1º:

Artigo 1.º São eleitores do Presidente da República e da Assembleia Nacional:

(...) 3.º Os cidadãos portugueses do sexo feminino, maiores ou emancipados, com as seguintes habilitações mínimas: a) Curso geral dos liceus; b) Curso do magistério primário; c) Curso das escolas de belas-artes; d) Cursos do Conservatório Nacional ou do Conservatório de Música do Porto; e) Cursos dos institutos industriais e comerciais.

4.º. Os cidadãos portugueses do sexo feminino, maiores ou emancipados, que, sendo chefes de família, estejam nas demais condições fixadas nos n.ºs 1.º ou 2.º; 5.º Os cidadãos portugueses do sexo feminino que, sendo casados, saibam ler e escrever português e paguem de contribuição predial, por bens próprios ou comuns, quantia não inferior a 200\$.

Ainda era necessário que as mulheres fossem chefes de família, formadas em curso superior ou efetuassem contribuição predial. O sufrágio universal foi, por fim, garantido no fim do ano de 1968, pela Lei n. 2137, que afirmava que:

São eleitores da Assembleia Nacional todos os cidadãos portugueses, maiores ou emancipados, que saibam ler e escrever e não estejam abrangidos por qualquer das incapacidades previstas na lei; e os que, embora não saibam ler nem escrever português, tenham já sido alguma vez recenseados ao abrigo da Lei n.º 2015, de 28 de maio de 1946, desde que satisfaçam aos requisitos nela fixados.

Em 1976 foi, finalmente, dada proteção constitucional ao direito fundamental ao voto para as mulheres. O n.º 2 do artigo 48.º prevê que «O sufrágio é universal, igual e secreto e reconhecido a todos os cidadãos maiores de 18 anos, ressalvadas as incapacidades da lei geral, e o seu exercício é pessoal e constitui um dever cívico».

⁷⁵ PORTUGAL. Lei n.º 2 015, de 28 de maio de 1946.

No Brasil a situação foi bem similar a Portugal. Ambas as Constituições de 1824 e de 1891 não proibiam expressamente o direito ao voto por parte das mulheres. Por este motivo, em 1928 a cidadã Celina Guimarães Viana solicitou a inscrição como eleitora, o que foi acatado pelo governo do Rio Grande do Norte. Também naquele ano, a fazendeira Alzira Soriano de Souza se candidatou e ganhou as eleições para a prefeitura na cidade de Lajes, no mesmo estado. Contudo, o Senado Federal reverteu a decisão do governo do estado do Rio Grande do Norte e tanto o voto quanto a candidatura das cidadãs foram anulados.

Ressalte-se que a discussão sobre o voto feminino já havia sido abordada no Congresso Brasileiro em 1891⁷⁶, porém foi repelida sob o argumento de que a mulher era inferior intelectualmente e que o voto feminino acarretaria transtornos para a família brasileira.

Este posicionamento somente foi alterado quando da promulgação do Código Eleitoral de 1932⁷⁷, que ditava que poderia votar "o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo". Porém tal mandamento, no caso das mulheres em qualquer idade, além dos homens com idade superior a 60 anos, era facultativo. Tendo em vista que o Código de 1932 também possibilitou a eleição de mulheres, em 1933 a médica paulista Carlota Pereira de Queiroz foi a primeira mulher eleita deputada à Assembleia Nacional Constituinte.

A primeira Constituição a possibilitar o direito de sufrágio feminino foi a Carta Magna de 1934, porém ainda facultando o voto para a maior parte das mulheres. O voto das mulheres tornou-se obrigatório a partir da Constituição Federal de 1946.

Insta mencionar, por fim, o apoio da Igreja Católica ao voto feminino. Embora a instituição tenha um passado de opressão às mulheres, já em 1919 o Papa Benedicto XV se pronunciou a favor do voto feminino, se mostrando sensível aos apelos das mulheres.

Segue, abaixo, uma tabela a título informativo acerca da linha do tempo em que foi garantido o direito ao sufrágio em âmbito federal para as mulheres nacionais de certos países:

⁷⁶ JUSTIÇA ELEITORAL. O voto feminino no Brasil. Disponível em: <<http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-sp-o-voto-feminino-pdf>>. Acesso em 12 de dezembro de 2015.

⁷⁷ BRASIL. Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932.

**TABELA I: SUFRÁGIO EM ÂMBITO FEDERAL
DE ACORDO COM O PAÍS E ANO**

PAÍS	ANO
Nova Zelândia	1893
Austrália	1902
Uruguai	1917
Inglaterra	1918
Estados Unidos	1920
Espanha	1931
Brasil	1932
França	1945
Portugal	1946
Argentina	1947
Angola	1975
Cabo Verde	1975
Afeganistão	2001
Arábia Saudita	2015

Fonte: Women Suffrage and Beyond. The Women Suffrage Timeline. Disponível em: <http://womensuffrage.org/?page_id=69>. Acesso em 15 de janeiro de 2016.

Percebe-se que até hoje ainda há entraves para o voto feminino em alguns países, tendo algumas nações restrições (como somente um voto por família) ou até mesmo impedindo suas cidadãs de votar. Ainda assim, este é um tema em constante evolução. No final de 2015 foi possibilitado às mulheres, pela primeira vez, que exercessem seu direito de cidadãs e votassem nas eleições federais da Arábia Saudita. O direito evolui sempre.

2.2.2. Direito à propriedade privada e ao divórcio

Os direitos à propriedade privada e ao divórcio serão tratados de forma relacionada, tendo em vista que durante a maior parte da história a propriedade da mulher seria comandada pelo seu esposo após o casamento e, muitas vezes, mesmo até após o fim da vida em comum, quando houvesse esta oportunidade. Caso o marido falecesse ou fosse incapacitado, a propriedade passaria para o herdeiro homem. Tendo em vista a

crença e a legislação de que a mulher não seria um sujeito legalmente capaz, o seu marido respondia por ela em praticamente todos os atos da vida pública.

No início do século XVIII, em 1718, o estado americano da Pensilvânia⁷⁸ trouxe uma inovação legislativa: permitiu às mulheres casadas a propriedade das suas casas em seu próprio nome após a morte de seu marido. Alguns anos após, em 1734, o Código Civil Sueco proibiu os homens de venderem a propriedade de sua esposa sem o seu aval, bem como permitiu o divórcio derivado de adultério, dando a custódia dos filhos à parte inocente, uma grande vitória para as mulheres constantemente vítimas de adultérios. A Rússia, em 1753, também ampliou os direitos femininos em relação a propriedade, permitindo às mulheres possuírem bens ou valores próprios.

Em relação a vida social, as mulheres suecas puderam abrir seu próprio negócio a partir de 1798. Isso não modifica o facto de que o marido, para todos os outros efeitos legais, ainda era considerado guardião da sua esposa. Em 1811, porém, a Suécia permitiu que as mulheres trabalhadoras pudessem tomar decisões empresariais, como contratar empregados e negociar com outras empresas, sem a autorização de seus maridos. A Áustria também permitiu, naquele ano, que as mulheres escolhessem sua própria profissão.

Em 1839 a Grã-Bretanha editou o Ato de Custódia de Infantes, que possibilitou às mulheres divorciadas permanecer com a custódia de seus filhos. Ressalte-se que, neste período, na Grã-Bretanha, somente os homens poderiam solicitar o divórcio. O procedimento era, ainda, extremamente custoso, sendo comum somente entre a classe alta. O pedido de divórcio somente foi liberado no país para ambos os sexos em 1857, com o Ato das Causas Matrimoniais.

Durante este período, era extremamente comum somente os filhos homens receberem a herança, ou os homens receberem um quinhão superior ao feminino, tendo em vista que, de acordo com o costume, o homem deveria manter uma nova família, enquanto a mulher seria mantida pelo seu marido. Esta situação passou a se modificar a partir de 1850, quando a Islândia promulgou uma lei ordenando a divisão de herança igualitária entre os filhos. A Noruega seguiu este entendimento em 1854, seguida de perto pela Dinamarca. A Itália também adotou tal mandamento em 1865.

⁷⁸ KHAN, B. Zorina. *The Democratization of Invention: Patents and Copyrights in American Economic Development, 1790–1920*. Glasgow: Cambridge University Press, 2005.

Em 1860, a Nova Zelândia passou a permitir que mulheres casadas possuíssem propriedade própria. Em 1865, a Itália também garantiu este direito às suas cidadãs, mas somente se estas fossem abandonadas por seus maridos.

Portugal promulgou em 1867 um novo Código Civil que permitiu maior liberdade às mulheres solteiras e viúvas, além de legalizar o casamento civil e fazer acordos pré-nupciais de separação de bens. O casamento civil foi uma inovação para as pessoas de religiões distintas da católica, bem como para as pessoas de classes menos abastadas, que não tinham condições de arcar com um casamento religioso.

Em 1872, o Canadá permitiu a propriedade de terras às mulheres solteiras. A Suécia, também neste ano, permitiu que as mulheres escolhessem seus parceiros sem a influência ou permissão de nenhum familiar. Tal permissão, porém, era somente dada às mulheres comuns. A nobreza somente pode decidir sozinha a respeito do seu casamento a partir de 1882.

Cinco anos depois, foi permitido pela primeira vez à mulher, na Grã-Bretanha, se divorciar sob o argumento de crueldade e violência física, além de poder solicitar a guarda dos filhos e ajuda financeira. SILVA⁷⁹ informa que em 1882 foi alterado o *Married Women's Property Act*, que previa que as mulheres casadas pudessem adquirir e dispor de sua propriedade como desejassem, tendo em vista esta ser separada da propriedade de seu marido.

A França legalizou o divórcio em 1884, permitindo que as mulheres ficassem com a guarda dos filhos somente anos depois, em 1907. Portugal somente legalizou o divórcio em 1911.

Em 1888, a Dinamarca inovou ao forçar os pais a darem apoio financeiro aos filhos ilegítimos, à forma de um auxílio atualmente dado a filhos de pais separados.

A Constituição da Checoslováquia de 1918 ditou que mulheres e homens deveriam ter os mesmos direitos, legalizando, ainda, o divórcio solicitado por qualquer um do casal. Poucos anos depois, a poligamia foi proibida na Tailândia, sendo às mulheres garantido o direito de divisão da propriedade após o divórcio.

Em relação aos casamentos forçados, em 1969 a Corte Especial para Serra Leoa decidiu que casamentos forçados e rapto das mulheres seria um crime de guerra,

⁷⁹ SILVA, Luisa Stella de Oliveira Coutinho. Diretos das Mulheres e Organização no Plano Internacional Moderno: Uma Revisão Histórica da Participação das Mulheres nas Relações Internacionais. Revista da Faculdade de Direito de Minas Gerais, Belo Horizonte, n. 65, PP. 513-547, jul./dez. 2014.

dando ao menos proteção legal às vítimas de tais ações, embora não tenha, ainda, conseguido extinguir tais ações de sua nação.

Tanto na França quanto na Alemanha Ocidental foi abolido o *Pater Poder* na década de 70. A partir desta década, tanto homens quanto mulheres passaram a decidir igualmente pelos filhos. Mencione-se que o Poder Familiar somente passou a ser aplicado no Brasil no final dos anos 80, derivado de alterações legislativas em relação aos direitos das crianças e adolescentes.

Como mencionado no capítulo anterior, a Lei de diversos países permitia a prática de crimes de honra contra a mulher. Com a evolução dos direitos femininos, estes crimes foram proibidos, porém o argumento da «honra» era uma atenuante. Em 1981, a Itália afastou esta atenuante.

No mesmo ano, os Estados Unidos decidiram, no caso *Kirchberg versus Feenstra*, que a subordinação da mulher ao seu marido era ilegal. Ambos teriam o mesmo poder dentro de uma relação.

No fim da década de 80, a Suíça também decidiu pela igualdade dentro dos casamentos. A África do Sul também decidiu pela igualdade dos casamentos realizados perante a lei, porém tal mandamento não se aplicava aos casamentos costumeiros⁸⁰.

O início dos anos 90 trouxe uma notícia favorável para as mulheres britânicas. Foi decidido que o estupro dentro do casamento, entre marido e esposa, era ilegal, uma inovação legislativa até hoje ainda ausente em diversas partes do mundo. Uma década mais tarde, foi proibida a mutilação genital feminina pelo Ato de 2003. Um ano mais tarde, o divórcio no Chile foi legalizado.

Atualmente, somente as Filipinas e o Vaticano⁸¹ não possuem leis em relação ao divórcio. Nestes dois locais há, porém, procedimento para anulação de casamentos.

É importante, porém, verificar como se dá o divórcio em Israel atualmente. Embora haja uma legislação cível para divórcios no país, esta lei só é aplicada em casos de divórcio de não- judeus. Caso um dos cônjuges seja da religião judia, o divórcio será realizado pelas Cortes Rabínicas, tribunais responsáveis pelos casamentos e separações

⁸⁰ Costume é a maneira cultural de uma sociedade se manifestar. A partir da repetição, constituem regras não escritas (diferentemente das leis) que são a regra maior da vida social. O Casamento Costumar, ou costumeiro, é o casamento derivado do costume, em contraste ao casamento estabelecido pela lei.

⁸¹ Lembremos que a Igreja Católica não considera, atualmente, os divórcios realizados por seus fieis como válidos, pois um casamento religioso, para o Catolicismo, não pode ser dissolvido. De acordo com o direito canônico, pessoas que se separaram e voltaram a se casar pelo rito civil são adúlteros em relação ao primeiro cônjuge. A Religião Islâmica, porém, aceita o divórcio.

judias. Porém, para que ocorra o divórcio, é necessário que o marido dê o *guet*, um documento de divórcio, para a esposa. A esposa não poderá iniciar um divórcio. Assim, alguns homens optam por não se divorciar, forçando a esposa a permanecer casada, mesmo quando não convive mais com o marido. A religião judia também permite ao esposo constituir novo matrimônio, mesmo quando ainda está casado. Pesquisas⁸² atuais demonstram que uma em cada cinco mulheres tem dificuldades em se divorciar atualmente em Israel, sendo tais mulheres separadas chamadas de *agunot*. Em 2014, para buscar auxiliar a população judia feminina, o Parlamento Israelense aprovou uma lei que aumenta a pena máxima de prisão para 20 anos para o marido que se recusar a conceder o *guet* a sua ex-esposa.

Atualmente, os países onde há mais divórcios são os Estados Unidos, Dinamarca e Portugal, com índices de até 70% por cem casamentos. Malta segue no fim da lista com um índice de apenas 13 divórcios a cada 100 habitantes. Segue, abaixo, uma tabela explicativa sobre os quantitativos:

**TABELA II: NUMERO DE DIVÓRCIOS POR 100 CASAMENTOS
ANOS: 1960 e 2013**

PAÍSES	1960	2013	PAÍSES	1960	2013
Alemanha	9,4	-	Itália	-	-
Áustria	13,7	-	Letônia	21,7	61,5
Bélgica	7	-	Lituânia	8,4	48,7
Bulgária	-	49,7	Luxemburgo	6,8	67,5
Chipre	x	-	Malta		13,1
Croácia	13,1	31,3	Países Baixos	6,4	52,1
Dinamarca	18,6	68,6	Polônia	6,1	36,7
Eslováquia	7,2	42,9	Portugal	1,1	70,4
Eslovênia	11	37,6	Reino Unido	-	x
Espanha		61,8	República Checa	17,5	64,1
Estônia	20,9	59,4	Romênia	18,7	26,5
Finlândia	11,1	54,8	Suécia	17,9	52,2
França	9,4	x	Islândia	9,5	x
Grécia	4,2	-	Noruega	10,1	42,7
Hungria	18,7	54,6	Suíça	11,2	43
Irlanda	-	x			

⁸² KRESCH, Daniela. Em Israel, pena maior a marido que nega divórcio. Disponível em <http://oglobo.globo.com/mundo/em-israel-pena-maior-marido-que-nega-divorcio-11777586#ixzz449yzj800>. Acesso em 15 de janeiro de 2016.

Fontes/Entidades: Eurostat | NU | Institutos Nacionais de Estatística, PORDATA. Disponível em: <http://www.pordata.pt/Europa/N%C3%BAmero+de+div%C3%B3rcios+por+100+casamentos-1566>. Acesso em 20 de março de 2016.

Em Portugal, a taxa de divórcios em 2010 correspondia a 2,6 divórcios por mil habitantes. Dois anos depois, a taxa diminuiu para 2,4 divórcios por mil habitantes. Tal número vem se mantendo estável desde então, com 2,2 divórcios a cada mil habitantes em 2013.

No Brasil, a quantidade de divórcios em 2004 era de 130,5 mil registros. Em 2014, tal quantidade passou para 341,1 mil divórcios, havendo um aumento de 161,4% em dez anos. A taxa de divórcios passou de 0,44 a cada mil habitantes em 1984 para 2,41 a cada mil habitantes em 2014.

Os motivos para números tão expressivos em relação a divórcios não são totalmente claros. Há que se ressaltar, ainda, que a maior parte dos processos de divórcio são iniciados pelas mulheres. Nos Estados Unidos, cerca de 70% dos pedidos de divórcio são abertos pelas mulheres, em contraponto a 30% iniciados por maridos insatisfeitos. De acordo com especialistas, as causas são diversas. Uma corrente, representada por ROSENFELD⁸³, verbaliza que mulheres buscam separações em maior quantidade porque as uniões, tanto ocidentais quanto orientais, ainda terem muitos conceitos machistas, o que entraria em contradição com avanços da sociedade moderna e prejudicaria os relacionamentos entre homens e mulheres. Ele afirma que:

O casamento heterossexual é uma instituição construída em séculos de lei baseada em gênero e *commom law*. Apesar da instituição do casamento continuar mudando, se adaptando e se tornando mais flexível e aberta do que já foi, os estudiosos feministas veem o casamento heterossexual como uma fábrica de gênero, o que é uma razão potencial pela qual esposas podem querer se divorciar. Pela fábrica de gênero, os estudiosos pregam que o casamento heterossexual reproduz e reifica papéis tradicionais de gênero para homens e mulheres. Em sua descrição da revolução de gênero pós-1960 como uma revolução tardia, Hochschild e Machung (1989) descrevem como as mulheres foram constrangidas

⁸³ ROSENFELD, Michael. Who wants the Breakup? Gender and Breakup in Heterosexual Couples. Stanford University. Disponível em: https://web.stanford.edu/~mrosenfe/Rosenfeld_gender_of_breakup.pdf. Acesso em 20 de março de 2016.

por seus maridos e por suas expectativas de que o trabalho doméstico e o cuidado com as crianças eram fundamentalmente o trabalho das mulheres. Até mesmo maridos e esposas que se consideravam igualitários descobriram que viviam (e justificavam a si mesmos) sob as expectativas de gênero tradicionais de que cuidado com as crianças e trabalho doméstico eram trabalho das mulheres⁸⁴.

Tal pesquisa de ROSENFELD corrobora com o facto de que as mulheres fazem quase duas vezes e meia mais trabalhos domésticos não remunerados do que os homens. A mulher, após o casamento, passa a gastar mais horas em trabalhos domésticos quando, em relação aos homens, esse número diminui. O autor ainda menciona que:

A literatura de «fábrica de gênero» inclui o ponto de vista de que maridos iriam encontrar mais satisfação do que mulheres em casamentos heterossexuais, em média. Jessie Bernard (1982) escreveu a famosa frase: "Há dois casamentos, então, em cada união conjugal, o dele e o dela. E o dele... é melhor do que o dela." A crítica feminista do casamento heterossexual é consistente com o facto de que as mulheres são mais propensas do que os maridos a querer o divórcio⁸⁵.

A instituição do casamento tem demorado a se atualizar de acordo com os avanços na igualdade de gênero. Embora as mulheres tenham alcançado altos patamares em diversas áreas da sua vida, a expectativa masculina é de que uma esposa, apesar de seu trabalho e vida pessoal, ainda seja a maior responsável pelo lar e subordinada ao seu marido. Ao verificar que possui mais liberdade fora do que dentro de um casamento,

⁸⁴ Tradução livre do original: Heterosexual marriage is an institution built on centuries of gendered law and common law. Despite the institution of marriage changing and adapting and becoming more flexible and open than it was once, feminist scholars view heterosexual marriage as a gender factory, which is a potential reason why wives might selectively want divorce. By gender factory, scholars mean that heterosexual marriage reproduces and reifies traditional gender roles for men and women. In their description of the post-1960 gender revolution as a stalled revolution, Hochschild and Machung (1989) describe how wives' careers were constrained by their husbands' expectations that the afternoon and evening shift of housework and childcare was fundamentally women's work. Even husbands and wives who thought of themselves as holding gender egalitarian ideals were found by Hochschild and Machung to be living (and justifying to themselves) traditional gender expectations of childcare and housework as women's work.

⁸⁵ Tradução livre do original: The gender factory literature includes the view that husbands would find more satisfaction than wives in heterosexual marriages, on average. Jessie Bernard (1982) famously wrote: "There are two marriages, then, in every marital union, his and hers. And his... is better than hers." The feminist critique of heterosexual marriage is consistent with wives being more likely than husbands to want to divorce.

muitas mulheres optam por abrir mão do laço matrimonial. É possível fazer uma comparação entre os casamentos heterossexuais e homossexuais. As pesquisas afirmam que, no segundo tipo de casamento, existem menos divórcios e divisões mais igualitárias de tarefas.

2.2.3. Direito ao Trabalho e Educação

Tradicionalmente, o trabalho remunerado⁸⁶ foi uma função masculina. À boa esposa e filha, cabia cuidar da casa, dos animais e aprender uma arte, como um instrumento musical ou pintura. De acordo com os costumes, as mulheres não necessitavam de muita instrução, apenas o suficiente para agradar em eventos sociais.

A partir da Revolução Industrial, porém, especialmente às mulheres pobres foi dada a oportunidade de realizar trabalhos externos, muitas vezes mal remunerados e em péssimas condições sanitárias. De um lado, havia uma indústria com deficiência de mão- de- obra capaz e com interesse de empregar pelo menor valor possível. De outro, haviam famílias cuja sobrevivência dependia de qualquer valor que a mulher pudesse conseguir. Então, mulheres das classes mais baixas passaram a ter a oportunidade de ganhar dinheiro de uma forma que não arruinasse a sua reputação.

Em sintonia com tal momento histórico, em 1749 foi dado às mulheres suecas o direito de se tornarem vendedoras de rua, uma profissão comum de mulheres de baixa renda. Poucos anos depois, em 1772, lhes foi permitido vender tabaco nas ruas. Ambas profissões, cabe ressaltar, não necessitavam de instrução ou habilidade especial, sendo as mais simples da época.

Na Alemanha, no mesmo período, a mulher Dorothea Erxleben se tornou a primeira mulher médica, uma situação inovadora na época. Em 1779, foi abolida na Espanha a lei que proibia as mulheres de exercerem certas profissões. Cinco anos depois, foi estabelecido por um decreto real que às mulheres era permitido exercer qualquer profissão que fosse compatível com seu sexo, dignidade e força.

⁸⁶ A exceção eram as funções remuneradas de má fama, como a prostituição. Normalmente, nos casos de famílias pobres com um número muito grande de mulheres, não havia possibilidade de se manter a todas e algumas passavam a exercer esta função tão antiga quanto a sociedade, porém extremamente malvista.

Em relação à educação feminina, em 1786 a Rússia criou as primeiras escolas primárias e secundárias femininas. A Argentina seguiu o modelo russo e, em 1823, o governo incumbiu a Sociedade Beneficente de controlar as escolas de meninas. As mencionadas escolas seriam privadas até o ano de 1876, o que impediu, inicialmente, que meninas de todas as classes aprendessem o ensino básico ou uma instrução técnica.

Em 1827 o Brasil abriu as suas primeiras escolas primárias para meninas, além de permitir às mulheres que exercessem a função de professoras. ALMEIDA⁸⁷ afirma que:

No mundo do trabalho, uma das opções que primeiramente se abriu às mulheres foi o magistério de crianças pelas suas conotações com a maternidade e com o trabalho desenvolvido no lar, o que significava cuidar de alguém.

Até o tempo presente, ainda se crê que a profissão de educadora, especialmente nos anos iniciais de formação, é uma função primordialmente feminina. Como bem mencionou ALMEIDA, a intenção é de que as crianças, na sua formação inicial, se identifiquem com a sua tutora de uma forma similar à que se identificam com a figura materna. Tal vinculação entre as figuras de professora e mãe não só dificulta o acesso de mulheres, por vezes, a outras profissões, como também impede que muitos homens sejam educadores, especialmente nos anos iniciais de formação. Este é um exemplo de como o machismo, aqui entendido como o conjunto cultural de que homens são superiores a mulheres, pode ser prejudicial para ambos os sexos.

Em 1842, a Noruega, um pouco mais tarde do que seus vizinhos nórdicos, permitiu às mulheres exercerem a profissão de comerciante, porém em pequena escala e somente dentro dos limites da Noruega. De forma inovadora, a Suécia, no mesmo ano, obrigou que tanto meninos quanto meninas frequentassem a escola básica.

Em 1850 a França, inspirada no modelo sueco, também tornou a educação básica obrigatória para meninos e meninas. No mesmo ano, o Haiti abriu a primeira escola para meninas.

⁸⁷ ALMEIDA, Jane Soares. Ler as letras: por que educar meninas e mulheres? Campinas: Autores Associados, 2007.

Em 1861, a Suécia instalou a primeira instituição profissionalizante para mulheres, a *Högge Iärrarinneseinariet*. Dois anos depois, a Dinamarca, abriu as suas universidades às mulheres. ALMEIDA⁸⁸ afirma que:

Defendia-se que para as mulheres maiores conhecimentos possibilitariam sua inserção no espaço público e o desempenho de uma profissão remunerada, viabilizando, assim, maior autonomia financeira e mais liberdade. As pioneiras feministas apontavam somente uma saída para romper com os mecanismos de subordinação feminina- a representada pela educação e pelo direito de exercer uma profissão.

Ao possibilitar às mulheres a educação formal, o Estado também abria um leque de mais opções de emprego e remuneração, retirando mulheres da miséria e de um emprego sem possibilidades de crescimento. Ainda que de forma rudimentar, a educação profissionalizante e a superior davam mais possibilidades de crescimento econômico às mulheres. Outra vantagem da educação das meninas e mulheres, embora não observada no período histórico em que foi possibilitado que estas estudassem, foi a possibilidade de que estas não fossem obrigadas a se casar caso não fosse do seu interesse. Ao estudar e ganhar uma fonte de verba sem a influência de um marido, foi aberta uma nova possibilidade de vida para as mulheres no geral.

Em 1869, a Rússia e a Suécia abriram as portas das universidades às mulheres. Ainda assim, a educação formal superior às mulheres é inexistente em algumas partes do mundo até o tempo presente. No mundo ocidental, o acesso ao nível superior se tornou universal no final do século XIX. Defende ALMEIDA⁸⁹:

O acesso às universidades para as mulheres nos vários países somente seria atendido em fins do século XIX, não sem uma encarnçada resistência por parte dos homens. Michel faz o relato de um verdadeiro motim estudantil quando as mulheres foram admitidas na Universidade de Edimburgo para o curso de medicina. Na França, Madame Edwards-Pilliet teve sua efígie queimada pelos estudantes em sinal de protesto quando passou a ser interna dos hospitais;

⁸⁸ Idem.

⁸⁹ Ibidem.

nos Estados Unidos. As mulheres abriram suas próprias universidades, tendo sido criada em Nova York, em 1865, uma Escola de Medicina para mulheres dada a oposição masculina nesses setores.

Percebe-se que a entrada das mulheres no nível superior, bem como nas fileiras de emprego, não foi de forma acolhedora e natural. Houve muita resistência, fator que até hoje permeia a prática de alguns serviços por parte do sexo feminino. Mulheres nos setores tecnológicos e de construção civil relatam práticas discriminatórias por parte dos colegas do sexo masculino.

Em 1872, as Gueixas japonesas, uma profissão milenar, foram libertadas e tiveram a oportunidade de trocar de profissão, ao mesmo tempo que a educação básica se tornou obrigatória tanto para meninos quanto para meninas japonesas.

Segundo SILVA⁹⁰, o começo do século XIX testemunhou a exploração das mulheres em todo o mundo, inclusive na França, onde estas trabalhavam cerca de 17 horas por dia e recebiam a metade do salário destinado aos homens pelo mesmo trabalho. A melhora ocorreu em 1874, quando a França proibiu o trabalho noturno para mulheres menores, permitiu o descanso nos domingos e feriados e limitou o dia de trabalho para 12 horas.

De 1876 a 1896 diversos países permitiram às mulheres o acesso à educação superior, dentre eles a Grã-Bretanha (1876), Índia (1876), Itália (1876), Holanda (1876), Brasil (1879) e Portugal (1891). O primeiro diploma universitário foi dado a uma mulher em Portugal no ano de 1913, o mesmo ano em que o Japão abriu o nível superior às mulheres.

Em 1924, a Dinamarca inovou ao nomear Nina Bang como primeira Ministra de Estado da Educação. Dez anos depois, a Constituição Brasileira permitiu o acesso feminino a todas as profissões.

A igualdade material entre homens e mulheres segue sem ser concretizada. As mulheres sofrem mais assédio sexual no ambiente de trabalho, continuam em posições

⁹⁰ SILVA, Luisa Stella de Oliveira Coutinho. Diretos das Mulheres e Organização no Plano Internacional Moderno: Uma Revisão Histórica da Participação das Mulheres nas Relações Internacionais. Revista da Faculdade de Direito de Minas Gerais, Belo Horizonte, n. 65, PP. 513-547, jul./dez. 2014.

mais subalternas em relação a homens e nem mesmo possuem igualdade salarial. Nas palavras de ALMEIDA⁹¹:

Ao se desejarem iguais aos homens em todos os sentidos, as mulheres puderam perceber que, do ponto de vista do mundo do trabalho, continuava a exploração baseada no sexo, pois lhe eram reservados os serviços menos remunerados e, muitas vezes, recebiam salários menores que os dos homens pelo desempenho das mesmas funções, o que, nos dias atuais, apesar de algumas conquistas, ainda é uma realidade.

Segue uma tabela em relação a disparidade salarial entre homens e mulheres em Portugal, tomando por base o salário médio recebido. Embora se perceba que houve um aumento entre as diferenças salariais entre homens e mulheres, há que se considerar que houve um aumento generalizado do salário médio. Ainda assim, há que se analisar por quais motivos os homens chegam a receber, atualmente, aproximadamente trezentos euros a mais do que as mulheres que exercem o mesmo serviço. Um dos argumentos em relação às diferenças salariais marcantes é a diferença em relação à especialidade do serviço, mas não há comprovação de que os homens sejam mais especializados nos serviços em análise do que as mulheres.

Diversas campanhas são realizadas em busca da igualdade salarial, problema que afeta até mesmo as carreiras de atrizes de cinema. Em 2014, atrizes de Hollywood iniciaram um movimento durante os Óscares, demonstrando que até artistas marcantes, como Meryl Streep, recebem menos do que seus parceiros do sexo masculino.

TABELA III: SALÁRIO MÉDIO MENSAL DOS TRABALHADORES PORTUGUESES

ANOS	GANHO MÉDIO - EUROS		
	TOTAL	HOMENS	MULHERES
1985	170,5	186,3	135,8
1990	X	X	X

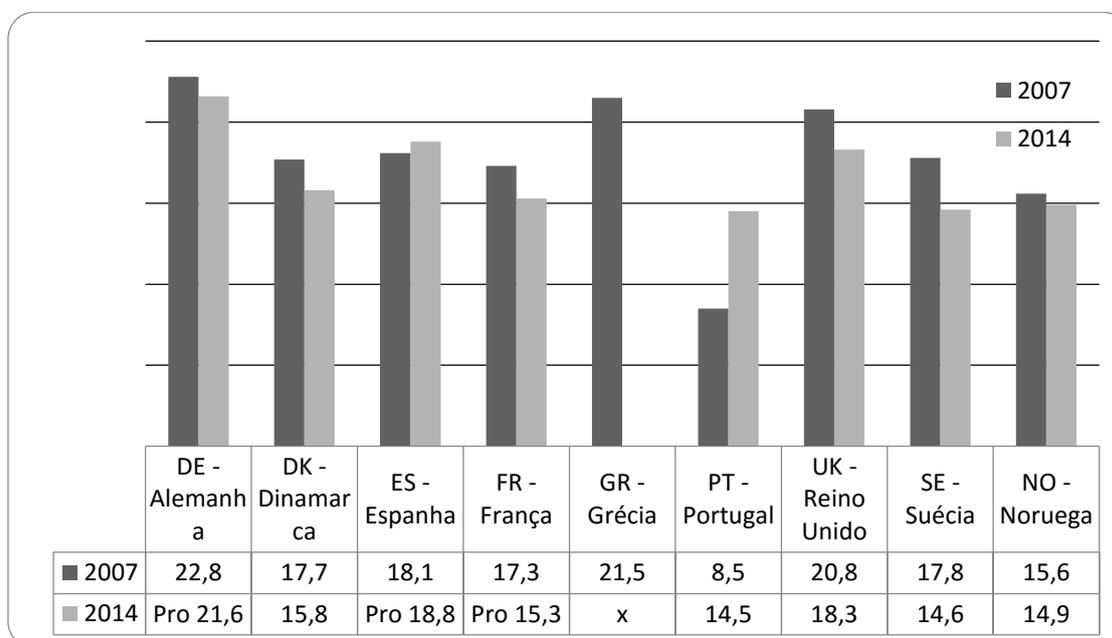
⁹¹ ALMEIDA, Jane Soares. Ler as letras: por que educar meninas e mulheres? Campinas: Autores Associados, 2007.

1995	584	655,5	474,6
2000	729,4	817,9	604,6
2005	907,2	1.003,0	776,2
2010	1.075,3	1.185,0	936,5
2013	1.093,3	1208,8	957,6

Fontes/Entidades: Eurostat | NU | Institutos Nacionais de Estatística, PORDATA. Disponível em: <http://www.pordata.pt/Portugal/Remunera%C3%A7%C3%A3o+base+m%C3%A9dia+mensal+dos+trabalhadores+por+conta+de+outrem+total+e+por+sexo-367>. Acesso em 20 de março de 2016.

Há que se ressaltar, porém, que tal diferença salarial entre homens e mulheres ocorre não somente em Portugal, mas em toda a Europa e no resto do mundo. Segue gráfico informativo da diferença percentual entre os salários femininos e masculinos. Percebe-se que Portugal é um dos países com a menor diferença salarial, de 14,5%. Ainda assim, verifica-se que, enquanto em Portugal a diferença salarial entre homens e mulheres aumentou, a maior parte dos países analisados demonstra que o percentual vem diminuindo, em clara busca pela igualdade salarial entre os gêneros.

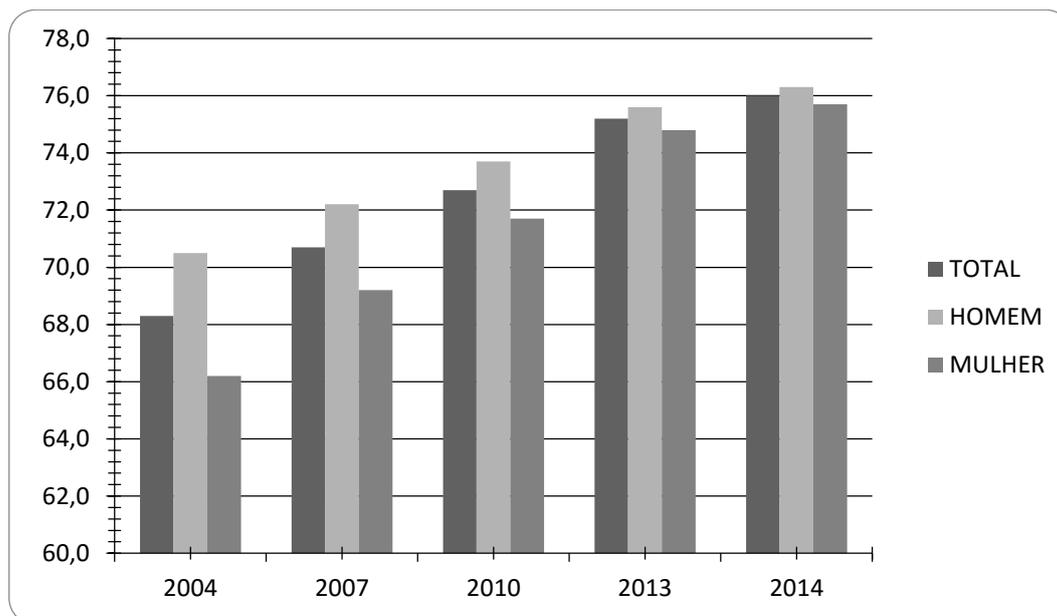
GRÁFICO I: PORCENTAGEM DA DIFERENÇA SALARIAL ENTRE HOMENS E MULHERES NA EUROPA



Fontes/Entidades: Eurostat | NU | Institutos Nacionais de Estatística, PORDATA. Disponível em: <http://www.pordata.pt/DB/Europa/Ambiente+de+Consulta/Gr%C3%A1fico>. Acesso em 20 de março de 2016.

Estranhamente, embora a diferença salarial não diminua drasticamente, permanecendo sempre favorável ao sexo masculino, é visível a diferença educacional entre homens e mulheres.

GRÁFICO II: HOMENS E MULHERES FORMADOS NO SECUNDÁRIO NA EUROPA



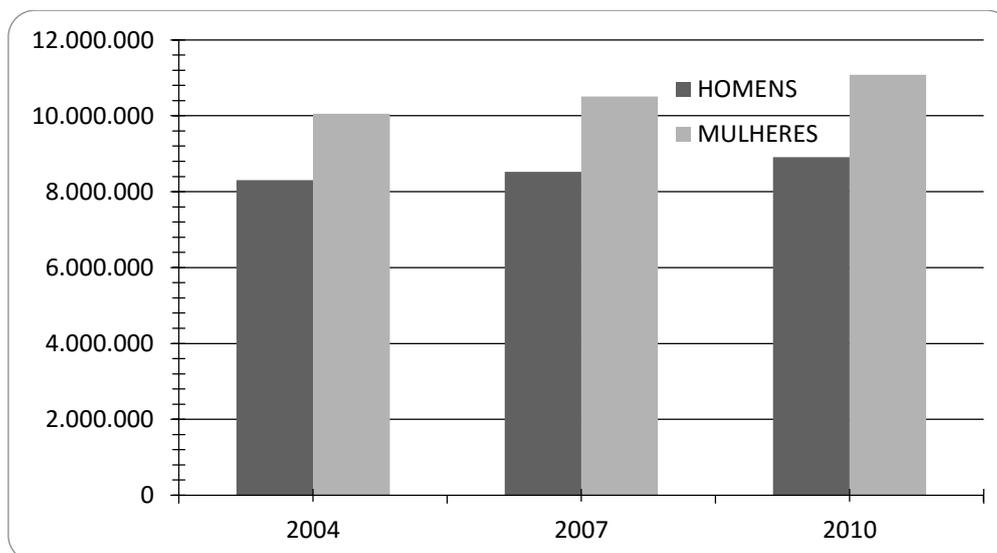
Fontes/Entidades: Eurostat | NU | Institutos Nacionais de Estatística, PORDATA. Disponível em: <http://www.pordata.pt/DB/Europa/Ambiente+de+Consulta/Gr%C3%A1fico>. Acesso em 20 de março de 2016.

Embora ambos graduem do ensino escolar, desde 2011 percebeu-se um aumento de mulheres no nível superior, inclusive nos mestrados e Ph.D. Estudos mostram que os homens não acompanharam tal evolução, provavelmente pela necessidade de entrada no mercado de trabalho mais cedo, pelo próprio apelo da sociedade que o nomeia o provedor do lar. Normalmente ele é o sucessor natural no caso de morte do genitor ou do abandono do lar pelo pai deixando os estudos mais cedo ou não concluindo os cursos de extensão. Em 2011, nos Estados Unidos, as mulheres possuíam 0,7 mais especializações do que os homens na mesma faixa etária. Além disso, atualmente graduam mais 1,4 milhões de mulheres, em relação ao número masculino, nas universidades. As mulheres por outro lado, quando não engravidam na adolescência e quando anseiam por um lugar de mais destaque no mercado de trabalho, normalmente contam com o apoio da família que a instiga a continuar a estudar buscando uma capacitação que a coloque pelo menos em pé de igualdade com os homens.

Outro ponto a ser observado é a forma como o ensino é passado nas escolas. Nos últimos anos, diversas pesquisas vêm demonstrando que os ensinamentos passados nas escolas, entre professor e aluno, beneficiam a forma como as mulheres tendem a aprender. Meninos, mais ativos, não conseguem se concentrar por tanto tempo quanto uma aula e têm a necessidade de aulas mais dinâmicas. Ainda não é consensual, porém, se tais diferenças entre homens e mulheres são biológicas ou culturais.

A observação do Gráfico II permite visualizar que o número de mulheres que estão concluindo o Ensino Secundário na Europa vem aumentando, tendo em 2014 praticamente a mesma percentagem masculina. Há uma diferença marcante entre o número de mulheres a graduar em 2004 e o número respectivo ao ano de 2014, com um aumento de praticamente 10% em 10 anos. Enquanto o número de homens e mulheres graduando no Ensino Escolar é praticamente o mesmo, começa-se a ver uma diferença acentuada entre os gêneros no Ensino Superior. Segue o gráfico abaixo:

GRÁFICO III: ALUNOS ESTUDANTES DO NÍVEL SUPERIOR NA EUROPA



Fontes/Entidades: Eurostat | NU | Institutos Nacionais de Estatística, PORDATA. Disponível em: <http://www.pordata.pt/DB/Europa/Ambiente+de+Consulta/Gr%C3%A1fico>. Acesso em 20 de março de 2016.

Do Gráfico III se verifica que, apesar do número de homens estudantes no Ensino Superior Europeu permanecer praticamente o mesmo, havendo apenas um pequeno e previsível aumento, o número de mulheres universitárias aumentou em mais de um milhão em seis anos. Em 2010, por exemplo, enquanto o número de homens que

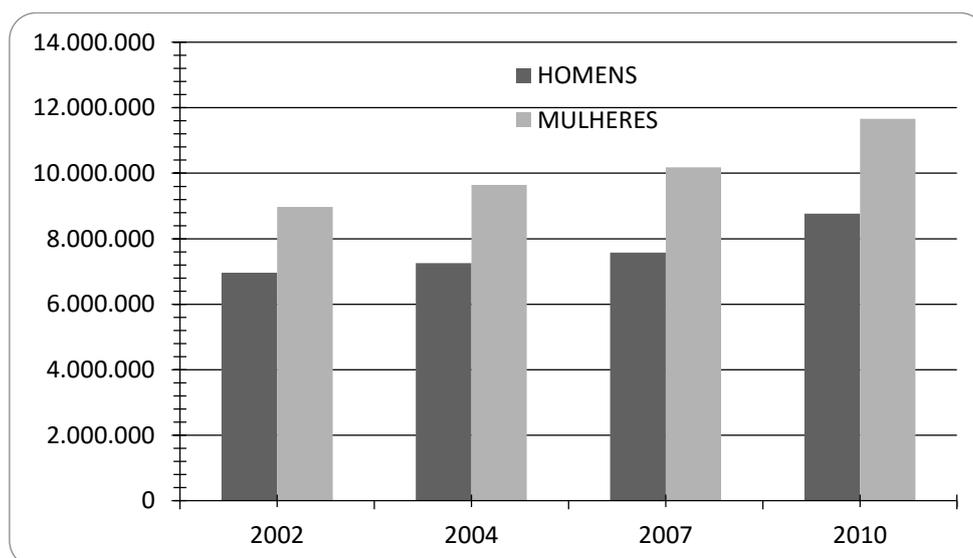
concluíram o Nível Superior na Europa não alcançou os 10 milhões o número de mulheres que alcançou tal feito foi de mais de 11 milhões.

Percebe-se que tal tendência vem ocorrendo em todo o mundo, também sendo gritante a diferença entre o número de homens e mulheres no nível superior nos Estados Unidos, conforme pode ser visualizado no Gráfico IV. Enquanto o número de americanos do sexo masculino no nível superior não chega nem mesmo aos 10 milhões, o número de mulheres já ultrapassou esta marca em 2007. As mulheres há muito vêm tendo supremacia no Nível Superior.

Os motivos são variados: como mencionado previamente, os homens e mulheres têm obrigações sociais diferentes e tal fator, por vezes, influencia as possibilidades de ingresso nas universidades. Porém, também há que se verificar que a mulher está levando a sério a busca pelo seu lugar de destaque na sociedade e por vezes opta por alcançar sucesso no nível profissional antes de partir para a criação de uma família.

Além de se dedicarem mais aos estudos, como forma de sobrevivência num mundo ainda machista, as mulheres têm sido naturalmente obrigadas a assumir o papel de líder do lar, em consequência do grande número de divórcios, cabendo-lhes a maioria das vezes, a missão de cuidar dos filhos e da casa.

GRÁFICO IV: ALUNOS NO NÍVEL SUPERIOR NOS ESTADOS UNIDOS



Fontes/Entidades: Eurostat | NU | Institutos Nacionais de Estatística, PORDATA. Disponível em: <http://www.pordata.pt/DB/Europa/Ambiente+de+Consulta/Gr%C3%A1fico>. Acesso em 20 de março de 2016.

Percebe-se a evolução dos direitos à educação e ao trabalho ao longo da história. Considerando-se que há dois séculos atrás as mulheres não poderiam trabalhar fora de casa, hoje em dia o sexo feminino tem uma liberdade nunca antes sonhada. Ainda há, porém, muito a melhorar. As diferenças salariais desmotivam as mulheres em alguns campos de trabalho, prejudicando toda a sociedade ao negar as potenciais descobertas femininas.

2.2.4. Direitos Reprodutivos

Um tema que permanece polêmico até o presente tempo são os direitos reprodutivos. Cada país tem a sua compreensão do que é permitido perante o planejamento familiar e os direitos de interromper uma gravidez, dentre outros.

Antes mesmo de haver a possibilidade de interromper a gravidez de forma segura ou até mesmo a utilização de métodos contraceptivos, a Suécia, uma nação claramente asseguradora dos direitos femininos, permitiu às mulheres solteiras, em 1778, a saírem de sua cidade natal para dar à luz e registrar os seus filhos anonimamente, sem necessidade de responder qualquer pergunta sobre a sua gravidez e, caso optasse por manter o bebê, sua situação marital não seria mencionada na Certidão de Nascimento, evitando a vergonha social.

A Suécia também foi inovadora em relação aos direitos trabalhistas relacionados à reprodução. Em 1900, sua legislação passou a prever licença maternidade para as trabalhadoras industriais pelo período de quatro semanas. A Dinamarca aplicou o mesmo regramento no ano seguinte.

Em 1924, tal regramento foi seguido pela Argentina que, além da licença, também proibiu os empregadores de demitirem as mulheres com base na sua gravidez, criando a estabilidade derivada da maternidade. Nos informa SILVA⁹²:

Na segunda parte do século XX foi possível, finalmente, falar de questões íntimas das mulheres, como o controle de natalidade e doenças venéreas. Antes, restavam apenas as lavagens e o coito interrompido. Preservativo? Ainda era algo de se

⁹² SILVA, Luisa Stella de Oliveira Coutinho. Direitos das Mulheres e Organização no Plano Internacional Moderno: Uma Revisão Histórica da Participação das Mulheres nas Relações Internacionais. Revista da Faculdade de Direito de Minas Gerais, Belo Horizonte, n. 65, PP. 513-547, jul./dez. 2014.

ouvir falar lá longe, além de caro... Poucas mulheres se aventuravam neste campo. A primeira clínica de controle de Natalidade da Europa foi aberta em Amsterdão em 1882, pela pioneira Alleta Jacobs. Foi preciso mais de 40 anos para fundar a primeira liga americana de controle de natalidade, em 1921, por Margaret Sanger e na mesma época a bióloga escocesa Marie Stopes abriu um centro especializado. Hoje existe uma organização internacional em seu nome, a *Marie Stopes International*, que distribui conselhos e apoios a 452 clínicas espalhadas por 38 países.

Em relação aos direitos reprodutivos, a Suécia foi um dos primeiros países a legalizar a contraceção (1938), a proibir a demissão de uma mulher por casar ou ter filhos (1939), ato extremamente comum no período, ordenar o pagamento igualitário (1947) e o salário-maternidade (1948).

A década de 60 foi inovadora em relação às liberdades sexuais. Em 1967, a Grã-Bretanha legalizou o aborto. No mesmo ano, a França autorizou a contraceção. Seis anos depois, os Estados Unidos também legalizaram o aborto no emblemático caso *Roe versus Wade*. Em 1975, a França e Suécia legalizaram o aborto. SILVA⁹³ afirma que:

Com a criação da pílula anticoncepcional em 1951, a mulher pôde finalmente relacionar sua fertilidade com a vontade de ter filhos. A maternidade passou a ser do próprio controle da mulher, não sendo necessariamente um instrumento de dominação.

Embora a evolução dos direitos à contraceção e reprodutividade se tenha iniciado no século XVIII, até o tempo presente ainda existem violações aos direitos humanos globalmente garantidos às mulheres. Em 2005, por exemplo, o Comitê de Direitos Humanos das Nações Unidas ordenou ao Peru que indenizasse a requerente K.L. por lhe haver negado um aborto seguro. Este foi o primeiro momento em que as Nações Unidas afirmaram ser o aborto um direito humano.

⁹³ SILVA, Luisa Stella de Oliveira Coutinho. Direitos das Mulheres e Organização no Plano Internacional Moderno: Uma Revisão Histórica da Participação das Mulheres nas Relações Internacionais. Revista da Faculdade de Direito de Minas Gerais, Belo Horizonte, n. 65, PP. 513-547, jul./dez. 2014.

2.3. Os direitos das mulheres ao redor do mundo na atualidade

A evolução histórica também trouxe modificações e inclusões de diversos direitos que não estavam previstos e nem mesmo eram imaginados na primeira vaga do feminismo. A partir dos anos 90, pode-se dizer que houve uma evolução social para considerar homens e mulheres como iguais, sendo necessário que se levasse em conta as particularidades femininas para a busca da igualdade maior.

Uma das particularidades femininas levadas em conta a partir do ano 2000, especialmente, foi a violência doméstica. O Brasil, forçado pela decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos, criou em 2006 a lei Maria da Penha, que previa a criação de delegacias femininas e punição mais gravosa para quem praticasse violência doméstica. A Índia e a Grécia, no ano anterior, haviam promulgado uma Lei com o mesmo tema.

Em 2006, os Estados Unidos também condenaram Khalid Adem pela mutilação de sua filha de dois anos de idade. No ano seguinte, a Costa Rica e a Venezuela promulgaram leis contra a violência às mulheres, enquanto a Inglaterra promulgou uma lei contra casamentos forçados. Nos anos seguintes, a Guatemala (2008), Colômbia (2008), Argentina (2009) e El Salvador (2011) promulgaram leis a favor da integridade física feminina.

Em 2013, o Comitê de Direitos Humanos das Nações Unidas adotou uma resolução contra casamentos infantis ou forçados. No ano seguinte, o Conselho Europeu adotou o posicionamento contra a violência doméstica e de gênero.

Embora os países retro mencionados tenham avançado bastante no quesito de igualdade de gênero, vemos que esta situação não é global. A Nicarágua, por exemplo, somente alterou sua legislação em relação ao poder paterno em 2015. Caso similar ocorreu na Argélia, onde somente foi promulgada uma lei em relação ao abuso sexual em 2016.

Ainda há um longo caminho a percorrer em busca dos direitos das mulheres. Embora muitas vezes a legislação de um país indique que a igualdade entre os gêneros é real, percebe-se, da análise social, que ainda há um longo caminho a percorrer. Até mesmo em países culturalmente igualitários, como os Estados Unidos, verifica-se que assédios são relativamente comuns e que, embora hajam leis impedindo a diferença

salarial entre homens e mulheres no mesmo cargo, não é o que ocorre fora do plano do direito.

Como mencionado, existem países, ainda, que não identificam a mulher como igual ao homem nem de forma social e nem de forma legal. Motivados por extremismos religiosos ou culturas predominantemente machistas, ordenadores legais vinculam a mulher a um ser inferior, incapaz de tomar decisões simples sozinha, como pedidos de divórcio, ou até mesmo assistirem partidos de futebol.

Tais situações são marcos com o fim de demonstrar que muitas mudanças devem ser feitas, mais do que no papel, na lei, na mente e na sociedade como um todo. Há que se haver uma consciência global em busca de igualdade para todos.

CAPÍTULO 3

AS MULHERES ATUANTES NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

«É tempo de as mulheres pegarem o seu lugar de direito, lado a lado com os homens, nas salas onde o destino das pessoas, onde o destino dos seus filhos e netos é decidido».

(Hillary Clinton)

Os capítulos anteriores demonstraram diversos momentos em que a contribuição das mulheres colaborou para a evolução dos direitos tanto femininos quanto humanos em geral. As mudanças sociais efetivadas pelas mulheres também incidiram em melhorias nos direitos infantis, LGBT e de outras minorias, além dos direitos específicos das mulheres.

Tais movimentos, como vimos, foram não só organizados nacionalmente, como em algumas vezes foram apoiados por movimentos e Organizações Internacionais, além dos Estados, se tornando transnacionais e globais. Tendo em vista que os direitos humanos básicos são interesse das mulheres em todo o mundo, nada faz mais sentido do que juntar mulheres de diversos continentes para lutar lado a lado. Essa união ocorreu em função dos direitos trabalhistas femininos, em especial, e hoje ocorre sobretudo em busca da mitigação da violência de gênero por meio das relações internacionais.

Porém, inicialmente, cabe um questionamento teórico. O que são as relações internacionais? A vasta doutrina diverge em relação à definição do termo.

BROWN⁹⁴ informa que um segmento acredita que as relações internacionais são as relações diplomáticas e estratégicas entre Estados, com foco na guerra e paz, conflito e cooperação. O autor ainda discorre que outros estudiosos do ramo acreditam que as relações internacionais são quaisquer relações transfronteiriças, sendo elas políticas, econômicas e sociais. Este segmento acredita que as Relações Internacionais, como ramo de estudo, versam tanto sobre negociações entre empresas quanto sobre os trabalhos das Nações Unidas. Ainda, tendo em vista a globalização, muitos concordam

⁹⁴ BROWN, Chris e AINLEY, Kirsten. *Understanding International Relations*. Third Edition. Nova York: Palgrave Macmillan. 2005.

que as relações internacionais têm como foco a comunicação, o transporte e o sistema financeiro global.

Há que se afirmar que esta não é a visão originária a respeito das relações internacionais. SUTCH⁹⁵ explica que a visão clássica das relações internacionais é a imaginada pelo sistema europeu, que trouxe conceitos como território, soberania e não-intervenção. Tradicionalmente, as relações internacionais versavam sobre relações específicas de guerra. Foi nesse contexto que os conceitos retro mencionados foram forjados.

Recorde-se que, como bem menciona BROWN⁹⁶, nas relações internacionais não há uma figura autoritária central, como há dentro dos Estados. Por este motivo é dado um enfoque maior na diplomacia e estratégia. Afirma o autor:

Os participantes nas relações internacionais são levados a cuidar dos seus próprios interesses e persegui-los utilizando os seus próprios recursos - nós vivemos, como diz o jargão, num sistema de autoajuda. Porque é um sistema de autoajuda, a segurança é a principal preocupação dos estados e a diplomacia, o exercício de influência, existe num contexto onde a força é, no mínimo, uma possibilidade. A possibilidade de que a força possa ser exercida é o que torna o Estado - que, na verdade,

⁹⁵ On a deeper level the conventional view may serve an important function. A typical founding myth, it offers a neat account of how the ‘classical’ European system, the prototype of the present international system came about. Conveniently and comprehensively it explains the origin of what are considered the main characteristics of that system such as territoriality, sovereignty, equality, and non-intervention. It fits perfectly with the accepted view of what international relations is about, or at least has ‘traditionally’ been about: relations of a specific kind (with the problem of war occupying a central position) among actors of a specific kind (territorial, sovereign, legally equal). While IR authors are divided on the applicability of this conventional model to current phenomena, very rarely do they question its applicability to the past. SUTCH, Peter e ELIAS, Juanita. *International Relations: The Basics*. Nova York: Routledge. 2007.

⁹⁶ There is in international relations no formal centre of authoritative decision-making such as exists, in principle at least, within the state. This is why a stress is placed traditionally on diplomacy and strategy; although the term ‘international politics’ is often used loosely in this context, international relations are not really political, because, again on the traditional account, politics is about authority and government and there is no international authority in the conventional sense of the term. Instead of looking to influence government to act on their behalf, the participants in international relations are obliged to look after their own interests and pursue them employing their own resources – we live in, as the jargon has it, a self-help system. Because it is a self-help system, security is the overriding concern of states and diplomacy, the exercise of influence, exists in a context where force is, at the very least, a possibility. The possibility that force might be exercised is what makes the state – which actually possesses and disposes of armed force – the key international actor. Other bodies are secondary to the state, and the myriad of other activities that take place across state boundaries, economic, social, cultural and so on, are equally secondary to the diplomatic-strategic relations of states.

BROWN, Chris e AINLEY, Kirsten. *Understanding International Relations*. Third Edition. Nova York: Palgrave Macmillan. 2005.

possui e dispõe de força armada - o ator internacional chave. Outros corpos são secundários para o Estado, e a miríade de outras atividades que acontecem através das fronteiras estaduais, económicas, sociais, culturais e assim por diante, são igualmente secundárias para as relações diplomático -estratégicas dos Estados.

O presente trabalho aplicará a definição de relações internacionais como as relações políticas, económicas e sociais, que transcendam as fronteiras de Estados, tendo como atores os países, empresas transnacionais, organizações internacionais e organizações não governamentais e que tenham como palco o sistema internacional. Porém, além dos atores estatais e dos não-estatais, com todas as suas subdivisões, a presente dissertação também incluirá a pessoa humana como agente-paciente, denominada como «ator individual». Desta forma, necessário definir o que é ator individual nas relações internacionais. CASTRO⁹⁷ explica:

Os atores individuais exercem capacidade de influência, mesmo não tendo nenhum vínculo direto com o Estado no manuseio da *summa potestas*, ressaltando a necessidade de responsabilidade social, de consciência ecológica e de respeito aos direitos fundamentais do homem (orto-ontopraxia). Às vezes, contudo, os atores individuais agem de maneira contrária aos direitos fundamentais e aos preceitos de respeito ao Direito Internacional.

Como explica o autor, os atores individuais são pessoas humanas dotadas de uma influência considerável e que conseguem fazer um diferencial na sociedade global ou regional. Diversos são os exemplos: Gandhi, Nelson Mandela, Al Gore, entre outros. Entre as mulheres, o número também é numeroso: Malala, Angelina Jolie e Flávia Agnes são apenas três dentre um vasto número de influenciadoras mundialmente. Ressalte-se que uma das exigências para a classificação de «ator individual» é que não haja vínculo institucional, como um mandato público que faça o ator agir em nome de um Estado. Os chefes de Estado, por exemplo, são atores estatais de âmbito individual.

Informemos, ainda, que os atores individuais poderão agir tanto em prol da guerra quanto em prol da paz. Um exemplo emblemático em relação ao primeiro caso é

⁹⁷ CASTRO, Thales. Teoria das relações internacionais. Brasília: FUNAG, 2012.

o de Osama Bin Laden, conhecido terrorista internacional, responsável por diversos ataques ao mundo ocidental, inclusive ao World Trade Center em 11 de setembro de 2001.

O presente capítulo versará em especial a respeito das mulheres que atuam como atrizes individuais e como atrizes estatais de âmbito individual, porém sem deixar de incluir grupos sociais e as particularidades das atuações femininas em prol das relações internacionais. Observar-se-á que, em muitos casos, a integração de mulheres e discursos foram iniciados visando a solução para um conflito interno, local, porém a identificação com o problema foi e continua sendo realizada por mulheres e por partidários da paz em todo o globo, fazendo com que uma ação pequena e local se torne mundial.

A experiência de um grupo de mulheres e alguns gestos de solidariedade com o próximo ultrapassam fronteiras e mudam a forma de uma sociedade e do mundo agir. MASONI⁹⁸ explana brilhantemente sobre o tema:

A contribuição do feminismo para as Relações Internacionais dá-se diariamente nos dias atuais, através de movimentos e ações que são levadas à instâncias governamentais, como o Movimento de Mães da Praça de Maio na Argentina, ONGs lideradas por mulheres que lutam contra as práticas de mutilação feminina na África ou que lutam pelo direito à educação escolar de meninas no Afeganistão, formação de tropas de *peace keeping* pela ONU, composta somente por mulheres para atuar em regiões onde abusos foram relatados, além da criação da ONU Mulheres (UN Women), uma entidade para a igualdade de gênero e empoderamento das mulheres, criada em julho de 2010 pelas Nações Unidas.

As ações de mulheres comuns ou profissionais nas relações internacionais trazem benefícios tanto para as outras mulheres quanto para seus maridos, pais e filhos. A sociedade como um todo é tocada pelas atitudes simples de algumas mulheres. Sobre o tema, ESFANDIARI⁹⁹ também tem considerações interessantes:

⁹⁸ MASONI, Melissa. O Feminismo e sua contribuição para as relações internacionais. Rio de Janeiro: Centro Universitário Metodista, 2013. Disponível em: < <http://docslide.com.br/education/o-feminismo-e-sua-contribuicao-para-as-relacoes-internacionais.html>>. Acesso em 30 de junho de 2015.

⁹⁹ ESFANDIARI, Haleh. in DANSPECKGRUBER, Wolfgang et. al. Women leaders in international relations and world peace. Princeton University: Liechtenstein Institute at Princeton, 2010. Disponível em: < <http://arks.princeton.edu/ark:/88435/dsp01qr46r084n>>. Acesso em 12 de setembro de 2015.

Um exemplo é a situação das mulheres iranianas. Desde a Revolução Islâmica, as mulheres têm formado uma resistência contra a ditadura do governo, em especial contra as roupas que as mulheres são forçadas a usar e a exclusão das mulheres do ambiente de trabalho e das universidades. Apesar da retaliação, como prisões e tortura, as mulheres continuam na luta pelos direitos iguais.

Do estudo da história é possível perceber que as mulheres sempre foram sujeitas atuantes nas relações internacionais, embora o seu papel nem sempre tenha sido claro ou mesmo aparente. DANSPECKGRUBER¹⁰⁰ afirma que:

Embora as mulheres sempre tenham sido atuantes nas Relações Internacionais, facto que pode se depreender da atuação das líderes Catarina, a Grande, Margaret Thatcher, entre outras, o estudo a respeito o papel das mulheres sempre foi deixado de lado ante a quantidade de trabalhos em relação às conquistas masculinas.

Proporcionalmente, os homens possuem muito mais atuação em relação às relações e negociações internacionais. Considerando-se a evolução dos direitos femininos, é até impressionante o número de mulheres atuantes nas relações internacionais hoje em dia.

DANSPECKGRUBER afirma que, até a Primeira Guerra Mundial, a atuação feminina nas relações internacionais e na diplomacia permaneceu informal, com mais ações «por trás dos panos» do que oficiais. Até mesmo após a Primeira Guerra, como vimos no capítulo anterior, as mudanças ocorreram de forma bem lenta, sendo uma vitória cada ingresso feminino nos altos níveis de educação e cada posição importante nas ciências, medicina, comércio e política.

Com o fim da Guerra Fria e o início dos anos 90, a participação das mulheres na condução dos negócios internacionais aumentou consideravelmente. Ainda assim, até

¹⁰⁰ DANSPECKGRUBER, Wolfgang et. al. Women leaders in international relations and world peace. Princeton University: Liechtenstein Institute at Princeton, 2010. Disponível em: <<http://arks.princeton.edu/ark:/88435/dsp01qr46r084n>>. Acesso em 12 de setembro de 2015.

hoje a influência das mulheres no meio das relações internacionais muitas vezes vem de uma liderança obtida fora dos canais diplomáticos legais.

ENLOE¹⁰¹ afirma que a mulher, por vezes, pode ser o objeto utilizado para estreitar ou alargar laços internacionais, dependendo do ambiente político do momento. Um grande caso exemplificativo é o uso pelos Estados Unidos da figura da atriz e cantora brasileira Carmen Miranda. Aduz a autora que:

Nos anos 30, alguns magnatas de Hollywood transformaram a cantora brasileira Carmen Miranda em uma estrela de cinema americana. Eles estavam tentando ajudar o Presidente Franklin Roosevelt em seus esforços para promover relações amigáveis entre os Estados Unidos e a América Latina. Quando os executivos da empresa *United Fruits* se apropriaram da imagem popular e latinizada de Carmen Miranda para criar um logo para as suas bananas importadas, eles estavam tentando construir uma íntima relação entre as donas de casa americanas e uma companhia de plantações multinacional. Com os seus famosos arranjos de frutas e presença vivaz, Carmen Miranda foi usada pelos homens americanos para reestruturar relações internacionais¹⁰².

Como se percebe da leitura, foi forjada, por meio dos filmes e da publicidade, uma identidade de Carmen Miranda mais distante do original, porém mais próxima da cultura e vida americana, tornando a cantora, bem como suas bananas, mais reconhecíveis e passíveis de serem consumidas pelas donas de casa e também pelos seus maridos.

A personagem «Chiquita Banana», de Carmem Miranda, foi usada como marca para que um país consumisse mais um produto e assim estreitasse seus laços com o país produtor. Ressalte-se, ainda, que a atriz e cantora teve sua imagem sexualizada e emburrecida em diversos filmes durante todo o período de boa vizinhança entre Brasil e

¹⁰¹ ENLOE, Cynthia. *Bananas, beaches & bases: making feminist sense of international politics*. University of California Press, 1990.

¹⁰² Tradução livre. In the 1930s Hollywood moguls turned Brazilian Singer Carmen Miranda into an American movie star. They were trying to aid President Franklin Roosevelt's efforts to promote friendlier relations between The US and Latin America. When United Fruit executives then drew on Carmen Miranda popular Latinized female image to create a logo for their imported bananas, they were trying to construct a new intimate relationship between American housewives and multinational plantation company. With her famous fruited hats and vivacious presence, Carmen Miranda was used by American men to reshape international relations.

Estados Unidos. Quando as relações afrouxaram novamente, anos depois, a atriz voltou à obscuridade em terras americanas.

Algumas vezes as mulheres não percebem o papel que têm na realidade internacional e são levadas pelo governo ou pela imprensa a tomar algumas atitudes ou afirmar certos entendimentos sobre os quais não têm entendimento completo.

Como afirma SILVA¹⁰³, as mulheres tiveram um papel essencial na conjuntura mundial. Além de gerir os conflitos em que são submetidas, precisaram reivindicar em certos momentos seus próprios direitos e defender suas próprias causas. As mulheres lutaram e permanecem em luta contra a dominação de um gênero sobre o outro simplesmente por diferenças biológicas e culturais. Ainda, ao demonstrarem e buscarem diminuir as diferenças de gênero, as mulheres também mitigam as diferenças de classe social e etnia. Nas palavras de ADICHIE¹⁰⁴,

A questão de gênero é importante em qualquer canto do mundo. É importante que comecemos a planejar e sonhar um mundo diferente. Um mundo mais justo. Um mundo de homens mais felizes e mulheres mais felizes, mais autênticos consigo mesmos.

É importante lembrar que, enquanto em alguns países as mulheres buscam os direitos de terceira geração, em outros o direito à vida e à integridade física ainda não é totalmente observado. Ao lutar pelo fim da violência doméstica, da mutilação genital feminina, dos casamentos infantis, o fim das desigualdades, da perseguição de gênero e a proclamação da liberdade como um todo, as mulheres e os homens defensores dos direitos humanos criticam a construção patriarcal do direito baseado numa hierarquia binária de sexos, onde o homem é dominante e a mulher subordinada.

É necessária, afirma SILVA¹⁰⁵, para uma visão de mundo e para relações internacionais mais igualitárias, uma historiografia diferente, onde a história das mulheres é contada visando um mundo diferente, onde a vida de uma pessoa não seja mais determinada pelos seus genitais ao nascer.

¹⁰³ SILVA, Luisa Stella de Oliveira Coutinho. Diretos das Mulheres e Organização no Plano Internacional Moderno: Uma Revisão Histórica da Participação das Mulheres nas Relações Internacionais. Revista da Faculdade de Direito de Minas Gerais, Belo Horizonte, n. 65, PP. 513-547, jul./dez. 2014.

¹⁰⁴ ADICHIE, Chimamanda. *Sejamos Todos Feministas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

¹⁰⁵ SILVA, Luisa Stella de Oliveira Coutinho. Diretos das Mulheres e Organização no Plano Internacional Moderno: Uma Revisão Histórica da Participação das Mulheres nas Relações Internacionais. Revista da Faculdade de Direito de Minas Gerais, Belo Horizonte, n. 65, PP. 513-547, jul./dez. 2014.

Ao longo do capítulo, será verificado que muitas vezes a mulher nem mesmo sabe o que é feminismo, mas compreende a injustiça da situação em que está inserida e busca mais igualdade de direitos. Esse tipo de situação, embora ocorra em maior frequência entre as mulheres sem muita instrução, acontece em todas as classes e em diversas nações e classes sociais. Existem casos em que a mulher, por não ter conhecimento acadêmico acerca dos direitos femininos, acredita que homens e mulheres podem ser julgados sob prismas diferentes e de forma distinta pela legislação. ADICHIE¹⁰⁶ demonstrou como o empoderamento feminino surge a partir do estranhamento a respeito de violações de direitos comuns, ao afirmar:

Fico chateada. Quero dizer a eles que sou tão humana quanto um homem, e digna de ser cumprimentada. Sei que são detalhes, mas às vezes são os detalhes que mais incomodam.

Os motivos mencionados demonstram porque é importante o questionamento a respeito da diferença de gênero nas relações internacionais. Há uma diferença nas ações e influências entre os atores masculinos e femininos no sistema internacional? Porque o trabalho de líderes mulheres ainda é visto com tanta surpresa? Fatores como religião, política, cultura, ditados de que «mulheres são o sexo frágil» entre outros ainda contribuem de forma marcante para a tímida participação das mulheres neste meio. Ressalte-se, porém, que diversos institutos, dentre eles o Instituto Liechtenstein de Autodeterminação, têm iniciado projetos de trabalho específicos para mulheres líderes em relações internacionais.

3.1. As cidadãs comuns

Embora o senso comum tenda a pensar que as mulheres comuns não possuem papéis atuantes perante as forças econômicas globais, é possível demonstrar de forma cristalina que tal opinião está equivocada. Nas brilhantes palavras de GIFFITHS¹⁰⁷, internacionalista australiano, «caso alguém possa pensar que o papel das mulheres é marginal aos negócios principais da economia internacional, deve ser destacado que as

¹⁰⁶ ADICHIE, Chimamanda. *Sejamos Todos Feministas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

¹⁰⁷ GRIFFITHS, Martin. *International Relations: The Key Concepts*. New York: Routledge, 2001.

mulheres filipinas que trabalham como empregadas domésticas fora do seu país contribuem, anualmente, mais para a economia filipina do que as indústrias de açúcar e minério nacionais»¹⁰⁸.

São as mulheres comuns que, forçadas pelas violações aos próprios direitos, ou aos direitos de familiares, ou por viverem em uma situação que exige mudanças, se organizam e vão em busca de alterações do sistema atual, procuram o governo ou a imprensa e, quando não obtêm resultados favoráveis destes poderes, criam uma organização e, muitas vezes somente com a ajuda de vizinhos e conhecidos, melhoram a vida para todos.

Como afirma ESFANDIARI¹⁰⁹, as mulheres líderes de hoje não estão no gabinete, no parlamento ou em posições decisivas. É mais fácil encontrá-las em ONGs e fora do governo. Elas têm influência e suas vozes são ouvidas não porque têm acesso a oficiais ou elas mesmas estão em posições de poder, mas porque seus requerimentos fazem sentido tanto para as mulheres educadas, das classes mais altas, como para as mulheres de classe média e das classes inferiores. As suas reivindicações fazem sentido em especial para as mulheres mais jovens.

A autora explana que mulheres de todas as classes buscam empregos, oportunidades, maior liberdade e igualdade perante a lei. Elas também querem acesso igual a educação e emprego, participação no processo político e direitos. Nenhuma mulher quer perder a custódia dos seus filhos, ou permanecer sujeita ao marido, tendo que se submeter a dividir o consorte. Nenhuma mulher quer ser barrada a um acesso a educação ou emprego por causa do seu gênero.

Ao longo do presente trabalho, já foram nomeadas diversas organizações nacionais e internacionais de mulheres, em especial em busca da paz e do sufrágio universal, pelo seu valor histórico. Existem, porém, várias outras organizações, sendo algumas explanadas neste capítulo.

¹⁰⁸ Tradução livre. “In case one might think that the role of women is marginal to the real business of the international economy, it should be noted that Philippine women working abroad as domestic servants annually contributes more to the Philippine economy than the national sugar and mining industries”.

¹⁰⁹ ESFANDIARI, Haleh. in DANSPECKGRUBER, Wolfgang et. al. Women leaders in international relations and world peace. Princeton University: Liechtenstein Institute at Princeton, 2010. Disponível em: < <http://arks.princeton.edu/ark:/88435/dsp01qr46r084n>>. Acesso em 12 de setembro de 2015.

3.1.1. O Movimento das Mães da Praça de Maio

O suplício das Mães da Praça de Maio começou a partir de 1976, período ditatorial argentino, denominado «Processo de Reorganização Nacional». «El Proceso», como é normalmente chamado, foi um período de terrorismo de Estado, onde houve uma constante violação de direitos humanos, desaparecimento e morte de milhares de pessoas, além da apropriação ilegal de recém-nascidos e crimes de lesa humanidade.

Em 30 de novembro de 1976 o jovem Néstor Villaflor foi sequestrado com sua noiva sem avisos ou um motivo claro. A sua mãe, Azucena Villaflor, até então uma modesta dona de casa, passou a frequentar hospitais, delegacias e todos os locais em que seu filho pudesse estar. Tendo descoberto que seu filho havia sido levado pela polícia ditatorial, Azucena fez tudo em seu poder para liberar Néstor Villaflor: colheu assinaturas de todos os seus conhecidos, juntou todos os antecedentes de seu filho para entregar as autoridades e contratou um advogado, porém não obteve sucesso.

A busca, porém, rendeu alguns frutos. Azucena conheceu outras mães que se encontravam na mesma situação e, em busca de respostas e de uma audiência com o então presidente Jorge Rafael Videla, as senhoras se reuniram no dia 30 de abril de 1977 na Praça de Maio, em Buenos Aires, na frente da Casa Rosada, sede da presidência argentina. Inicialmente, as mães decidiram se reunir aos sábados, porém decidiram que haveria mais movimento na quinta-feira.

Participaram da primeira reunião Azucena Villaflor de Vicenti, Berta Braverman, Haydée García Buelas, María Adela Gard de Antokoletz, Julia Gard, María Mercedes Gard y Cándida Gard, Delicia González, Pepa García de Noia, Mirta Baravalle, Kety Neuhaus, Raquel Arcushin, Antonia Cisneros e duas moças que não deram seus nomes. As reuniões seguintes receberam mais manifestantes, como Hebe de Bonafini.

À época, o alegado pelo governo ditatorial e pela imprensa é que não havia desaparecidos, então um grupo de mães em busca de seus filhos era visto como ilegal. Um dia, policiais se dirigiram às mães de pé na praça e falaram que elas não poderiam ficar paradas em grupo, pois as reuniões de três ou mais pessoas estavam proibidas. Assim, as mulheres passaram a caminhar ao redor da Pirâmide de Maio. Para se

reconhecerem, passaram a usar um pano em suas cabeças. As mães se reuniam em todas as marchas religiosas e populares possíveis.

Há que se mencionar as diversas formas de desaparecimento ocasionadas pelo governo ditatorial argentino. Há, por exemplo, uma estimativa de que 500 bebês foram retirados dos seus pais e entregues para famílias adotivas, como uma forma de punição de pessoas consideradas «subversivas».

Em 8 de dezembro de 1977, duas mulheres do grupo foram sequestradas, como uma forma de repressão à atitude das mães de maio. Após discussões, decidiu-se manter o grupo. Dois dias depois, três fundadoras do grupo, Mary Ponce, Esther Balestrino de Careaga e Azucena Villaflor, além de duas freiras e sete ativistas foram sequestrados e desapareceram. Os corpos de Azucena Villaflor e de seu filho Néstor, cujo desaparecimento motivou o grupo, nunca foram encontrados.

Em 1978 foi organizada a Copa do Mundo de Futebol na Argentina, período em que as mães da praça de maio puderam ter visibilidade e apoio internacional. A televisão holandesa optou por passar a marcha das mães da praça de maio ao invés do Mundial de Futebol, finalmente mostrando para o mundo a situação das mães argentinas e também as auxiliando indiretamente, tendo em vista que as pessoas holandesas começaram a enviar auxílio para as manifestantes. Os valores recebidos auxiliaram, por exemplo, a arranjar um lugar onde as mães pudessem se reunir. Afirma CASTELLI¹¹⁰:

As Madres de Plaza de Mayo ficaram internacionalmente conhecidas por suas intervenções distintas em meio ao espaço público e diante do governo repressor, alcançaram notoriedade e respeito, tornaram-se ameaça a ordem vigente e protagonizaram a primeira manifestação pública contra a ditadura militar.

Após a redemocratização da Argentina, as mães seguiram buscando respostas e protestando contra o governo que, inicialmente, não tinha interesse para punir todos os culpados pelos delitos gravíssimos contra os direitos humanos. A *Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas*, por exemplo, divulgou, em 1984, que somente 8.961 pessoas haviam sido desaparecidas durante a ditadura. As mães protestaram afirmando

¹¹⁰ CASTELLI, Natasha Dias. Conhecendo As Mães Da Praça De Maio: Ensaio Do Perfil Da Associação. XI Encontro Estadual De História. ANPUHRs: Rio Grande, 2012.

que, pelos dados que elas possuíam, o número de desaparecidos era em torno de 30 mil. Atualmente, o número defendido pela Secretaria de Direitos Humanos é 13 mil pessoas.

No ano de 1985, os esforços das mães de maio resultaram na condenação do presidente Videla à prisão perpétua, porém dois anos depois foi promulgada uma lei de Obediência Devida, que «perdoou» os delitos de Videla e outros militares condenados.

Foi somente em 2006, durante o governo de Néstor Kirchner, que as mães da praça de maio viram serem levados seriamente a julgamento os militares acusados e investigados os desaparecimentos durante a ditadura. O mencionado presidente declarou a nulidade das leis de Ponto Final e Obediência Devida, seguido da promulgação pela Corte Suprema do País da imprescritibilidade dos crimes de lesa humanidade, da consideração aos indultos como inconstitucionais pela Câmara de Cassação Penal e, finalmente, a instituição do dia 24 de março como Dia Nacional da Memória pela Verdade e a Justiça. Atualmente, existem 1.589 imputados entre militares e civis envolvidos em crimes durante o período; destes, 753 estão sendo processados e 82 condenados.

Até o presente dia, seguem-se exames de DNA para encontrar as crianças roubadas de lares durante a ditadura. Cerca de 120 pessoas já foram reunidas com suas famílias após denúncias anônimas e investigações.

Nem todas as mães tinham uma percepção ou envolvimento político. Muitas delas foram trazidas para a situação pela perseguição e desaparecimento de seus filhos. Caso isso nunca houvesse acontecido, elas permaneceriam seguindo suas vidas como donas-de-casa e mães. Em uma Carta¹¹¹ de 1977, as mães deixam claro seu objetivo apolítico:

No queremos ser instrumentadas ni utilizadas con ninguna finalidad política o ideológica. Lo único que nos une es el dolor de nuestros hijos desaparecidos. Somos únicamente madres de desaparecidos que recorreremos angustiosamente los despachos oficiales en procura de ayuda y que nos hemos encontrado, sin organización previa ni posterior alguna, en la Plaza de Mayo.

Atualmente, as mães de maio protestam por diversos temas além da busca pelos desaparecidos políticos, como a disputa das Ilhas Malvinas, o fim do terrorismo e

¹¹¹ Carta al señor Ministro del Interior, 26 de diciembre de 1977, en Archivo de la Asociación Madres de Plaza de Mayo. Em CASTELLI, Natasha Dias. Conhecendo As Mães Da Praça De Maio: Ensaio Do Perfil Da Associação. XI Encontro Estadual De História. ANPUHS: Rio Grande, 2012.

das guerras. Além disso, elas também criaram a Universidade Popular Madres de Plaza de Mayo. Pelo seu trabalho humanitário mundialmente reconhecido, as mães da Praça de Maio ganharam o Prêmio Sakharov para a Liberdade de Pensamento em 1992.

Ainda hoje, todas as quintas-feiras, às 15h30, as mães realizam manifestações na Praça de Maio, em frente à Casa Rosada, buscando não só manter o desaparecimento de seus filhos vivo na memória de todos os argentinos, mas também fazer apelos a outras causas internacionalmente importantes.

3.1.2. Damas de Branco

As Damas de Branco são um grupo de mães, esposas e irmãs de presos políticos, também chamados de «presos de consciência» do regime cubano. Formado em abril de 2003, o grupo surgiu após a «Primavera Negra», uma série de prisões efetuadas durante a primavera de 2003 contra 75 pessoas opositoras ao regime político do governo cubano.

Este grupo, composto pelas mulheres familiares de tais prisioneiros, foi fundado por Laura Pollán, esposa do engenheiro eletrônico Héctor Maseda Gutierrez, após este haver sido condenado a 20 anos de prisão em março de 2003. O caso de Gutierrez ainda foi mais gravoso por ele ter uma idade avançada, 62 anos, quando da sua prisão.

As mulheres deste movimento se reúnem sempre aos domingos, após as missas religiosas, para fazer passeatas e têm como tradição o uso de roupas brancas, uma forma de honrar os mortos pelo regime cubano. Além da atividade dominical, também são organizados chás literários entre as participantes do grupo.

Por suas lutas humanitárias, em 2005 o movimento das Damas de Branco recebeu o Prêmio Sakharov para a Liberdade de Pensamento, porém as componentes do movimento foram proibidas de realizar a viagem para comparecer à cerimônia. No ano seguinte, o grupo ganhou o prêmio *Human Rights First*.

Em 2010, além das manifestações em Cuba, o grupo das Damas de Branco também recebeu apoio em Los Angeles, Nova York, Miami e Madrid, além do apoio de cubanos famosos como Andy Garcia e Gloria Estefan. Em fevereiro de 2011, diversos presos políticos foram soltos, incluindo o esposo de Laura Pollán.

O grupo ainda passa por momentos turbulentos. Diversos grupos políticos buscam o apoio das Damas de Branco, tornando muito difícil manter este grupo apolítico e causando alguns conflitos internos.

Em março de 2016, diversos participantes do grupo, inclusive a sua líder atual, Berta Soler, foram presos algumas horas antes da visita histórica do presidente americano Barack Obama a Cuba. Embora houvesse sido marcado um encontro entre o presidente americano e a oposição cubana, o governo deste país decidiu que os manifestantes seriam uma ameaça ao país e os deteve durante a visita americana.

Apesar dos esforços humanitários nacionais e internacionais, de acordo com listas¹¹² de manifestantes da oposição cubanos, entre janeiro e março de 2016 foram apreendidos 2.555 opositores políticos.

Insta mencionar que, apesar do caráter apolítico tanto das Damas de Branco quanto das Mães da Praça de Maio, há um conflito entre os dois grupos. As Mães da Praça de Maio não prestam apoio às Damas de Branco pois, enquanto na Argentina houve uma ditadura militar de direita, contra os ideais de esquerda política, defendidos por muitos desaparecidos no período militar, a situação em Cuba é inversa: no local, há uma ditadura de um governo de esquerda, onde os prisioneiros partilham normalmente de ideais de direita política. Apesar de terem passado pela mesma situação, os grupos não conseguem compreender o outro como correto, por seus ideais diferenciados.

3.1.3. Asmaa Mahfouz

Asmaa Mahfouz, nascida em fevereiro de 1985, é uma ativista egípcia e uma das fundadoras do Movimento de Juventude 6 de abril. Asmaa se tornou um ícone revolucionário ao publicar vídeos com suas opiniões contra as atitudes do governo na internet. Embora as mulheres ainda tenham, no Egito, menos direitos do que os homens e menos possibilidade de demonstrarem suas reclamações, Mahfouz conseguiu tornar-se uma líder da revolução egípcia.

O Movimento de Juventude 6 de abril, que tem Mahfouz como cofundadora, teve como motivação a morte de Khaled Said, um empresário egípcio de 28 anos que foi

¹¹² NOTÍCIAS UOL. Cuba liberta vários dissidentes após marcha das damas de branco. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/efe/2016/03/21/cuba-liberta-varios-dissidentes-detidos-apos-marcha-das-damas-de-branco.htm>. Acesso em 23 de março de 2016.

morto por dois policiais após publicar em seu blog vídeos de ambos em posse de drogas ilícitas. Após descoberto o seu homicídio, o movimento fez uma campanha para que os trabalhadores de Al-Mahalla Al-Kubra, uma cidade industrial do Egito, fizessem uma greve geral, ficando nas suas casas no dia 06 de abril de 2008.

Após esta greve geral, os ativistas continuaram a publicar a realidade egípcia e as suas opiniões contrárias na internet, buscando mais partidários da sua opinião, com o objetivo de depor o presidente Mohammad Hosni Said Mubarak¹¹³ e realizar resistências não-violentas.

Em janeiro de 2011, motivados pelos atos de resistência realizados na Tunísia que levaram ao fim de uma ditadura de 23 anos, Mahfouz e seus companheiros organizaram um protesto e a ativista divulgou um vídeo¹¹⁴, mostrando seu rosto e incentivando os cidadãos egípcios a se juntarem a ela na revolução. A revolucionária fez um discurso emocionado, do qual cita-se «Enquanto você diz que não há esperança, não haverá esperança, porém se você tomar uma atitude, haverá esperança».

A divulgação do vídeo foi um sucesso, pois mais de um milhão de egípcios apareceram para a manifestação. Embora centenas de manifestantes sofressem repressões da polícia e até mesmo mortes, as pessoas permaneceram nas ruas até 11 de fevereiro de 2011, quando o então presidente Mohammad Hosni Said Mubarak saiu do poder.

Por seu corajoso ato, Asmaa Mahfouz recebeu, junto com seus companheiros, o Premio Sakharov para a Liberdade de Pensamento em 2011. Também em 2011 foi detida sob a acusação de difamar governantes militares egípcios. Foi libertada e no mesmo ano as Forças Armadas egípcias retiraram as acusações.

No ano seguinte, foi sentenciada¹¹⁵ a um ano de prisão por agredir um cidadão egípcio. Posteriormente, no entanto, a ativista foi inocentada das acusações¹¹⁶. Ainda

¹¹³ Mohammad Hosni Said Murabak foi o 4º presidente do Egito e governou durante o período de 14 de outubro de 1981 a 11 de fevereiro de 2011. Renunciou após uma série de protestos em diversas cidades egípcias. Foi condenado, em junho de 2012, a prisão perpétua pela morte de centenas de manifestantes durante os protestos da Revolução Egípcia de 2011. Recorreu e, em novembro de 2014, foi absolvido das acusações pelo envolvimento na morte de manifestantes. Em 2015, foi condenado, junto com dois de seus filhos, a três anos de prisão pelo delito de corrupção, além do pagamento de multa de 171,9 milhões de euros e a obrigação de devolver aos cofres públicos a quantia de 28,8 milhões de euros. O ex-presidente se encontra em prisão domiciliar desde 2011, ano em que foi deposto.

¹¹⁴ Moralheroes.org. ASMAA MAHFOUZ. Moral Heroes. Disponível em: <http://moralheroes.org/asmaa-mahfouz>. Acesso em 15 de dezembro de 2015.

¹¹⁵ Ahramonline.org. Activist Asmaa Mahfouz sentenced to one year in jail. Disponível em: <http://english.ahram.org.eg/News/36232.aspx>. Acesso em 10 de janeiro de 2016.

¹¹⁶ Daily News Egypt Activist Asmaa Mahfouz banned from travelling.. Disponível em: <http://www.dailynewsegypt.com/2014/10/22/activist-asmaa-mahfouz-banned-travelling/>. Acesso em 10 de janeiro de 2016.

assim, foi proibida de deixar o país em 2014. A manifestante recebe¹¹⁷, ainda, constantes ameaças de morte. ESFANDIARI¹¹⁸ afirma que:

Por reconhecer o peso potencial de um movimento organizado de mulheres, o governo e os oficiais de segurança tendem a tratar mulheres líderes com hostilidade. Os oficiais normalmente tratam as ativistas como subversivas, suspeitando que seu maior interesse é bem diferente da igualdade perante a lei. Não foram poucos os casos em que governos afirmaram que o movimento de mulheres era parte de um complô americano para subverter a ordem nacional.

Atualmente, o Movimento de Juventude 6 de abril conta com aproximadamente 15 mil membros diretos e tem cerca de 500 mil seguidores no Facebook e no Twitter, sendo grande parte de seu sucesso diretamente ligada ao vídeo divulgado da manifestante Asmaa Mahfouz. Mahfouz, embora fosse uma mulher comum num país extremamente machista, não deixou tal situação a limitar e permanece numa contínua luta por um futuro melhor para seu país. Além disso, a militante segue como exemplo para as mulheres que querem mudanças em todo o mundo.

3.1.4. Malala Yousafzai

Malala Yousafzai¹¹⁹, nascida em 12 de julho de 1997, é uma jovem ativista paquistanesa nascida no vale Swat. Desde pequena, Malala apresentava um grande prazer pela educação. Seus pais administravam uma escola fundada por eles mesmos e Malala, desde a infância, frequentava o local.

Em 2007, o Talibã¹²⁰ passou a controlar o vale Swat e as meninas foram banidas das escolas. Além disso, as televisões, a dança e outras atividades culturais

¹¹⁷ Gulfnews.com. Revolutionary blogger Asmaa threatened. Disponível em: <http://gulfnews.com/news/mena/egypt/revolutionary-blogger-asma-threatened-1.757171>. Acesso em 10 de janeiro de 2016.

¹¹⁸ ESFANDIARI, Haleh. in DANSPECKGRUBER, Wolfgang et. al. Women leaders in international relations and world peace. Princeton University: Liechtenstein Institute at Princeton, 2010. Disponível em: < <http://arks.princeton.edu/ark:/88435/dsp01qr46r084n>>. Acesso em 12 de setembro de 2015.

¹¹⁹ Malala.org. A Global Advocate for Girls' Education. Disponível em: <https://www.malala.org/malalas-story>. Acesso em 03 de janeiro de 2016.

¹²⁰ O Talibã é um movimento fundamentalista que se difundiu no Paquistão e no Afeganistão a partir de 1994 e que dominou o Afeganistão entre 1996 e 2001. O movimento desenvolveu-se entre membros da

passaram a ser proibidas. Até o fim de 2008, o Talibã havia destruído aproximadamente 400 escolas no Paquistão. Embora fosse apenas uma jovem de 11 anos à época, Malala Yousafzai discursou na cidade de Peshawar, no Paquistão, a respeito do direito básico à educação feminina.

Em 2009, Malala Yousafzai iniciou um blog para a BBC, informando como era, para uma menina, viver sob o domínio do Talibã. Muitas das suas reportagens eram sobre a mudança social que ocorria no Paquistão e sobre a negativa de seu direito à educação. Embora tenha assumido uma identidade falsa para se manter mais segura, no fim de 2009 foi descoberto que a ativista era a verdadeira pessoa por trás dos textos do blog.

Durante o ano de 2009, Yousafzai e seus familiares foram forçados, juntamente com diversas outras famílias, a se deslocar dentro do país para evitar a guerra que ocorria no Paquistão. Após algumas semanas, Malala pôde retornar a Swat e continuou uma campanha pelo direito feminino à educação.

Ao longo dos anos, Malala se tornou nacionalmente, e depois mundialmente famosa pela sua determinação em dar acesso à educação de qualidade para meninas. Em 2011, a ativista foi indicada ao *International Children's Peace Prize*. No mesmo ano, Yousafzai ganhou o Prêmio Nacional da Paz Jovem do Paquistão.

O Talibã passou a ameaçar Yousafzai e sua família no fim de 2011. Além de ser uma defensora da educação feminina, algo proibido no regime, Malala era filha de um anti Talibã declarado. Seu pai, Ziauddin Yousafzai, era manifestamente contra o Regime Talibã.

Em 9 de outubro de 2012, Malala voltava da escola com seus colegas, em um ônibus escolar, quando um homem entrou e perguntou quem era Malala. Seus amigos a olharam e, naquele momento, o homem atirou e atingiu Malala no lado esquerdo da cabeça. Outras duas garotas também foram atingidas.

Yousafzai, em condições críticas, teve de ser enviada primeiro para um hospital em Peshawar e, depois, para a Inglaterra. Um pedaço do seu crânio foi retirado e, após múltiplas cirurgias e um coma induzido, Malala estava, embora com marcas e

etnia *pashtun*, porém também incluía muitos não afegãos do mundo árabe, além de pessoas da Eurásia e da Ásia. É oficialmente considerado uma organização terrorista pela Rússia, União Europeia e Estados Unidos.

uma ligeira paralisia facial, com o uso normal do cérebro. Em 2013, a ativista passou a frequentar a escola em Birmingham, na Inglaterra.

Após o ataque, Malala Yousafzai tornou-se, mais do que nunca, mundialmente famosa. Em julho de 2013, Yousafzai discursou na Organização das Nações Unidas. No mesmo ano, Malala publicou sua autobiografia. Yousafzai também recebeu, em 2013, o Premio Sakharov para a Liberdade de Pensamento.

Malala também fundou, no mesmo ano, um fundo para conscientizar a sociedade sobre a necessidade de educação feminina o impacto social e econômico da educação das meninas, além de capacitá-las a levantar suas vozes e a descobrirem seu potencial.

Em 2014, Malala Yousafzai se encontrou com refugiados sírios no Jordão, foi ao Quênia para dialogar com estudantes e, por fim, discursou na Nigéria sobre os ataques da organização terrorista Boko Haram e as suas investidas para acabar com a educação feminina.

Yousafzai recebeu o Prêmio Nobel da Paz em 2014, tornando-se a pessoa mais nova a receber o prêmio. Em seu discurso, Malala afirmou «Este discurso não é só para mim. É para todas as crianças esquecidas que querem educação. É para as crianças assustadas que querem paz. É para as crianças sem voz que querem mudanças».

Em 2015, Yousafzai inaugurou uma escola para 200 meninas sírias refugiadas no Líbano. Atualmente, Malala reside na Inglaterra, tendo em vista a perseguição que sofre no seu próprio país. Com o seu fundo, Malala financia a construção de escolas em seis países e permanece no diálogo com líderes internacionais para um alcance mundial.

Malala Yousafzai é um exemplo para todas as jovens meninas. Muzon Al Meliha¹²¹, por exemplo, é uma refugiada síria na Jordânia que luta pela educação em campos de refugiados. Muzon, de apenas 17 anos, cita Yousafzai como inspiração e diz que «ela me ensinou que não importa quais obstáculos vou enfrentar na vida, eles podem ser superados».

Outro exemplo da inspiração de Malala é Hadiqa Bashir. A menina de apenas 13 anos, natural da mesma cidade de Youzafzai, recebeu o *Muhammad Ali Humanitarian*

¹²¹ Naçõesunidas.org. Aos 17 anos, refugiada síria defende a educação de meninas em campo de deslocados na Jordânia. Disponível em <https://nacoesunidas.org/aos-17-anos-refugiada-siria-defende-a-educacao-de-meninas-em-campo-de-deslocados-na-jordania/>. Acesso em 15 de janeiro de 2016.

*Award*¹²² por dedicar a sua vida ao fim da prática de casamentos infantis no Paquistão. Segundo estimativas, uma em cada três meninas paquistanesas é submetida ao casamento forçado antes de chegar aos 18 anos.

Como visto inicialmente, não há que se dizer que as mulheres comuns não têm participações ativas nos conflitos. Elas são, muitas vezes, protagonistas nas fases pré, durante e pós-conflito. DORNIG¹²³ explana que:

Nas fases pré-conflito, mulheres constroem redes que encorajam grupos políticos e sociais a tomar medidas preventivas. Durante o conflito, mulheres se tornam as responsáveis por cuidar e alimentar suas famílias. No pós-conflito, mulheres podem ser pessoas chave nos processos de busca pela paz e na reabilitação e reintegração social. Como participante nos processos de reintegração social, a presença das mulheres sinaliza que o Estado está passando por um processo de maneira inclusiva.

Infere-se, portanto, a necessidade de se integrar a mulher comum nos processos decisórios das sociedades. Existem, porém, diversos motivos a dificultar ou até mesmo impedir o empoderamento feminino nos países em que as mulheres são socialmente vulneráveis. O principal motivo é, claramente, a falta de dinheiro para a mulher sustentar a si mesma e a sua família.

Nos informa JAMAL¹²⁴ que nas eleições de 2006 na Palestina, um percentual gigantesco de mulheres votou no Hamas. O motivo foi um só: o Hamas fornecia alimentos para a população. Na faixa de Gaza, aproximadamente 95% das mulheres vivem com menos de um dólar por dia. Quando não há nem mesmo alimentação, não há como discutir direitos humanos.

JAMAL explana ainda que, tendo em vista a fiscalização israelense em diversos pontos do país, muitos pais impediram suas filhas de frequentarem as escolas, sob o argumento de que elas seriam assediadas pelos oficiais israelenses e isso as faria

¹²² KHALIQ, Fazal. 13-year-old Swat girl wins Muhammad Ali Humanitarian Award. Disponível em: <http://www.dawn.com/news/1208203>. Acesso em 14 de outubro de 2015.

¹²³ DORNIG, Swen, in DANSPECKGRUBER, Wolfgang et. al. Women leaders in international relations and world peace. Princeton University: Liechtenstein Institute at Princeton, 2010. Disponível em: <<http://arks.princeton.edu/ark:/88435/dsp01qr46r084n>>. Acesso em 12 de setembro de 2015.

¹²⁴ JAMAL, Amaney, in DANSPECKGRUBER, Wolfgang et. al. Women leaders in international relations and world peace. Princeton University: Liechtenstein Institute at Princeton, 2010. Disponível em: <<http://arks.princeton.edu/ark:/88435/dsp01qr46r084n>>. Acesso em 12 de setembro de 2015.

impuras. Assim, nos locais onde há mais fiscalização israelense, o número de mulheres nas escolas caiu assustadoramente, da mesma forma que caiu a idade média de casamento. Meninas, ao invés de frequentarem a escola, passaram a casar cada vez mais cedo.

Há, também, um motivo extremamente importante para a ausência de mulheres em movimentos em certos países: o estupro corretivo. Embora não tenha sido noticiado pelas mulheres mencionadas neste trabalho, o estupro corretivo é uma ação comum para amedrontar mulheres que dependem de sua virgindade para ter um bom futuro ou, ao menos, serem vistas como cidadãs decentes. Afirma JAMAL que caso sejam aprisionadas, há uma grande chance de abuso sexual e, mesmo que não haja este abuso, uma mulher carregará esta marca e provavelmente não conseguirá se casar, além de não ser bem vista socialmente, o que também atrapalhará as chances de emprego.

É difícil refletir sobre igualdade de direitos quando não se tem nem luz nem telefone. Muitas mulheres vivem em condições tão vulneráveis que não conseguem refletir sobre as violações que ocorrem em sua vida. Assim, espera-se que tais mulheres tenham ajuda das governantes, de militares, da imprensa, de empresárias, ou seja, de qualquer setor da sociedade que se compadeça da sua situação.

3.2. As mulheres militares e paramilitares

O assunto das mulheres militares e paramilitares nas relações internacionais é particularmente difícil. Normalmente, as Forças Armadas atuam dentro das suas fronteiras, como proteção à Nação e às suas fronteiras, de forma a manter a integridade territorial do país. Ainda assim, existem casos em que grupos militares, no caso femininos, passam por atuações que são debatidas e influenciadoras a nível internacional, como são os exemplos mencionados no presente trabalho. Pela relevância mundial dos assuntos aqui debatidos, consideramos que a sua permanência na presente dissertação não seria nociva.

As Forças Armadas¹²⁵ continuam sendo, até hoje, instituições extremamente machistas. Objeto de denúncias de estupros e misoginia, o exército, ao mesmo tempo em

¹²⁵ As Forças Armadas de uma Nação são constituídas pelas suas organizações e forças de combate e de defesa. Dependendo do país, as forças armadas podem adotar designações oficiais alternativas como "forças de autodefesa", "forças militares" ou "exércitos". O exército é a componente terrestre das Forças Armadas da maioria dos países, em contraste com as suas componentes naval (marinha) e aérea (força aérea). Contudo, o termo "exército" ou "exércitos" são usados em alguns países para designarem a totalidade das Forças Armadas. Tal denominação será usada no presente trabalho.

que é uma instituição para proteger a sociedade como um todo, também é conhecido por desencorajar as suas vítimas a buscar ajuda e por procurar apagar as marcas de seus delitos.

Tradicionalmente, o Exército, como a guerra, é um ambiente quase unicamente masculino. Embora hajam exceções historicamente conhecidas, o papel das mulheres nas Forças Armadas somente vem sendo ampliado nas últimas décadas. De acordo com CARREIRAS¹²⁶, foi somente a partir da década de 70 que a maior parte dos países ocidentais passou a admitir mulheres nas suas fileiras militares. Ainda assim, o papel das mulheres nas Forças Armadas é controverso.

Normalmente, as mulheres não têm o acesso integral a todas as patentes do Exército. O papel inicial das mulheres era relacionado à alimentação, limpeza de regimentos e cuidados médicos, sendo impossível uma mulher ingressar em combates. Embora esta situação tenha se modificado, ainda existem funções e posições específicas, delegadas somente a homens. Alguns dos argumentos para essa segregação são a diferença física entre homens e mulheres, a crença de que mulheres não têm uma boa mira e outras habilidades necessárias para o combate corpo a corpo e também o facto de que há uma grande chance de a mulher engravidar e ficar impedida de combater, o que desfalaria a sua unidade. Percebe-se que muitos dos argumentos não têm um embasamento científico e são, em muitos casos, resquícios de um pensamento preconceituoso.

Atualmente, cerca de 15% dos exércitos nacionais em todo o mundo são compostos por mulheres. Em Portugal, o ingresso das mulheres nos exércitos deu-se em 1992. Antes desta data, já havia mulheres no serviço de saúde médico, porém em 1992 passou a haver formação de cadetes do sexo feminino. As mulheres constituem, no momento, cerca de 10% do total de soldados portugueses. Veja-se, na tabela abaixo, a formação atual do exército português por gênero e a sua evolução de 1993 a 2011.

¹²⁶ Carreiras, Helena. Mulheres nas Forças Armadas: transformação institucional e recrutamento feminino. Revista Sociologia- Problemas e Práticas. N. 18, 1995, pp. 97-128. Disponível em: <http://sociologiapp.iscte.pt/pdfs/22/221.pdf>. Acesso em 10 de outubro de 2015.

TABELA IV- EVOLUÇÃO DOS EFETIVOS DO EXÉRCITO POR GÊNERO

Fonte: GONÇALVES, Filipa Mota. MILITARES DO SEXO FEMININO NO EXÉRCITO PORTUGUÊS - OS ÚLTIMOS 20 ANOS. Revista Militar, 2536, maio de 2013. Disponível em: http://www.revistamilitar.pt/artigo.php?art_id=823. Acesso em 20 de outubro de 2015.

No Brasil, o serviço militar feminino só foi aceito a partir de 1992, quando a primeira turma de mulheres, composta de 49 estudantes, se formou na Escola de Administração do Exército. Em 1996, foi criado o Serviço Militar Feminino Voluntário para diversos cargos da área de ciências da saúde. Atualmente, cerca de 3,35% do total de pessoas atuantes no exército é do sexo feminino. Ressalte-se que a atuação das mulheres no exército, diferente dos homens, é voluntária. Além disso, ainda não há mulheres combatentes no exército¹²⁷.

A situação é um pouco diferente em outros países. Atualmente, o serviço militar feminino é obrigatório em Cuba, Israel, Noruega, Coreia do Norte, Tunísia e Eritreia.

No país do Oriente Médio, por exemplo, as mulheres são obrigadas a prestar o serviço militar dos 18 aos 20 anos. Tal imposição se iniciou em 1948, quando foi designado que as mulheres sem filhos e solteiras, de religião judia, deveriam servir por dois anos a partir dos 18 anos de idade. Caso a mulher seja casada e de outra religião que não a judia, poderá integrar o Exército voluntariamente. Atualmente, as mulheres compõem 33% dos trabalhadores no exército israelense.

Na Noruega, desde 2014, tanto homens quanto mulheres deverão servir por 19 meses entre os 19 e os 44 anos, em regra. Quando questionado sobre o tema, o Ministro

¹²⁷ GOMIDE, Raphael. Exército Brasileiro se prepara para ter mulheres combatentes em até cinco anos. Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2012-10-17/exercito-brasileiro-se-prepara-para-ter-mulheres-combatentes-em-ate-cinco-anos.html>. Acesso em 20 de novembro de 2015

de Defesa¹²⁸ norueguês informou que a Noruega não necessita de mais soldados, porém estendeu a abrangência do serviço militar obrigatório para atrair recrutas mais motivados e mais competentes.

Mencionemos, entretanto, alguns problemas enfrentados pela mulher no exército sendo mais constante o assédio sexual. Acredita-se que 79% por cento das mulheres militares são assediadas por seus colegas ou superiores na caserna ou em lugares próximos da sua base militar. Muitas não prestam uma reclamação formal dos seus colegas e muitas, que buscam, são forçadas a trocar de base e nada é feito com seu assediador.

O número de mulheres estupradas, embora não seja tão grande quanto o número de casos de assédio sexual, também é assustador. Uma em cada três mulheres presentes no exército já foi estuprada, segundo pesquisas.

É importante lembrar que, além da violação de direitos de diversas mulheres, estes delitos também incidem em problemas para todo o Exército. Mulheres que sofreram violência de gênero normalmente apresentam dores crônicas severas e problemas emocionais, além de obesidade, abuso de drogas e comportamento de alto-risco, não sendo mais qualificadas para o serviço e sendo necessariamente reformadas. Explana SADLER¹²⁹:

Dadas as graves consequências do estupro e violência sexual em relação a saúde, as taxas consistentes de violação através eras de serviço e resultados de repetidas violações indicam que a violência contra as mulheres militares continua a ser um grave problema de saúde pública. A contínua investigação ao identificar o poder relativo dos fatores que promovem e mantém um ambiente militar sexualizado é necessária para desenvolver intervenções e políticas para diminuir o nível de risco e aumentar a proteção para as mulheres¹³⁰.

¹²⁸ RT.COM. Girls in the army: Norway passes bill on mandatory military service for women. Disponível em: <https://www.rt.com/news/197152-norway-army-women-military-conscripts/>. Acesso em 18 de novembro de 2015.

¹²⁹ SADLER, Anne; M. Booth, Brenda; COOK, Brian L.; DOEBBELING, Bradley N. Factors Associated With Women's Risk of Rape in the Military Environment. American Journal of Industrial Medicine. Wiley-Liss, Inc: 2003. Disponível em: <http://www.ccasa.org/wp-content/uploads/2014/01/rape-in-the-military-environment.pdf>. Acesso em 15 de agosto de 2015.

¹³⁰ Given the serious health consequences of rape and sexual violence, consistent rates of rape across eras of service and findings of repeated rapes indicate that violence towards military women remains a serious public health concern. Continued research identifying the relative power of factors that promote and maintain a sexualized military environment is necessary in order to develop interventions and policies to decrease the level of risk and increase the protection for women. Tradução livre.

De acordo com a autora, existem fatores que podem ser modificados para se diminuir o índice de violações sexuais nas Forças Armadas. Investigações demonstram, por exemplo, que a liderança apropriada por parte dos superiores militares figura como um ponto marcante para um ambiente seguro para as mulheres militares. Além disso, também é necessário proibir o uso de bebidas alcoólicas por parte de todos os funcionários do Exército.

Ainda assim, toda a sociedade está vinculada ao exército, inclusive o sexo feminino. A situação é ainda mais acentuada quando há uma guerra atual ou o país foi recentemente pacificado, estando sob o jugo de outro poder militar. Mesmo quando não são militares, as mulheres têm alguma ligação com o militarismo: são esposas de militares, prostitutas cujos clientes são militares ou mesmo vítimas abusadas sexualmente por estes. Mesmo uma mulher que não tenha relação com os militares, porém seja privada de seus estudos ou de sua liberdade por postos de controle militar, como é o caso das mulheres palestinas mencionadas no item anterior, terá sua vida influenciada por esta instituição.

Muitas vezes, é interessante verificar os motivos pelos quais uma pessoa ingressa no exército e como é feito o treinamento e trabalho nesta instituição. ENLOE¹³¹ afirma:

Sabemos¹³² como uma amiga mulher luta com a ideia de que seu filho entrar para o exército pode levá-lo longe das drogas ou equipá-lo com uma habilidade profissional. Alguns de nós têm tomado conta de homens cujas mentes e corpos foram danificados pelo serviço militar. Muitos de nós têm vivido em cidades dependentes de uma base militar nas proximidades, ou um empreiteiro de defesa. Alguns de nós tiveram empregos lá. Alguns de nós têm sido tentados a ingressar nas forças armadas nós mesmos, a fim de adiar casamento, para trabalhar com outras mulheres ou para obter o tipo de capacitação para o trabalho que é tão difícil para as mulheres adquirirem no setor

¹³¹ ENLOE, Cynthia. DOES KHAKI BECOME YOU? Michigan: South End Press, 2010.

¹³² We know how a woman friend struggles with the idea that her son joining the army might get him off drugs or equip him with a marketable skill. Some of us have taken care of men whose minds and bodies have been damaged by military service. A lot of us have lived in towns dependent on a nearby military base or a defense contractor. Some of us have had jobs there. Some of us have been tempted to join the military ourselves in order to delay marriage, to work with other women or to get the kind of job training that is so hard for women to acquire in the civilian sector. Each of these experiences is as valuable for understanding how and why militaries work the way they do.

civil. Cada uma dessas experiências é tão valiosa para a compreensão de como e por que os militares funcionam da maneira que eles trabalham.

O exército não causa um impacto somente no lugar em que atuará, mas também em sua base militar no seu país natal. É interessante pensar que tal instituição não causa somente choques durante as guerras, mas também muito após o seu fim, com a necessidade de tratamento dos doentes físicos e mentais decorrentes dos transtornos da guerra.

Ainda assim, percebe-se que o poderio militar tem um lugar especial na estrutura do patriarcado, ou seja, a sociedade dominada por homens, pois a noção de «combate» tem um lugar central na construção dos conceitos de «humanidade» e justificação da superioridade dos homens na ordem social. Como mencionado anteriormente, o conceito de necessidade de conquista da soberania pela guerra é puramente masculino.

Um dos diferenciais da mudança do ponto de vista masculino para um feminino onde a mulher também questiona a sociedade e os motivos pelos quais ela funciona de determinada maneira é a possibilidade de ultrapassar a figura da guerra protetiva e nacionalista para revelar a situação de crianças e mulheres que, apesar de sua situação já vulnerável na sociedade, ainda passam pela morte, ferimentos, estupros, deslocamentos e privação.

É possível perceber, das atuações de mulheres em campos de guerra e de refugiados, que existem diversos benefícios ao se utilizar as mulheres no exército. O jornalista Nicholas Kristof¹³³, por exemplo, menciona em um artigo que pediu para uma mulher soldado sentar-se ao seu lado enquanto dirigia no Iraque, tendo em vista ser facto conhecido que os franco-atiradores radicais islâmicos se assustariam e não conseguiriam atirar em um veículo com uma mulher. Além disso, as mulheres dão um caráter mais humanitário a uma missão, por serem vistas como mais carinhosas e cuidadosas, mesmo que seja um conceito muitas vezes incorreto e, ainda, por algumas comunidades se revoltarem menos e serem mais cooperativas quando abordadas e revistas por mulheres.

¹³³ OLIVER, Kelly. *Women as Weapons of War: Iraq, Sex, and the Media*. New York: Columbia University Press, 2007.

Não existem muitas atuações emblemáticas de mulheres no exército. Enquanto há muitos exemplos de heroínas nacionais em cada país, não há muitos exemplos de heroínas de guerra mundialmente conhecidas. Porém, um dos melhores exemplos mundiais a respeito da mulher no exército é o da atual Rainha Elizabeth da Inglaterra. À época da Segunda Guerra Mundial, a então Princesa, de apenas 16 anos, ingressou na divisão das forças armadas femininas britânicas e se tornou mecânica de automóveis. Outros exemplos, além dos já mencionados, são as Damas da Força do Sol e as mulheres indonésias nas Forças Armadas.

3.2.1. Damas da Força do Sol

O distrito do Sinjar fica na província de Ninawa, ao norte do Iraque e próximo às Montanhas Sinjar, na fronteira com a Síria. A população, de cerca de 88 mil pessoas, é composta por árabes e assírios, porém principalmente por yazidis. Os yazidis são um povo falante do idioma curdo, que segue uma religião com elementos de zoroastrismo, islamismo, cristianismo e outras crenças locais.

Ao longo dos séculos, os yazidis do Sinjar foram perseguidos por fundamentalistas islâmicos, que são contra a sua fé. Em 2007, a *Al Qaeda* orquestrou uma série de ataques que resultaram na morte de centenas de yazidis. Novamente, em agosto de 2014, os yazidis foram atacados, porém desta vez pelo Estado Islâmico. Foi travado um cerco no Monte Sinjar e, apesar dos esforços dos peshmergas¹³⁴, os yazidis foram derrotados. Houve um êxodo em massa dos moradores. Ainda assim, o Estado Islâmico executou dezenas de homens yazidis e capturou suas esposas e filhas como espólio de guerra. Após diversos esforços, em meados de 2015¹³⁵, os peshmergas retomaram a região após derrotarem os combatentes do Estado Islâmico.

Acredita-se que aproximadamente 2000 mulheres yazidi foram capturadas desde o ataque em agosto de 2014. As mulheres sequestradas foram obrigadas a se converter ao islamismo, se casar e foram reiteradamente estupradas por seus captores.

Casos similares ao das mulheres yazidi tem ocorrido desde as antigas civilizações, embora se perceba um aumento considerável nos casos de violações, em

¹³⁴ Peshmerga é um termo utilizado pelos curdos para se referir aos combatentes do exército curdo e significa "aqueles que enfrentam a morte".

¹³⁵ HANNA, Jason. Kurds say they've liberated Sinjar from ISIS. CNN Regions +. Disponível em <http://edition.cnn.com/2015/11/13/middleeast/iraq-free-sinjar-isis/>. Acesso em 08 de dezembro de 2015.

parte porque atualmente há mais formas de contabilização. Afirma DANSPECKGRUBER¹³⁶:

A violência sexual é cada vez mais utilizada como método de guerra para alcançar fins militares e estratégicos. A cessação das hostilidades não garante um fim à prática de violência sexual, sendo, na verdade, frequente o oposto.

Ao longo do tempo, algumas destas mulheres conseguiram escapar ou foram resgatadas por suas famílias. Muitas mulheres, em tentativas de escapar, morreram de fome ou de sede. Interessadas em se defender e também em atacar seus agressores, se necessário, 123 mulheres, com idades entre 17 e 37 anos, foram treinadas pelo exército peshmerga e agora integram um grupo paramilitar denominado as Damas da Força do Sol, nome influenciado pela sua religião reverente ao Sol.

Estimuladas pelos horrores que enfrentaram, as mulheres treinam para resgatar as demais mulheres escravas do Estado Islâmico. A Capitã Khatoon Khider¹³⁷, treinada pelo exército pashmerga, informa que «mulheres jogavam seus filhos das montanhas pulavam porque era a forma mais rápida de morrer».

Além do atual grupo de mulheres treinadas, cerca de 500 mulheres recém-liberadas estão em treinamento. A Organização das Nações Unidas estima que cerca de 3.500 mulheres ainda estejam em domínio do Estado Islâmico.

O treinamento de mulheres é uma evolução não só no Iraque, mas também dentro da cultura yazidi. Tradicionalmente, a mulher yazidi permanece sem voz e sem direitos no seu meio, não podendo ter posse de bens, nem participar da herança de seu pai e seu marido. É permitido ao homem, em alguns casos, ter mais de uma esposa e, apesar de ser permitido à mulher escolher seu futuro esposo, normalmente tal eleição é apoiada pela sua família. Afirma DORNIG¹³⁸ que:

¹³⁶ DANSPECKGRUBER, Wolfgang et. al. Women leaders in international relations and world peace. Princeton University: Liechtenstein Institute at Princeton, 2010. Disponível em: <<http://arks.princeton.edu/ark:/88435/dsp01qr46r084n>>. Acesso em 12 de setembro de 2015.

¹³⁷ MCKAY, Hollie. Former ISIS sex slaves now army of 'Sun Ladies' ready to defeat terror group. Disponível em http://www.foxnews.com/world/2016/02/08/former-isis-sex-slaves-now-army-sun-ladies-ready-to-defeat-terror-group.html?ICID=ref_fark. Acesso em 10 de fevereiro de 2016.

¹³⁸ DORNIG, Swen, in DANSPECKGRUBER, Wolfgang et. al. Women leaders in international relations and world peace. Princeton University: Liechtenstein Institute at Princeton, 2010. Disponível em: <<http://arks.princeton.edu/ark:/88435/dsp01qr46r084n>>. Acesso em 12 de setembro de 2015.

Embora as notícias normalmente tratem as mulheres como vítimas, enquanto atrizes de conflitos tanto nacionais quanto internacionais, é um erro imaginar que este é o único papel que elas ocupam no cenário de conflito e pós-conflito.

Até o treinamento das Damas da Força do Sol, a peshmerga era um exército paramilitar inteiramente composto de homens. A sociedade yazidi vem percebendo a necessidade de alterar seus conceitos para proteger a sua sociedade por inteiro. Nas palavras de Esfandiari¹³⁹, os esforços das mulheres comuns também conseguem modificar a situação social.

3.2.2. As mulheres indonésias e as Forças Armadas

Um caso interessante a ser mencionado é a necessidade de exames de virgindade no exame de admissão do Exército para mulheres na Indonésia. Caso uma mulher deseje ingressar nas Forças Armadas deste país asiático, deverá fazer um exame em que um médico usa dois dedos para abrir a vagina e verificar o estado do hímen e do canal vaginal. No entanto, sabe-se que tal exame não é efetivo, tendo em vista que o hímen pode variar de tamanho e até mesmo não existir por diversas razões não relacionadas ao sexo.

Os «testes de virgindade» são conduzidos sob Regulamento n.º 5/2009, que diz respeito a Orientações de Inspeção de Saúde¹⁴⁰ para Candidatos das Forças Armadas. O artigo 36 do regulamento exige que as candidatas mulheres da academia de polícia se submetam a um exame de «obstetrícia e ginecologia».¹⁴¹ Embora o regulamento não especifique, com estas palavras, que um «teste de virgindade» deve ser realizado, diversas denúncias e até mesmo palestras de oficiais do Exército demonstram que esta é a prática real como parte do exame físico dos candidatos. Funcionários do Centro Médico e de

¹³⁹ ESFANDIARI, Haleh. in DANSPECKGRUBER, Wolfgang et. al. Women leaders in international relations and world peace. Princeton University: Liechtenstein Institute at Princeton, 2010. Disponível em: < <http://arks.princeton.edu/ark:/88435/dsp01qr46r084n>>. Acesso em 12 de setembro de 2015.

¹⁴⁰ Pemeriksaan Kesehatan.

¹⁴¹ The “virginity tests” are conducted under Chief Police Regulation No. 5/2009 on Health Inspection (*Pemeriksaan Kesehatan*) Guidelines for Police Candidates. Article 36 of the regulation requires female police academy applicants to undergo an “obstetrics and gynecology” examination. HumanRightsWatch.org. Indonesia: “Virginity Tests’ for Female Police. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2014/11/17/indonesia-virginity-tests-female-police>. Acesso em 17 de novembro de 2015.

Saúde da Polícia¹⁴² realizam os testes principalmente em hospitais comandados por policiais.

Diversas mulheres desejosas de ingressar no Exército e médicas militares decidiram divulgar o caso com esperanças de que tal prática fosse abolida. Após diversos movimentos orquestrados, especialmente, por Organizações Internacionais, como a *Human Rights Watch*, em outubro de 2010 o Alto-Comissário das Forças Armadas da Indonésia afirmou que os ‘testes de virgindade’ seriam abolidos.

Em novembro de 2014 foi noticiado que a Polícia Nacional ainda solicitava tais exames para as demandantes de vagas no Exército Indonésio. Também foi divulgado que mulheres casadas não poderiam ingressar nas Forças Armadas deste país.

Psicólogos e médicos do Exército são uníssonos ao afirmar que as mulheres que passam por tais exames experimentam estresse e traumas, tendo suas vidas afetadas por um longo período. Tais exames não são aplicados somente na Indonésia. Países como o Egito, Índia e Afeganistão também aplicam tais testes em cidadãs comuns, como estudantes.

Além de inefetivos, os «exames de virgindade» são reconhecidos internacionalmente como uma violação dos direitos humanos e tratamento cruel, inumano e degradante, sendo proibidos no artigo 7º do Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos e no artigo 16 da Convenção contra a Tortura, ambos ratificados pela Indonésia.

Não há nenhuma comprovação científica para as alegações de que mulheres que já tiveram relações sexuais são menos produtivas ou menos confiáveis em seu trabalho, sendo esta atitude do governo da Indonésia pautada somente em preconceitos culturais. Ressalte-se que homens não são obrigados a realizar nenhum tipo de teste, tornando a situação entre homens e mulheres desbalanceada.

3.3. As mulheres religiosas

As mulheres religiosas ocupam uma posição estratégica na resolução de conflitos nacionais e internacionais. Embora não sejam líderes de nenhum povo e também não tenham nenhum poder decisório, as religiosas têm mais facilidade de modificar a

¹⁴² Pusat Kedokteran dan Kesehatan.

sociedade por meio de trabalhos humanitários e de contribuir para a mudança de pensamento social. Apesar de não terem um papel de liderança formal, as mulheres religiosas têm o poder de formar opiniões e se comunicam de forma mais pessoal com as pessoas mais vulneráveis da sociedade. BODEN¹⁴³ afirma:

Quando as pessoas não estão formalmente representando um país ou um subgrupo específico, podem se expressar pessoalmente com mais liberdade e com menos limitações sobre quais informações podem ser compartilhadas. As mulheres de fé estão normalmente nesta posição.

Uma grande vantagem em relação à atuação das mulheres e das organizações religiosas em geral é a possibilidade de se comunicar sem amarras políticas ou governamentais. Muitas vezes as ativistas religiosas vão contra interesses do Estado em que estão inseridas, de governos parceiros ou de grupos extremistas ou paramilitares. Como normalmente recebem fundos de Organizações Internacionais ou do Vaticano, a atuação das mulheres religiosas é sem amarras ou contrapartida por parte dos governos, podendo haver críticas ao sistema que ajudam.

A comunicação entre as mulheres e as religiosas é extremamente benéfica às primeiras, tendo em vista que, em muitas sociedades, até hoje as mulheres sofrem um apagamento social e são impossibilitadas de dar a sua opinião. Porém, quando integram uma religião, muitas conquistam uma posição em que podem manter diálogo não somente com seu grupo religioso, mas também com outros setores da sociedade, especialmente se os outros setores forem compostos de mulheres. Nestes casos, a religião dá uma posição e liberdade à mulher. Nas palavras de BODEN¹⁴⁴:

O tipo de engajamento mais transformador é aquele que possibilita às pessoas se tornarem totalmente humanas para as outras, para interagir profundamente com aqueles que tem diferentes identidades e agendas, para genuinamente se identificar com o

¹⁴³ BODEN, Alison L.. in DANSPECKGRUBER, Wolfgang et. al. Women leaders in international relations and world peace. Princeton University: Liechtenstein Institute at Princeton, 2010. Disponível em: <<http://arks.princeton.edu/ark:/88435/dsp01qr46r084n>>. Acesso em 12 de setembro de 2015.

¹⁴⁴ BODEN, Alison L.. in DANSPECKGRUBER, Wolfgang et. al. Women leaders in international relations and world peace. Princeton University: Liechtenstein Institute at Princeton, 2010. Disponível em: <<http://arks.princeton.edu/ark:/88435/dsp01qr46r084n>>. Acesso em 12 de setembro de 2015.

outro. O trabalho das mulheres religiosas é de pessoas para pessoa, e não representativo para representativo.

Embora tenham um poder e uma possibilidade de verbalizar todas as violações de direitos que observam, as mulheres religiosas também podem conversar como uma pessoa igual, politicamente isenta, com os cidadãos comuns dos países em conflito interno ou externo.

Mesmo que tenham uma ligação com os órgãos superiores internacionais e nacionais, as mulheres de fé não são nem mesmo elite e, na realidade, estão bem distantes do poder. Normalmente abdicadas, as religiosas não encaram as provações que sofrem nos territórios em conflito como uma punição, e sim como uma oportunidade de melhorar.

Porém, as organizações de fé necessitam vincular o trabalho religioso com o diplomático, tendo em vista que um vem de baixo, das raízes, do contato com o povo e do dia-a-dia com os seus problemas, e o outro vem de cima, dos acordos internacionais, e ambos se encontram no meio, para a promoção da paz. O trabalho religioso se apoia às relações internacionais, ao trabalho da diplomacia e aos acordos realizados entre os países, além das sanções verbais do Vaticano, para modificar as situações de risco vivenciadas por seus missionários.

Uma importante contribuição da religião aos esforços de paz é o seu poder para motivar as pessoas a agir. Tendo em vista a fé ser baseada em pensamentos divinos, espirituais, com recompensas após a morte, não é incomum que pessoas tocadas pela religião, como missionárias, corram riscos extremos por seus ideais ou em prol dos outros seres. Não é incomum algumas pessoas sacrificarem sua própria vida ou interesses pelo bem-estar dos outros.

Esta característica das pessoas religiosas é uma faca de dois gumes: ao mesmo tempo em que religiões algumas vezes buscam pela paz, em outros momentos são aplicadas no embasamento para guerras e como fundamento para ameaçar a paz e a segurança de todos. Como cada tradição religiosa tem várias interpretações e práticas, é comum encontrar extremistas dispostos a sacrificar a si e a outros em prol de uma salvação eterna. Como embasamento para este argumento, pode-se citar as Cruzadas¹⁴⁵ e

¹⁴⁵ Cruzadas são os diversos movimentos de inspiração cristã que partiram da Europa Ocidental em direção à Palestina e à cidade de Jerusalém com o intuito de conquistá-las, ocupá-las e mantê-las sob domínio cristão. A peregrinação de cristãos para Jerusalém aumentou muito durante o fim do primeiro milênio, pois acreditava-se que o fim dos tempos estava próximo e se deveria demonstrar o amor por Deus através do

o Daesh¹⁴⁶. Atualmente, não são incomuns a atuação de homens-bomba ou atiradores de elite em eventos religiosos.

A caridade por parte de grupos religiosos muitas vezes é impedida quando é praticada em Estados com uma religião imposta, tendo em vista o interesse dos governantes em manter a percentagem de credo e manter o Regime do Estado sem grandes protestos. Diversos ativistas religiosos são diariamente ameaçados, tendo-se notícia de trabalhadores mortos ou feridos gravemente por diversos regimes. Ainda assim, mulheres de fé dão a sua vida pelo amor ao próximo e pela busca da paz. Afirma BODEN¹⁴⁷:

Existem diversos exemplos de organizações religiosas de mulheres com o fim de trazer a paz para o mundo. Devem ser mencionados o grupo de mulheres hindu no Nepal que foram vítimas de violência e que agora buscam diálogos de paz com os rebeldes maoistas, além de um papel nas negociações; a organização Ruya no Sudão, que é dirigida por mulheres muçulmanas e que treina mulheres para serem embaixadoras da paz; grupos de autoajuda em Kandhamal, na Orissa, que envolvem mulheres cristãs e hindu para conter a violência religiosa em sua região; e também a Rede das Mulheres de Fé Andinas, que evoluiu de uma iniciativa de mulheres de diversas crenças pela paz e segurança no Peru. Nestas comunidades as mulheres recebem, de forma geral, educação para a paz, discussões a respeito do conflito em que estão inseridas, e argumentações em favor da paz e da segurança.

Serão mencionados, ao longo do subtítulo, alguns dos casos mais emblemáticos em relação à atuação das mulheres de fé pela paz. Em alguns casos, estudiosas de religiões e em outros somente mulheres comuns com um grande apelo religioso, mulheres que avançaram na busca pela paz através de sua escolha religiosa.

sacrifício. As Cruzadas contribuíram muito para o comércio com o Oriente, especialmente em relação ao açúcar e algodão.

¹⁴⁶ Daesh é uma sigla para “al-Daula al-Islamiya al-Iraq wa Sham”, que significa “Estado Islâmico do Iraque e Sham”. Sua sigla em inglês, ISIS, é a mais comumente utilizada pela imprensa. Sham significa ‘Levante’, uma região que abrange os territórios da Palestina, Síria, Jordânia e Líbano. O Daesh nunca foi reconhecido formalmente e a intenção dos seus comandantes é formar um califado global. Nos territórios sob domínio do Daesh foram retiradas todas as referências à Síria e Iraque dos livros, sendo apagadas as suas fronteiras.

¹⁴⁷ BODEN, Alison L.. in DANSPECKGRUBER, Wolfgang et. al. Women leaders in international relations and world peace. Princeton University: Liechtenstein Institute at Princeton, 2010. Disponível em: <<http://arks.princeton.edu/ark:/88435/dsp01qr46r084n>>. Acesso em 12 de setembro de 2015.

3.3.1. *European Women of Faith*

O trabalho de mulheres de fé talvez mais integrado e profundo socialmente é o acordo das mulheres ortodoxas, judias, católicas e muçulmanas na Bósnia: após a série de guerras ocorridas na região, as mulheres se comprometeram, mesmo sendo extremamente doloroso, em discutir a respeito dos acontecimentos que ocorreram na região, buscando formar uma aliança e jamais tornar a ter um conflito semelhante. Como menciona BODEN¹⁴⁸,

Estas mulheres trabalham para se assegurar que as suas comunidades permaneçam ‘humanas’ uma com a outra, e jamais regressem a violência. Elas estão fazendo um trabalho crucial que criará sociedades pós-conflito baseadas na justiça e respeito.

A Guerra da Bósnia foi um conflito ocorrido entre 1992 e 1995 na região da Bósnia e Herzegovina. De acordo com relatos do Tribunal Penal Internacional para a ex-Iugoslávia, os países envolvidos no conflito foram a Bósnia, Iugoslávia (futuramente Sérvia e Montenegro) e a Croácia. A guerra foi causada por diversos factores políticos e religiosos: nacionalismo exacerbado, crises políticas, sociais e de segurança que se seguiram ao fim da Guerra Fria e a queda do comunismo. Ainda dá dúvidas se a Guerra da Bósnia foi uma guerra civil ou de agressão.

A desintegração da ex-Iugoslávia ocorreu em 1991, com a independência da Croácia e Eslovênia. Líderes nacionalistas bósnios sérvios e sérvios buscaram fazer com que todos os sérvios - espalhados por todas as repúblicas que formavam a antiga Iugoslávia - vivessem num mesmo país.

O povo da Bósnia e Herzegovina, em 1992 decidiu em um referendo, boicotado pelos bósnios sérvios, pela independência da Iugoslávia. Uma guerra se iniciou, com os sérvios ocupando 70% do território da Bósnia-Herzegovina. As forças sérvias foram derrotadas, quando o Conselho de Defesa da Croácia se uniu à Armada da República da Bósnia e Herzegovina. A OTAN se envolveu no conflito em 1995, ano em que foi assinado o Acordo de Dayton e a guerra teve um fim.

¹⁴⁸ BODEN, Alison L.. in DANSPECKGRUBER, Wolfgang et. al. Women leaders in international relations and world peace. Princeton University: Liechtenstein Institute at Princeton, 2010. Disponível em: <<http://arks.princeton.edu/ark:/88435/dsp01qr46r084n>>. Acesso em 12 de setembro de 2015.

O conflito envolveu os grupos dos sérvios cristãos ortodoxos, os croatas católicos romanos e os bósnios muçulmanos. A Guerra da Bósnia foi o conflito mais prolongado e violento da Europa após a II Guerra Mundial, tendo uma duração de 1.606 dias. Ela teve 200 mil vítimas e causou o deslocamento de 1,8 milhões de refugiados. Pelo menos 30% das vítimas civis bósnias eram mulheres e crianças.

Em 1997, representantes do Kosovo e Bósnia-Herzegovina se reuniram para iniciar um grupo de paz na Europa oriental, conhecido como Conselho Inter-religioso da Bósnia-Herzegovina. Este Conselho, auxiliado pelo seu representante global, *Religions for Peace*, auxiliou a criar a Organização Regional *European Women of Faith*, onde 30 mulheres de origem islâmica, católica, ortodoxa e judaica se reuniram pela primeira vez desde a guerra para promover a integração inter-religiosa na Região dos Balcãs.

Atualmente, a Organização *European Women of Faith* continua no seu trabalho de promover a paz ao trabalhar com líderes religiosos e diversas organizações nacionais, dando assistência humanitária às famílias deslocadas na guerra e divulgando costumes religiosos de cada uma das religiões representadas na região.

3.3.2. Religiões pela Paz: A Rede Global das Mulheres de Fé

Em todo o mundo, as Mulheres de Fé¹⁴⁹ trabalham com o objetivo de promover a paz, acabar com a pobreza e proteger a Terra. A rede global de mulheres da Organização Religiões para a Paz reúne uma vasta gama de ativistas das mais diversas religiões para promover liderança, coordenar as estratégias e reunir recursos e capacidades para ação cooperativa para a paz. A rede global consiste em 30 redes nacionais e cinco redes regionais em 5 continentes com mais de 1.000 organizações de mulheres religiosas de diferentes religiões e culturas participantes. A rede é um recurso valioso para as mulheres de todos os credos se comunicarem e aprenderem umas com as outras a construir pontes e parcerias entre organizações baseadas na fé, agências internacionais e as Nações Unidas.

As Mulheres de Fé em todo o mundo são fundamentais para a força e o sucesso da cooperação entre diversas religiões, não só para promover a importância dos direitos das mulheres, mas também para mobilizar as comunidades religiosas na ação

¹⁴⁹ Religions for Peace.org. Disponível em: <http://www.religionsforpeaceinternational.org/>. Acesso em 04 de dezembro de 2015.

comum para alcançar a paz e defender a dignidade inviolável de todos os seres humanos. Muitas vezes as ações das Mulheres de Fé envolvem crianças e outros grupos em situação de risco.

A organização Religiões para a Paz tem uma parceria com as Mulheres de Fé desde seus primórdios na Primeira Conferência Mundial realizada no Japão, em 1970, quando o grupo de mulheres foi formado e reconhecido pela organização Religiões pela Paz. Um dos maiores objetivos da rede das Mulheres de Fé foi aumentar a representatividade das mulheres na organização Religiões pela Paz, apelando para uma maior participação e promoção dos direitos das mulheres e meninas. Isto resultou na inclusão dos direitos das mulheres em compromissos institucionais ao longo dos projetos por todo o mundo.

A comissão das Mulheres de Fé foi formalmente reconhecida como um corpo dentro da organização internacional das Religiões para a Paz e consagrada nas suas diretrizes de governança na sexta Assembleia Mundial da Religiões para a Paz na Itália, em 1994.

Em 2001, a organização de Mulheres de Fé passou de grupos nacionais e regionais para também se conectar globalmente. A rede vem crescendo na África, Ásia, Europa, América Latina e América do Norte. Ela permite que mulheres de diferentes religiões e culturas coordenem estratégias e reúnam recursos e capacidades para ação cooperativa para alcançar resultados que seriam difíceis para qualquer um dos membros realizar sozinho.

O Comité de Coordenação de Mulheres é a diretoria das Mulheres de Fé e consiste de dez a quinze líderes religiosas que não somente explanam a evolução dos trabalhos da Rede Global das Mulheres de Fé, mas também ajudam a alcançar a integração de diversos grupos de mulheres em todos os níveis.

O grupo de Mulheres de Fé parte do princípio que as guerras e a pobreza afetam homens e mulheres de forma desproporcional, sendo as maiores vítimas as mulheres e meninas. Atualmente, o maior objetivo da organização internacional é empoderar as mulheres em todo mundo, porém especialmente nos países mais deficientes de recursos. Para alcançar este fim, as Mulheres de Fé promovem cursos em suas bases, promovem educação sexual e apoio psicológico e religioso a mulheres.

3.3.3. Madre Teresa de Calcutá

Anjezë Gonxhe Bojaxhiu, mais conhecida por Madre Teresa de Calcutá¹⁵⁰, nasceu em 1910, em Skopje, na Macedônia, na época denominado Kosovo. Era filha de migrantes albaneses. Aos doze anos, ouviu um chamado e, a partir deste dia, procurou dedicar sua vida a Deus. Fez seus votos e entrou para a Igreja aos 18 anos. Após seus estudos como freira, foi enviada a Calcutá para exercer a profissão de professora. Foi nesta cidade que realizou seu maior trabalho e passou a maior parte de sua vida.

Enquanto trabalhava como professora, Madre Teresa fundou a congregação religiosa «Missionárias da Caridade», uma organização que, com a ajuda de voluntários, construiu casas para serem usadas como enfermarias para pessoas atingidas por diversas doenças e hospícios para os doentes mentais em Calcutá. Com o apoio do governo indiano e auxiliada por um grupo inicial de doze voluntários, Madre Teresa reformou um templo hindu e o transformou num abrigo para desabrigados e doentes.

Em 1965, a Santa Sé aprovou a Congregação Missionárias da Caridade e autorizou a expansão do projeto para outros países e o projeto teve um rápido crescimento. Entre os anos de 1968 e 1989, as Missionárias da Caridade expandiram sua ajuda humanitária para a Albânia, Rússia, Palestina, Austrália, Itália, China, etc. O primeiro país a receber as Missionárias foi a Venezuela, sendo auxiliados após a Itália e a Tanzânia.

Por seu trabalho humanitário mundialmente conhecido, Madre Teresa recebeu diversos prêmios, dentre eles o Padma Shri, da Índia, em 1962; prêmio Ramon Magsaysay Award Foundation, das Filipinas, em 1962; prêmio Templeton, em 1973; prêmio Nobel da Paz, em 1979; e a Medalha Presidencial da Liberdade, dos Estados Unidos, em 1985.

Ao mesmo tempo que Madre Teresa se tornou mundialmente conhecida, também foi criticada em seus métodos. É de conhecimento geral que remédios para aliviar a dor das pessoas prestes a falecer, como morfina, eram proibidos em seus centros de caridade.

¹⁵⁰ Nobelprize.org. Mother Teresa- Facts. Disponível em http://www.nobelprize.org/nobel_prizes/peace/laureates/1979/teresa-facts.html. Acesso em 12 de novembro de 2015.

Madre Teresa faleceu em 1997, aos 87 anos, em Calcutá, na Índia. O processo para sua canonização foi iniciado em 2003 e se intensificou quando a Igreja Católica aprovou a cura miraculosa de um homem brasileiro em estado terminal. Será proclamada santa em 4 de setembro de 2016.

Atualmente, a organização «Missionárias da Caridade» possui cerca de 4.500 membros espalhados em 133 países em todo o globo. O movimento das Missionárias também incentivou outros grupos, religiosos ou não, a fazer trabalhos voluntários em prol da sociedade.

Um membro da congregação deverá fazer votos de castidade, pobreza, obediência e deverá servir a todos os pobres de coração. Atualmente, os missionários protegem refugiados, ex-prostitutas, doentes mentais, crianças doentes e abandonadas, seropositivos, idosos, convalescentes, entre outros necessitados. Dentre os trabalhos atualmente realizados, existem escolas dirigidas por voluntários, restaurantes grátis, dentre outros, de acordo com as necessidades de cada comunidade.

3.3.4. Fahima Hashim

Fahima Abdel Hafiz Hashim é uma ativista e defensora dos direitos humanos, além de diretora do Centro de Pesquisa para Mulheres Salmmah. Hashim vem trabalhando, ao longo de sua carreira, na área de gênero e desenvolvimento, com ênfase nos direitos e sexualidade das mulheres, violência contra as mulheres e trabalhos de paz com mulheres em áreas de conflito. Hashim também é um membro da Campanha Internacional para o Fim de Estupros e Violência de Gênero em Conflitos, um trabalho iniciado pelo grupo Mulheres do Nobel, e também um membro da Rede de Mulheres Videntes sob o Regime Muçulmano.

A ativista possui um Mestrado em Documentação e Ciências pela Universidade Bayero, na Nigéria, sendo uma ativista extremamente conhecida nos movimentos feministas em toda a África. Hashim realiza seu trabalho e suas pesquisas em diversas viagens que faz pelo continente africano, buscando respostas para a igualdade de gênero.

Dentre seus trabalhos, Fahima Hashim busca o fim da mutilação genital feminina. Sobre tal assunto, Hashim afirma:

A mutilação genital feminina destrói a dignidade da mulher como um ser sexual. Nós propusemos uma lei para criminalizar tal prática no Sudão, porém tal artigo foi removido. Foram produzidos materiais para definir os perigos e consequências da mutilação genital feminina e tais papéis foram distribuídos para homens e mulheres. [...] A mutilação genital feminina continua a ser um assunto extremamente importante, assim como assédio sexual, estupro. Existem violações em todos os lugares; crimes contra mulheres e a humanidade. Mulheres são chicoteadas pelo que vestem ou por adultério. Elas sofrem preconceito e não são parte da sociedade ou um agente da mudança. É necessário promover informação sobre sexualidade e possibilitar que as mulheres olhem a elas mesmas como seres sexuais. Eu ainda tenho esperanças. Todas as bonitas mulheres do meu país, incluindo minha filha e minha sobrinha, merecem viver com dignidade.

Hashim busca, em seus diálogos, acabar com os tabus da religião em busca da igualdade entre gêneros. Tem trabalhado com diversas advogadas no Sudão para abolir as Leis de Ordem Pública, leis morais com punições pesadas. Além disso, também tem trabalhado em busca de acordos de paz no Darfur.

O Centro de Pesquisa para Mulheres Salmah, onde Hashim é diretora, está localizado em Khartoum, no Sudão. Fundado em 1997, o Centro de Pesquisa tem como objetivo estabelecer um centro de pesquisa sobre questões de gênero e teoria feminista em relação às práticas das mulheres hoje. Apesar das ameaças, Hashim buscou, no Centro de Pesquisa, treinar e buscar documentação para as mulheres, normalmente postando seus documentos pela internet.

Em junho de 2014 as autoridades do Sudão ordenaram o fechamento do Centro de Pesquisa, porém sem argumentos que embasassem tal ação. A polícia foi recebida por Hashim, que foi forçada a interromper suas pesquisas e sair do local. Em março de 2014, as autoridades já haviam demonstrado seu desconforto com os direitos das mulheres ao impedir celebrações em homenagem ao Dia Internacional das Mulheres. Mesmo com o triste fim do Centro de Pesquisa, Hashim continua a trabalhar por uma África mais justa e igualitária para todos.

3.4. As mulheres políticas

Embora tenham passado a maior parte da história afastadas dos diálogos políticos, como foi verificado no Capítulo 2, as mulheres atualmente representam uma moderada percentagem de ministros, membros do parlamento, chefes de estado¹⁵¹ e de governo¹⁵².

A atuação das mulheres na política é um tema constante e necessário para a ampliação dos direitos das mulheres por todo o mundo. Ainda que tenham representação política, sendo em muitos países responsáveis por metade dos votos, atualmente ainda é comum que as mulheres estejam sub-representadas nos parlamentos, ministérios ou nas chefias dos Estados.

Em muitos casos, embora amparadas pela Lei, mulheres são ridicularizadas ao concorrer a cargos políticos, sendo alvo de argumentos de que estão tentando se tornar homens e similares. Ainda, quando concorrem a cargos eletivos, mulheres políticas tendem a ter suas vidas pessoais extremamente analisadas e, caso haja algo diferente do «regular» para uma mulher, como relações amorosas não maritais ou falta delas, mulheres são consideradas inaptas para governar. No Brasil, por exemplo, a presidenta Dilma Rouseff foi alvo de diversas críticas por não ser casada. Até mesmo a utilização da palavra «presidenta», gravada em dicionários como correta, porém, diferente da comumente usada, «presidente», se tornou alvo de chacotas e críticas. Ainda assim, a presidenta afirmou, em discursos, que adotou tal grafia como uma forma de deixar claro que era uma mulher no poder.

Por sua importância, diversas Organizações Internacionais, incluindo a Organização das Nações Unidas, têm analisado dados de participação política feminina no mundo todo. Os dados comprovam que a evolução da atuação das mulheres no governo teve um avanço muito vagaroso, porém constante. O número de mulheres na política dobrou desde 2005.

¹⁵¹ Chefe de Estado é o mais alto representante público de um Estado, cujo papel inclui geralmente a personificação da continuidade e legitimidade do Estado e o exercício de poderes, funções e deveres atribuídos ao chefe de Estado pela Constituição do país. O chefe de Estado deve incorporar o "espírito da nação" perante a própria nação e o mundo.

¹⁵² Chefe de governo é o indivíduo que exerce as funções executivas e/ou a função de chefiar o Poder Executivo. Geralmente, nomeia um gabinete e dita políticas públicas. O chefe-de-governo parlamentarista não cumpre mandato predeterminado e pode ser destituído a qualquer momento pelo Parlamento se perder apoio ou for reprovado num voto de confiança. Em sistemas presidencialistas, o Chefe de Estado, chamado de presidente, ocupa também a Chefia de Governo.

TABELA V: MÉDIA MUNDIAL E REGIONAL DE MULHERES NO PARLAMENTO

	Single house or lower house	Upper house or Senate	Both houses combined
World average	22.3%	20.5%	22.0%
Regional averages			
Regions are classified by descending order of the percentage of women in unicameral parliaments or the lower house of parliament. The regional groupings used are those of the IPU.			
Nordic countries	41.5%	—	—
Americas	26.5%	25.5%	26.4%
Europe (Nordic countries included)	25.2%	24.4%	25.0%
Europe (Nordic countries not included)	23.6%	24.4%	23.8%
Sub-Saharan Africa	22.4%	20.3%	22.2%
Asia	19.0%	14.2%	18.5%
Arab States	18.1%	7.3%	16.1%
Pacific	13.1%	36.0%	15.7%

UN WOMEN. Women in Politics: 2015. Disponível em: http://www2.unwomen.org/~media/headquarters/attachments/sections/news/stories/2015/femmesenpolitique_2015_web_anglais.pdf?v=1&d=20150527T150327. Acesso em 03 de janeiro de 2016.

As pesquisas atuais demonstram que as mulheres ocupam aproximadamente um quarto das cadeiras no Parlamento no mundo inteiro. Em 1995, a percentagem de mulheres no Parlamento era de 11,3% e em 2015 de 22,3% demonstrando que o número de mulheres praticamente dobrou em 20 anos. Percebe-se, pela análise da tabela, que os países nórdicos são os mais inclusivos em relação a mulheres na política, tendo uma percentagem de 41,5% de mulheres no Parlamento. A região com menor representação feminina é a dos Estados Árabes, onde ainda há, em alguns casos, proibição de mulheres se reunirem e concorrerem ao governo.

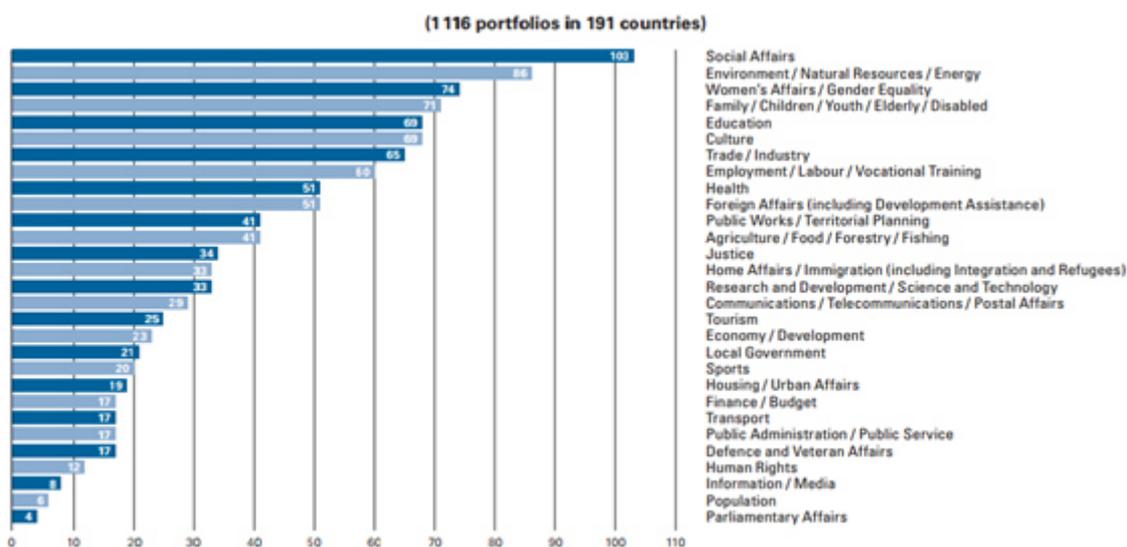
Em relação a proporção entre países, os dados demonstram que Ruanda é o país com mais parlamentares do sexo feminino, com 63,8% do parlamento composto por mulheres.

Em Portugal, apesar da Lei da Paridade ter sido aprovada em 2006, foi somente em 2015 que se elegeram mulheres deputadas para 33,6% dos cargos do Parlamento. Atualmente, 76 dos 226 lugares são ocupados por mulheres.

O Brasil, por outro lado, apesar de ter uma presidenta mulher, tem menos mulheres no Poder Legislativo do que o Oriente Médio. Atualmente, as brasileiras compõem 9,9% da Câmara dos Deputados e 13% do Senado.

Em 2015, 41 países possuíam a Câmara, no sistema unicameral, ou Câmaras, no sistema bicameral, composta por mais de 30% de mulheres. Destes 41 países, 34 possuem alguma forma de cotas ou de reserva de vagas para a participação das mulheres na política. Em alguns casos, os próprios partidos adotaram cotas para a eleição de mulheres.

TABELA VI: PASTAS DE MINISTÉRIOS COMANDADAS POR MULHERES



UN WOMEN. Women in Politics: 2015. Disponível em: http://www2.unwomen.org/~media/headquarters/attachments/sections/news/stories/2015/femmesenpolitique_2015_web_anglais.pdf?v=1&d=20150527T150327. Acesso em 03 de janeiro de 2016.

Também é interessante verificar dados a respeito das mulheres nos ministérios. Em 2015, as mulheres correspondiam a somente 17% das posições nos ministérios políticos. É culturalmente comum que mulheres sejam responsáveis pelas cadeiras dos setores sociais da sociedade, como educação, direitos das mulheres, das crianças e família. Ao mesmo tempo que isto contribui para que as mulheres possam eleger os melhores projetos em relação a um assunto que elas teoricamente conhecem mais, qual seja a família, também dificulta a entrada de mulheres em posições tradicionalmente masculinas, como Ministério da Defesa ou de Guerra.

Um exemplo passível de aplicação ao tema é o caso de Bella Abzug. Ativista americana, Bella Savitsky Abzug ingressou a Casa dos Representantes dos Estados

Unidos¹⁵³ em 1972 e divulgou, após a sua vitória, que seu maior interesse de trabalho seria o fim da Guerra do Vietname¹⁵⁴. Quando solicitou um lugar no Comitê dos Serviços Armados, foi-lhe informado que este não estava disponível e que uma cadeira no Comitê da Agricultura seria mais apropriada para uma mulher.

Em 1972, constavam somente 12 mulheres na Casa dos Representantes, uma câmara com 435 membros. Destas mulheres, cinco ocupavam o Comitê de Educação e Trabalho, tendo em vista este ser um assunto considerado mais feminino.

Ainda há uma crença mundial de que assuntos militares e de política internacional são mais apropriados para homens do que para mulheres. Como afirma TICKNER¹⁵⁵:

Força, poder, autonomia, independência e racionalidade, todos tipicamente associados com homens e masculinidade, são as características mais valorizadas ao designar cargos de Política Internacional e Defesa de Interesses Nacionais¹⁵⁶.

A autora explana que normalmente mulheres envolvidas em políticas internacionais são vistas como ‘fracas, inocentes ou não patrióticas’. E continua ao afirmar que ‘quando pensamos na definição de um patriota, normalmente pensamos em um homem, normalmente um soldado que defende sua pátria, especialmente sua mulher e filhos, do perigoso ‘estrangeiro’. Até mesmo mulheres com experiência em política internacional são vistas como emocionais e fracas para decidir muitas vezes em favor da morte de alguns soldados por toda a sociedade.

Atualmente, os países com mais mulheres ministras são a Finlândia, Cabo Verde, Suécia e França. Existem somente oito países sem mulheres no governo, sendo

¹⁵³ A Casa dos Representantes dos Estados Unidos é uma das duas casas do Congresso Americano, sendo a outra o Senado.

¹⁵⁴ A Guerra do Vietname foi um conflito armado que ocorreu no sudeste da Ásia entre 1955 e 1975. Houve participação, além dos Estados Unidos e da República do Vietname, da Coreia do Sul, Austrália, Nova Zelândia, República Democrática do Vietname e Frente Nacional para a Libertação do Vietname. Durante o conflito, faleceram cerca de quatro milhões de vietnamitas, dois milhões de cambojanos e laocianos, além de cinquenta e oito mil soldados americanos.

¹⁵⁵ TICKNER, J. Ann. *Gender in International Relations: Feminist Perspectives on Achieving Global Security*. New York: Columbia University Press, 1992.

¹⁵⁶ Tradução livre: Strength, power, autonomy, independence, and rationality, all typically associated with men and masculinity, are characteristics we most value in those to whom we entrust the conduct of our foreign policy and the defense of our national interest.

eles a Bósnia-Herzegovina, Brunei, Hungria, Paquistão, Arábia Saudita, Eslováquia, Tonga e Vanuatu¹⁵⁷.

FIGURA II: MULHERES NAS MAIORES POSIÇÕES DE ESTADO



UN WOMEN. Women in Politics: 2015. Disponível em: http://www2.unwomen.org/~media/headquarters/attachments/sections/news/stories/2015/femmesenpolitique_2015_web_anglais.pdf?v=1&d=20150527T150327. Acesso em 03 de janeiro de 2016.

Atualmente, mais de 15 países tem mulheres como Chefes de Estado ou Governo. Tendo em vista serem 193 os Estados reconhecidos pela Organização das Nações Unidas, percebe-se que tal número, cerca de 7,3% é extremamente baixo, ocasionando uma diferença de gênero gigantesca nas chefias de estado e governo.

De acordo com uma pesquisa realizada pelo Fórum Econômico Mundial¹⁵⁸, sessenta e três Estados já tiveram, em algum momento dos últimos cinquenta anos, uma mulher como Chefe de Estado ou Chefe de Governo. Em dois terços dos países as mulheres estiveram no poder por menos de 4 anos, sendo que em onze países as mulheres lideraram por menos de um ano.

O país em que as mulheres estiveram mais tempo no poder foi a Índia. As Ministra Indira Gandhi e a Presidente Pratibha Patil, comandaram o país pelo período de

¹⁵⁷ UN WOMEN. Press release: Sluggish progress on women in politics will hamper development. Disponível em: <http://www.unwomen.org/en/news/stories/2015/3/press-release-sluggish-progress-on-women-in-politics-will-hamper-development#sthash.Kq4szoBJ.FrtYjAb8.dpuf>. Acesso em 15 de novembro de 2015.

¹⁵⁸ World Economic Forum. The Global Gender Gap Report 2014. Disponível em <http://reports.weforum.org/global-gender-gap-report-2014/>. Acesso em 15 de novembro de 2015.

21 anos. A Irlanda e Bangladesh também mantiveram mulheres no poder por períodos consideráveis. Entre os países onde as mulheres estiveram menos tempo no poder, consta Madagascar e Equador. Em ambos os países, líderes mulheres foram forçadas a abdicar de seus cargos e dar lugar a políticos homens.

As regiões em que mulheres mais comumente tem a oportunidade de liderar são a Região Nórdica, bem como o Sul e Sudeste da Ásia e a América do Sul.

Verifica-se que homens e mulheres enfrentam dificuldades diferentes para ingressar na vida política. Ainda existem países onde as mulheres são impedidas de se candidatar a cargos políticos e foi somente há pouco tempo, como visto no capítulo anterior, que as mulheres tiveram a liberdade de votar. Além destes impedimentos óbvios, ainda há que se considerar que as mulheres até o presente têm menos oportunidades de educação e outros meios para se tornarem líderes políticas. Como foi visto ao longo do trabalho, espera-se, até hoje, que as mulheres sejam as responsáveis pela vida privada, como educação dos filhos e limpeza do lar, o que delimita o tempo para atuarem politicamente e também os espaços onde poderão transitar para disseminar suas ideias.

Quando finalmente ingressam na vida política, as atuais mais de quinze mulheres enfrentam um problema cultural marcante: são julgadas tanto pela sua vida pessoal quanto profissional. Não é incomum que as escolhas de roupas das chefes de estado e de governo, além das ministras e outras representantes do povo sejam julgadas em revistas, além do comprimento de vestidos, maquiagens e tipo de vestuário.

Além de suas escolhas políticas, as mulheres governantes também devem responder a questionamentos de sua vida pessoal, como vida conjugal, se conseguem conciliar sua família com seu trabalho, etc. Na vida política, porém, ainda é incomum que uma mulher solteira e jovem seja eleita ao governo. Entre Chefes de Estado e Governo, o estado civil comum é divorciada, casada ou viúva.

Outro problema enfrentado pelas mulheres políticas é a forma pela qual são vistas pela sociedade, sendo muitas vezes consideradas ‘emocionalmente frágeis’ para liderar. Não é incomum ver momentos de frustração e raiva por parte de mulheres serem retratados como histeria e loucura, ao passo que em um homem na mesma situação é visto como poderoso, confiante, autoritário. Esta situação em que são utilizadas duas medidas pode ser vista nas manchetes de revistas em relação a quase todas as atuais líderes políticas.

Em muitas situações, quando não são vistas como históricas, recebem comentários de que são cabeça-dura, duras e resilientes. Este é o caso de Margaret Thatcher e Indira Gandhi. Ambas realizaram seus trabalhos sem a preocupação de se mostrarem cooperativas ou empáticas, tendo sofrido masculinização pela imprensa e pelos seus governados.

Há que se mencionar que as mulheres não são mais ou menos corruptíveis ou transparentes em seus governos. Cada mulher governa de forma particular, não havendo características governamentais comuns simplesmente pelo facto de serem mulheres. Isso se dá tanto em relação à corrupção como em relação à busca da paz ou melhorias sociais.

É incorreto assumir que todas as mulheres ajam e até mesmo liderem da mesma forma. Como afirma KEOHANE¹⁵⁹, isso seria o mesmo que acreditar que todos os homens lideram da mesma forma, igualando, por exemplo, Jimmy Carter e Genghis Khan. Essa é uma premissa tão estranha quanto considerar que Margaret Thatcher e Madre Teresa são líderes iguais.

Por este motivo, é incorreto também assumir que as mulheres estão mais interessadas na paz do que os homens. Embora haja um grande número de mulheres que buscam a paz, tendo sido ganhadoras do Prêmio Nobel, estudiosas ou políticas, também existem mulheres que tiveram prazer em pegar em armas e guerrear. Um ótimo exemplo é a já mencionada Joana D'Arc, estrategista que rendeu vitórias à França.

Especialmente em relação às mulheres políticas é possível ver cair por terra a noção de que todas as mulheres trabalham somente para a paz, ou lideram de forma maternal empática. Outra personagem já mencionada no primeiro capítulo e que possuía força e estratégia para comandar um exército era Isabel I da Inglaterra. O historiador G. R. Elton¹⁶⁰ narra que:

O caráter de Isabel era feito de aço, sua coragem inquestionável, sua vontade e entendimento dos homens tão grandiosa quanto seu avô e pai. Ela era

¹⁵⁹ KEOHANE, Nannerl O. Em DANSPECKGRUBER, Wolfgang et. al. Women leaders in international relations and world peace. Princeton University: Liechtenstein Institute at Princeton, 2010. Disponível em: < <http://arks.princeton.edu/ark:/88435/dsp01qr46r084n>>. Acesso em 12 de setembro de 2015.

¹⁶⁰ ELTON, Geoffrey Rudolph. Em KEOHANE, Nannerl O. Em DANSPECKGRUBER, Wolfgang et. al. Women leaders in international relations and world peace. Princeton University: Liechtenstein Institute at Princeton, 2010. Disponível em: < <http://arks.princeton.edu/ark:/88435/dsp01qr46r084n>>. Acesso em 12 de setembro de 2015.

uma rainha natural... a mais masculina de todas as soberanas na história¹⁶¹.

Interessante perceber que até mesmo um historiador teve um instinto de pensar que as características narradas são predominantemente masculinas. Será a realidade ou a cultura em que esteve inserido que lhe deu esta sugestão?

Tal dificuldade também se dá em relação a atuação das mulheres políticas nas relações internacionais. Conforme afirma TICKNER¹⁶², a sociedade tende a acreditar, motivada pela cultura e pela imprensa, que a guerra e políticas internacionais são esferas de atividade em que os homens têm uma maior afinidade, sendo assim as suas atitudes perante tais assuntos mais acertadas.

Tendo em vista que os papéis normalmente designados às mulheres, quais sejam a reprodução, educação, cuidado e economia do lar, são normalmente entendidos como irrelevantes para as relações internacionais, acredita-se que a mulher não teria embasamento prático para tomar decisões de força internacional, além dos motivos já mencionados. TICKNER¹⁶³ opina que:

Até a eliminação das hierarquias de gênero, hierarquias que privilegiam características masculinas e o conhecimento dos homens e suas experiências (...), eu não acredito que a marginalização das mulheres nos assuntos relacionados a políticas internacionais irá se modificar.

É necessário que mais e mais mulheres passem a liderar para que, com base na experiência e na convivência com as mais diversas mulheres na política, a sociedade perceba que a experiência de uma mulher no poder é extremamente similar à de um homem, ao passo que cada indivíduo reage e governa de uma maneira particular.

¹⁶¹ Tradução livre: Elizabeth's character was of steel, her courage utterly beyond question, her will and understanding of men quite as great as her grandfather's and father's. She was a natural-born queen... the most masculine of all the female sovereigns of history.

¹⁶² TICKNER, J. Ann. *Gender in International Relations: Feminist Perspectives on Achieving Global Security*. New York: Columbia University Press, 1992.

¹⁶³ Until gender hierarchies are eliminated, hierarchies that privilege male characteristics and men's knowledge and experiences, and sustain the kind of attitudes toward women in foreign policy that I have described, I do not believe that the marginalization of women in matters related to international politics is likely to change.

TICKNER, J. Ann. *Gender in International Relations: Feminist Perspectives on Achieving Global Security*. New York: Columbia University Press, 1992.

3.4.1. Margaret Thatcher

A Baronesa Margaret Hilda Thatcher, nascida Margaret Roberts, em 1925 no condado de Lincolnshire, na Inglaterra, foi uma revolucionária. Teve um papel de liderança desde a infância, sendo representante estudantil na sua turma do colégio *Kesteven and Grantham Girls*.

Ingressou na Universidade de Oxford com uma bolsa escolar em 1943. Foi presidente da Associação Conservadora da Unidade de Oxford e se graduou na Faculdade de Química em 1947. Em 1948 se juntou a Associação Conservadora de Colchester. Ingressou no Partido Conservador em 1951, ano em que conheceu e se casou com Denis Thatcher, um bem-sucedido e divorciado homem de negócios. Neste ano também ingressou no curso de Direito, se graduando em 1953. Foi eleita em 1959 ao Parlamento como um Membro do Parlamento representante de Finchley, local que ocupou até se tornar um membro da Casa dos Lordes em 1992.

Foi eleita Ministra da Educação na década de 70 por Edward Heath, um período conturbado tendo em vista o momento político frágil em que a Inglaterra se encontrava:

Margaret Thatcher teve uma difícil jornada como Ministra da Educação. O início dos anos 70 viu o radicalismo estudantil no seu topo e políticas britânicas pouco civilizadas. Protestos interrompiam seus discursos, a imprensa da oposição mostrava um lado ruim dela e as políticas de educação pareciam não ter outro caminho que o esquerdo, o que os Conservativos achavam ser desconfortável¹⁶⁴.

Por seu pulso firme e ideais amovíveis, Thatcher foi eleita, em 1975, líder do Partido Conservador. Ela se tornou a primeira mulher a liderar um partido político no ocidente. Em 1979, Thatcher se tornou a primeira mulher a ocupar o cargo de Primeira-Ministra no Reino Unido.

¹⁶⁴ Margaret Thatcher had a rough ride as Education Minister. The early 1970s saw student radicalism at its height and British politics at its least civil. Protesters disrupted her speeches, the opposition press vilified her, and education policy itself seemed set immovably in a leftwards course, which she and many Conservatives found uncomfortable.

MARGARETTTHATCHER.ORG. Biography. Disponível em: <http://www.margaretthatcher.org/essential/biography.asp>. Acesso em 15 de dezembro de 2015.

Seu primeiro governo ocasionou o desemprego de mais de três milhões de pessoas e o fechamento de diversos setores da manufatura. A longo prazo, porém, a inflação chegou a seu mínimo e o país iniciou um crescimento econômico. Ainda assim, a popularidade de Thatcher estava em baixa no final do seu primeiro governo.

A Guerra das Malvinas, ou Guerra das Ilhas Falklands, mudou a situação. Em abril de 1982 a Argentina invadiu o território alvo de diversas discussões a respeito de sua propriedade. Embora estivesse próximo fisicamente da Argentina, a Inglaterra reconhecia tal território como seu. Thatcher buscou resolver tal conflito com base na diplomacia internacional, porém, como não obteve resultado, utilizou do poderio militar britânico e obteve o poder sobre as Ilhas Falklands novamente em junho de 1982.

Tal feito foi o necessário para que Thatcher fosse novamente reeleita nas eleições de junho de 1983. Afirma-se¹⁶⁵:

O eleitorado estava impressionado. Poucos líderes britânicos ou europeus lutariam pelas ilhas. Ao fazer o que fez, Margaret Thatcher criou a fundação para uma política externa britânica mais vigorosa e independente durante os anos 80¹⁶⁶.

Ainda assim, Thatcher iniciou seu segundo mandato com severos problemas em relação às uniões trabalhistas. Após diversas greves, os trabalhadores acabaram por ser derrotados e aceitaram as modificações trabalhistas de Thatcher.

Em 1984, a Primeira-Ministra sofreu uma tentativa de assassinato orquestrada pelo IRA, o Exército Republicano Irlandês, por não corresponder aos seus apelos e às suas greves de fome.

Thatcher também utilizou, como manobra para captar verba e efetivar ainda mais a Inglaterra, a privatização das empresas estatais. Tal atitude encontrou apoio e também críticas, porém até hoje vem sendo uma tática utilizada ao redor do mundo.

Em 1987, Thatcher ingressou no seu terceiro mandato como Primeira-Ministra. Neste período, fez profundas reformas no sistema educacional e de saúde. Além

¹⁶⁵ MARGARETTHATCHER.ORG. Biography. Disponível em: <http://www.margaretthatcher.org/essential/biography.asp>. Acesso em 15 de dezembro de 2015.

¹⁶⁶ The electorate was impressed. Few British or European leaders would have fought for the islands. By doing so, Margaret Thatcher laid the foundation for a much more vigorous and independent British foreign policy during the rest of the 1980s.

disso, buscou manter relações diplomáticas com a União Soviética, o que facilitou as relações com o Leste Europeu após o fim da Guerra Fria.

Após problemas políticos com seus próprios aliados, Thatcher se retirou do governo em 1990. Após o fim do seu governo como Primeira-Ministra, Thatcher passou a escrever livros, realizar palestras e opinar sobre seu governo e a política mundial. A líder britânica faleceu em 2013.

Ao mesmo tempo em que seu governo foi extremamente efetivo na busca por uma moeda britânica forte e estável, a política de Thatcher é muitas vezes vista como extremamente hostil, tendo em vista os desempregos e as crises causadas pelo seu governo especialmente entre os mais pobres. Afirma Moraes¹⁶⁷:

É justo dizer que Margareth Thatcher tomou a dianteira e, de certo modo, expôs de modo mais radical a nova ‘revolução conservadora’. Mais do que isso, criou uma senha para sua suposta inevitabilidade: «There’s no alternative», essa era sua frase identificadora, resumida na sigla TINA. Krueger poderia tê-la associado à sua comemoração dos ajustes. A partir de tais programas e da ação pioneira da «Dama de Ferro», privatizar e desregular passaram a ser regras de comportamento para governos «modernos» e «livres». Thatcher também foi um exemplo de radicalismo e inflexibilidade, o que lhe valeu esse apelido, Dama de Ferro. É conhecida a sua declaração, frente à greve dos mineiros ingleses: posso até quebrar a Inglaterra, se isso for o preço para vencer esse sindicato. Seus adversários costumam dizer que conseguiu os dois objetivos. O sindicato nunca mais foi o mesmo. Quanto à Inglaterra, seguiu uma trajetória clara de desfiguração, tanto no plano doméstico quanto na política externa.

Por seu estilo de governo duro e marcante, Thatcher passou a ser conhecida mundialmente como a ‘Dama de Ferro’, um título que lhe foi dado por um jornal soviético e ela adotou.

¹⁶⁷ MORAES, Reginaldo C. O legado de Margaret Thatcher. Belo Horizonte: Revista Conjuntura Internacional, v. 10, n. 2, p. 19-29, 2013.

3.4.2. Rainha Isabel II

Elizabeth Alexandra Mary, conhecida mundialmente por Elizabeth II ou Isabel II, nasceu em 1926 e, desde a sua coroação em 1952, é a rainha do Reino Unido, Canadá, Austrália, Nova Zelândia, Jamaica, Barbados, Bahamas, Granada, Papua-Nova Guiné, Ilhas Salomão, Tuvalu, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, Belize, Antígua e Barbuda e São Cristóvão e Nevis. Ela também é a Chefe da Comunidade das Nações¹⁶⁸, uma organização intergovernamental composta por, maioritariamente, antigos territórios do Império Britânico que se tornaram países independentes. Embora não tenha sido eleita democraticamente, é uma Chefe de Estado e, política, tendo grande representação mundial.

Como foi previamente mencionado no presente trabalho, Isabel assumiu deveres públicos antes de se tornar rainha, ao servir ao Exército Britânico durante a Segunda Guerra Mundial. Casou-se com Filipe, o Duque de Edimburgo em 1947 e subiu ao trono aos 25 anos, sendo a sua coroação a primeira britânica a ser televisionada.

A Rainha Isabel também foi a monarca britânica a fazer mais visitas a países estrangeiros. Dentre os locais mais emblemáticos que visitou e prestou suas homenagens, consta a República da Irlanda. Após um convite da presidente irlandesa Mary McAleese em 2011, a monarca aceitou e se tornou a primeira Rainha Britânica a visitar o país, conhecido por sua cisão com a Inglaterra. Tal ação auxiliou a reatar os laços entre os países.

Em 1999, foi feito um referendo na Austrália para decidir se este país continuaria uma Monarquia ou tornar-se-ia uma República, com eleição do Chefe de Estado, tendo sido decidido que a Monarquia continuaria. Pesquisas de opinião também foram feitas no Reino Unido e em outros países da Comunidade das Nações.

Sua Majestade discursou perante a Organização das Nações Unidas em duas ocasiões. Tanto na primeira, em 1957, quanto na segunda vez, em 2010, a rainha discursou no papel de Chefe da Comunidade das Nações e mencionou a missão das Nações Unidas de trazer paz entre os Estados do planeta e declarou que ainda havia muito a ser feito.

¹⁶⁸ Commonwealth of Nations

Atualmente, a Rainha Isabel II é a monarca inglesa que reinou por mais tempo, ocupando o segundo lugar a sua antepassada Rainha Vitória. Em mais de 60 anos no poder, a Rainha viu passarem 6 papas, 12 Primeiros-Ministros, a queda do muro de Berlin, o fim da União Soviética, a formação da União Europeia e, além disso, a independência de diversos dos antes territórios do Reino Unido. Nas palavras do poeta Philip Larkin:

Em tempos em que nada permanece igual, mas piora
ou cresce de forma estranha, havia uma boa
constante: ela não muda¹⁶⁹.

Embora não declare suas opiniões abertamente, a Rainha busca demonstrar seu ponto de vista pela forma como age. Dois exemplos se aplicam a este argumento: embora não tenha condenado publicamente o Apartheid na África do Sul, a Rainha convidou Nelson Mandela para um encontro de líderes dos países da Comunidade das Nações e, quando Mandela foi eleito presidente, ela fez-lhe uma visita e condecorou-o com a Ordem de Mérito.

Outro exemplo foi o encontro da Rainha com o Rei Abdullah da Arábia Saudita em 1998. Tendo em vista que a Arábia Saudita proíbe a direção feminina e por condenar tal legislação, quando foi visitada pelo Rei, a Rainha Isabel II não hesitou ao convidá-lo para um passeio de automóvel e, ao invés de serem conduzidos por um motorista, a própria Rainha fez questão de manejar o veículo.

Atualmente, por uma questão de idade, a Rainha optou por delegar suas funções mais simples, como visitas a outros países, aos seus herdeiros. Ainda assim, é patrona de mais de seiscentas instituições de caridade, tanto nacionais quanto internacionais. Na área das organizações internacionais, toma-se como exemplo a Organização Internacional Fauna e Flora¹⁷⁰, a *Mother's Union*¹⁷¹ e a *Save the Children*¹⁷².

¹⁶⁹ In times when nothing stood
But worsened, or grew strange,
There was one constant good:
She did not change.

¹⁷⁰ A Fauna e Flora Internacional é uma organização presente em mais de 40 países e busca assegurar um futuro com biodiversidade no planeta. Seu site oficial é: <http://www.fauna-flora.org/>

¹⁷¹ A *Mother's Union* existe em 83 países e possui quatro milhões de membros. É uma organização voltada a ajuda física e mental das famílias, em especial o relacionamento marital e entre pais e filhos, a partir de uma visão religiosa. Seu site oficial é: <http://www.mothersunion.org/>

¹⁷² A *Save the Children* é um movimento global presente em mais de 120 países. Fundado em 1919, tem como objetivo melhorar a vida das crianças ao redor do mundo, por meio da educação, alimentação, serviços de saúde rotineiros e emergenciais, diminuição da pobreza e da fome, bem como proteção aos menores. Seu site oficial é: <http://www.savethechildren.org.uk/>

3.4.3. Angela Merkel

Nascida em 1954 e Chanceler da Alemanha desde 2005, Angela Dorothea Merkel é tida como a segunda pessoa mais poderosa do mundo, a posição mais importante alcançada por uma mulher. Ela também foi a primeira mulher a usar o título Chanceler.

Ingressou na vida política após a reunificação da Alemanha, quando foi eleita para a câmara baixa do parlamento alemão, conhecida como Bundestag. Pouco tempo após, tornou-se Ministra da Mulher e da Juventude. Em 1994, foi nomeada Ministra do Meio-Ambiente e da Segurança Nuclear.

A carreira política de Merkel foi baseada em políticas de direita. Merkel apoiou mudanças referentes ao sistema social e econômico da Alemanha, bem como mudanças trabalhistas, como maior facilidade para a demissão de funcionários e o aumento do número de horas de trabalho semanais. Quando da invasão do Iraque pelos Estados Unidos, apoiou o governo americano, antecipando futuras alianças entre ambos os países.

Em 2005 foi eleita Chanceler e afirmou que seu objetivo de governo seria reduzir o desemprego. Quanto a relações internacionais, Merkel afirma que a Alemanha é muito dependente da Rússia em relação a energia elétrica e que gostaria de diminuir tal necessidade.

Também tem relações estáveis com a China, porém foi alvo de críticas ao se encontrar em privado com o 14º Dalai Lama em 2007. Mantém boas ligações com Israel e Índia, locais que já visitou algumas vezes.

Em relação à integração cultural interna, Merkel se mostra retrógrada. Declara que, ao mesmo tempo em que acolhe os migrantes na Alemanha, estes devem adotar a religião cristã e a cultura alemã.

Diversos artigos foram escritos a respeito da forma política e governamental de Merkel. Embora esta não tenha declarado abertamente em seu governo ser uma feminista ou ter opiniões específicas em relação a diferença de gêneros, percebe-se que a Chanceler se embasa em suas próprias experiências, como mulher, para governar. Afirma FERREE¹⁷³:

¹⁷³ FERREE, Myra Marx. Angela Merkel: What Does it Mean to Run as a Woman? Disponível em: <http://www.ssc.wisc.edu/~mferree/documents/FerreeMerkel.pdf>. Acesso em 06 de novembro de 2015.

Mulheres como Angela Merkel, que entram no palco político, fazem com que todas as mulheres sejam visíveis como cidadãs, com interesses que são às vezes distintos e às vezes em comum com os dos homens, e criam legitimidade para as mulheres agirem politicamente. Porque Merkel não tem escolha a não ser concorrer como mulher, governar como mulher e negociar como líderes internacionais como mulher, a forma que as mulheres são compreendidas a cultura política atual tem um impacto nela não menor do que a sua posição como modelo e símbolo tem nas oportunidades que abrem para outras mulheres.

Por suas declarações e opiniões políticas, Merkel foi muitas vezes comparada a Margaret Thatcher, outra governante mulher e firme em suas decisões políticas. Ambas as líderes são modelos para todas as mulheres que desejam ingressar na carreira política e ter opiniões embasadas e firmes.

3.4.8. A diplomacia das Primeiras-Damas

A presente divisão, relativa às Primeiras-Damas, somente será feita para observar um critério prático: as mulheres destacadas no presente subtítulo foram, em algum ponto de suas vidas, primeiras-damas. Ainda assim, serão mencionadas neste trabalho não somente por seu papel quanto esposas de presidentes, mas também por suas próprias ações, que muitas vezes ofuscaram a imagem de seus maridos. Ainda assim, ambas, por terem iniciado a carreira política como espectadoras de seus maridos, passaram por situações diferenciadas em relação às políticas mencionadas anteriormente e isso lhes dá um diferencial, que deve ser mencionado.

As primeiras-damas representam um papel elementar na política de um país. Desde as eleições, é trabalho de a esposa demonstrar que seu marido é um candidato e parceiro exemplar, além de demonstrar que ela mesma corresponde bem ao papel esperado de uma esposa. Caso o candidato não consiga manter a ordem na sua própria casa, não é incomum o eleitorado acreditar que ele também não o fará no poder.

Estudiosos dividem as primeiras-damas em dois grupos: As tradicionalistas e as ativistas. As primeiras são as devotadas ao lar e à família, sem atuar politicamente, ao menos em público. As ativistas, por outro lado, saem do papel tradicional de esposa do

lar e têm papéis além desses, como defensoras da paz ou diplomatas ao se reunirem com outros chefes de Estado, organizações, ou seja, participarem da vida política de forma independente dos seus maridos, expressando suas próprias opiniões e sendo influenciadoras do povo.

A sociedade tem visto, historicamente, a primeira-dama como uma auxiliar do presidente. Seus projetos paralelos são muitas vezes vistos como uma atividade pouco importante, para passar o tempo, e por tais motivos são amplamente ignorados. Ainda assim, pesquisas¹⁷⁴ realizadas nos Estados Unidos demonstram que a maioria dos votantes, correspondente a 59%, acredita ser importante que as Primeiras-Damas promovam projetos pessoais durante a sua permanência no poder.

Afirma HASTEDT¹⁷⁵ que somente a Primeira-Dama e o Presidente sabem, de facto, a extensão de seu poder, embora muitas vezes aquela aja sem o conhecimento deste. A performance da primeira-dama, atualmente, é afetada principalmente pelo clima político nacional, regional ou mundial durante seu tempo no poder.

Em relação às atividades empreendidas pela Primeira-Dama, estas são grandemente influenciadas pelo seu passado, suas experiências e sua educação formal. A sua ideologia influencia nos projetos a que irá se dedicar e na forma que irá se apresentar ao povo por meio da imprensa. Ainda, a sua vontade de ingressar na carreira política também influenciará na forma como se dirigirá à sociedade.

A amplitude de seus projetos será decidida especialmente pelos valores que tem a despendar. Ainda, a performance da primeira-dama dependerá da forma em que ela visualizará o problema. Se sua política pessoal for no sentido de resolver problemas sob o ponto de vista tradicional, irá se envolver em causas de caridade, normalmente sob a aprovação presidencial. Caso busque resolver os problemas sob o ponto de vista problematizador-inovador, irá criar formas de diálogo com os grupos interessados, comitês legislativos e agências de interesse para buscar alterações legislativas.

Ainda, há que se falar que, embora muitas vezes a primeira-dama haja sem o consentimento expresso do presidente, o nível de seu ativismo dependerá do suporte que o presidente dará às suas ações. Ele, de forma implícita ou explícita, informará se a

¹⁷⁴ SHVEDOVA, Nadezhda. First Lady Institution as Part of American Democracy. Disponível em: http://russiancouncil.ru/en/inner/?id_4=2620#top-content. Acesso em 20 de novembro de 2015.

¹⁷⁵ HASTEDT, Glenn P. and EKSTEROWICZ, Anthony J. First Lady Diplomacy: The Foreign Policy Activism of First Lady Clinton. The Whitehead Journal of Diplomacy and International Relations. New York: Columbia University, 2006.

primeira-dama terá um papel mais ativo, como um tipo de diplomata, ou mais tradicional, ao ser somente a organizadora de jantares e eventos.

Por fim, há um poder que terá especial força em relação ao papel ativo ou passivo da mulher: o povo. A partir de pesquisas e leitura da imprensa, a primeira-dama, com seu gabinete, perceberá se o público aprova a forma como age e seus trabalhos. Afirme-se que a opinião do público é alterada ao longo do seu período no gabinete, de acordo com os eventos que atingem o país.

No ramo internacional, o papel das primeiras-damas tem aumentado e se modificado para além dos simples protocolos. Muitas primeiras-damas têm tido interesse e, em alguns casos, necessidade em se envolver nas relações internacionais entre países e também entre seu país e organizações internacionais. O caso mais emblemático é o da primeira-dama Eleanor Roosevelt, que será tratado no próximo subtítulo. Da mesma forma que as atividades internas, as obrigações internacionais da primeira-dama são ditadas por diversos fatores, como seus entendimentos, seu relacionamento com o presidente e com o povo.

Michelle Obama, por exemplo, se interessa em programas em prol dos direitos das mulheres e crianças no mundo todo, porém em especial na África, onde faz visitas com diversos institutos. Ela, ainda, é uma participante das premiações da organização «Mulheres de Coragem».

No geral, o papel da primeira-dama é proteger os interesses do seu país, mantendo uma imagem positiva de si e do que representa, na sua busca por uma maior humanização das relações internacionais e de uma maior igualdade de gênero ao redor do mundo. Vejamos, a seguir, algumas primeiras-damas com atuações emblemáticas.

A) Eleanor Roosevelt

Anna Eleanor Roosevelt, sobrinha do ex-presidente americano Theodore Roosevelt, nasceu em Nova York no ano de 1884 e foi a primeira-dama mais marcante para o Direito Internacional e para as Relações Internacionais modernas.

Aos dez anos, Eleanor foi enviada para Allenwood Academy¹⁷⁶, um colégio interno na Inglaterra, após a precoce morte de seus pais. Ela passou, na época, a ter uma

¹⁷⁶ Biography.com. Eleanor Roosevelt: Biography. Disponível em: <http://www.biography.com/people/eleanor-roosevelt-9463366>. Acesso em 04 de dezembro de 2015.

voz ativa e mais habilidade nas relações sociais, além de sofrer a influência de teóricas feministas, como Marie Souvestre¹⁷⁷.

Em 1905, Eleanor se casou com o, à época, futuro presidente dos Estados Unidos, Franklin D. Roosevelt e passou a década seguinte a viver com ele, seus filhos e sua sogra, com quem não tinha uma boa relação. Durante a Primeira Guerra Mundial, Eleanor trabalhou como funcionária da Cruz Vermelha. Em 1918, dois anos após dar à luz ao seu último filho, Eleanor descobriu que seu marido mantinha uma relação extraconjugal com sua secretária. A partir desse momento, a relação entre os Roosevelt passou a ser uma parceria política, onde ambos decidiram se dedicar a vida pública, ao invés da vida conjugal.

Ainda resta, até hoje, dúvida acerca da sexualidade da primeira-dama Eleanor Roosevelt. A ativista sempre manteve relações muito próximas com mulheres reconhecidamente homossexuais e há relatos de que não tinha afeição romântica pelo marido. Existem biografias a respeito da primeira-dama no sentido tanto de que esta era homossexual, como também no sentido de que seus envolvimento com mulheres eram puramente platônicos. Na época, ter uma relação não-tradicional, que não fosse um envolvimento entre homem e mulher, era um tabu e objeto de preconceito marcante.

Em 1921, Franklin Roosevelt foi diagnosticado com poliomielite e sofreu uma paralisia da cintura para baixo, tornando impossível que se locomovesse sem cadeira de rodas ou qualquer tipo de suporte. Eleanor e sua sogra discutiram a respeito de que função Franklin Roosevelt deveria realizar, sendo a opinião da sua sogra de que Roosevelt deveria se aposentar. Eleanor, por outro lado, acreditava que seu marido deveria continuar na política e, assim, ocorreu uma cisão final entre sogra e nora, com Eleanor Roosevelt saindo vitoriosa.

Eleanor passou a ser a porta-voz do marido em discursos políticos e aparecia em campanhas no seu lugar. Também trabalhou na Women's Trade Union League, um grupo que buscava regular as horas semanais de trabalho das mulheres, salário mínimo e a abolição do trabalho infantil.

Em 1928, Franklin Roosevelt foi eleito governador de Nova York. Eleanor passou a viajar por todo o estado para discursar e inspecionar as ações do governo pelo

¹⁷⁷ Marie Souvestre (1830-1905) foi uma educadora francesa de opiniões liberais. Fundou escolas internas francesas, conhecidas por "Les Ruches". Sua pupila mais famosa foi Eleanor Roosevelt, que a considerava mentora e figura materna. Roosevelt foi influenciada pela independência feminina e pensamento humanista de Souvestre, uma pensadora apaixonada pela justiça e por políticas sociais.

marido. Além disso, a primeira-dama era professora em uma escola preparatória para meninas.

Franklin Roosevelt foi eleito presidente dos Estados Unidos em 1933 e Eleanor Roosevelt passou a ser primeira-dama dos Estados Unidos. Embora fosse respeitada nos anos seguintes, Roosevelt foi uma primeira-dama controversa por continuar nos seus trabalhos de ativismo após entrar na Casa Branca, uma situação incomum até aquele momento para as Primeiras-Damas.

Como Primeira-Dama, discursou em convenções nacionais, foi colunista em um jornal sindical e também organizou conferências de imprensa. O valor de seus discursos chegou a ser de mil dólares, um valor alto para a época. Era uma defensora fortíssima das minorias, tendo pedido publicamente que não fossem realizadas retaliações contra os nipônicos vivendo na América após os ataques a Pearl Harbor em 1941. Além disso, trabalhou no ingresso e manutenção de refugiados nos Estados Unidos.

Em relação ao trabalho feminino, Roosevelt fez uma campanha motivacional durante a Segunda Guerra Mundial para influenciar as mulheres a ingressarem no mercado de trabalho. Também incitou as fábricas a criarem creches para que as mães trabalhadoras pudessem ingressar no mercado. Ela afirmava que frequentemente as grandes decisões são originadas e tomam forma de uma maneira que somente podem ser realizadas por homens; são completamente dominadas por homens e que as iniciativas e diferenciais oferecidos por mulheres são deixados de lado por não haver interesse em políticas diferenciais e integrativas. Roosevelt buscou modificar esta situação.

Em 1945, o Presidente Franklin Roosevelt faleceu. No final do mesmo ano, o Presidente Harry Truman, o seu sucessor, nomeou Eleanor Roosevelt representante dos Estados Unidos na Assembleia Geral das Nações Unidas. Roosevelt também foi uma personagem marcante na Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas, tendo sido uma das mentes por trás da Declaração Universal de Direitos Humanos. Eleanor Roosevelt foi uma das representantes dos Estados Unidos na Organização das Nações Unidas até 1953, e após, entre os anos 1961 e o seu falecimento, no ano seguinte.

Eleanor Roosevelt foi a primeira-dama com mais tempo na Casa Branca, servindo desde 1933 a 1945. Também foi uma personalidade inovadora, uma ativista atuante, firme em seus ideais, tendo por diversas vezes discordado publicamente de seu marido, quando suas políticas eram distintas do que acreditava. Além de seu trabalho

nacional, Roosevelt atuou brilhantemente no plano internacional, sendo uma das responsáveis pela atuação da Organização das Nações Unidas.

Roosevelt acreditava que a primeira-dama possuía mais obrigações do que somente agir como uma dona-de-casa, devendo participar da vida política, expressar seus pontos de vista e se tornar uma influenciadora de opiniões. Dentre suas citações mais brilhantes, consta ‘Não basta falar de paz. É preciso acreditar nela. E não basta acreditar nela. É preciso trabalhar por ela’. Foi com este propósito que Roosevelt agiu politicamente ao longo de sua vida.

B) Hillary Clinton

Hillary Diane Rodham Clinton¹⁷⁸, nascida em 1947, é ex-primeira dama e atualmente candidata às eleições presidenciais nos Estados Unidos pelo Partido Democrata. Com inclinações políticas desde tenra idade, Hillary Clinton desde a adolescência participou de clubes de debates, de grupos políticos e auxiliou campanhas eleitorais dos candidatos que apoiava.

A primeira-dama conheceu e passou a se relacionar com o seu futuro marido, bem como futuro presidente dos Estados Unidos, à época, durante a faculdade. Após a conclusão do curso, Clinton desenvolveu pesquisas e trabalhou como advogada em diversos casos, inclusive durante o Escândalo de Watergate, que forçou a saída do Presidente Richard Nixon em 1974.

Em 1975, Hillary e Bill Clinton casaram e se mudaram para o estado americano do Arkansas, onde Bill Clinton passou a se dedicar a carreira política e Hillary Clinton se tornou professora universitária. Dois anos depois, Clinton fundou a organização sem fins lucrativos *Arkansas Advocates for Children and Families*. Foi designada pelo presidente Jimmy Carter para o conselho diretor da *Legal Services Corporation*, uma fundação pública com o objetivo de auxiliar juridicamente as pessoas mais necessitadas.

No final dos anos 70, Bill Clinton foi eleito governador de Arkansas e Hillary Clinton se tornou a primeira-dama do estado, um título que ocupou por doze anos.

¹⁷⁸ UNITED STATES GOVERNMENT PUBLISHING OFFICE. Hillary Rodham Clinton: U.S. SENATOR FROM NEW YORK. Disponível em: <https://www.gpo.gov/fdsys/pkg/CDOC-111sdoc28/pdf/CDOC-111sdoc28.pdf>. Acesso em 12 de abril de 2016.

Durante aquele período, porém, o salário de Hillary Clinton era mais alto do que o de seu marido, tendo em vista que a primeira-dama era associada a uma das maiores empresas de advocacia dos Estados Unidos.

Em 1993, Hillary Clinton se tornou primeira-dama dos Estados Unidos da América. Ela foi a primeira primeira-dama a possuir uma pós-graduação e também a primeira a continuar a trabalhar no seu ramo de trabalho após assumir o cargo de primeira-dama. Hillary Clinton é considerada a primeira-dama mais empoderada após Eleanor Roosevelt.

Clinton visitou 79 países durante seu período como primeira-dama, sendo uma peça importante na diplomacia americana. Em 1995, em um encontro internacional na Ásia, sem seu marido, estreitou os laços entre o sul asiático e a América.

Tendo sempre defendido a igualdade de gêneros, até mesmo pela sua própria experiência pessoal, Hillary Clinton realizou um discurso em favor do fim das práticas de abuso contra mulheres ao redor do mundo em 1995, onde declarou¹⁷⁹ que:

Não é mais aceitável discutir os direitos das mulheres em separado dos direitos humanos. [...] se há uma mensagem que ecoa desta conferência, deve ser que os direitos humanos são direitos das mulheres e os direitos das mulheres são direitos humanos de uma vez por todas.

Advogada dos direitos das mulheres, Clinton trabalhou em busca de um melhor tratamento para as mulheres no Talibã na década de 90 e participou de organizações internacionais em busca da integração das mulheres na política mundial.

Os últimos anos de Clinton na Casa Branca foram apagados por um escândalo de proporções mundiais: descobriu-se que o Presidente Bill Clinton mantinha um caso extraconjugal com uma estagiária da Casa Branca, Monica Lewinsky. O presidente sofreu um processo de impeachment, mas foi absolvido. Ainda assim, a popularidade do presidente despencou e a reeleição não foi possível. Hillary Clinton deixou a Casa Branca com 70% de aprovação popular e não se divorciou do ex-presidente.

¹⁷⁹ CLINTON, Hillary Rodham. Remarks to the U.N. 4th World Conference on Women Plenary Session, delivered 5 September 1995, Beijing, China. Disponível em: <http://www.americanrhetoric.com/speeches/hillaryclintonbeijingspeech.htm>. Acesso em 03 de novembro de 2015.

Enquanto ainda era primeira-dama, Clinton se candidatou ao Senado e foi eleita em 2000, se tornando a primeira ex-primeira-dama a se candidatar e ser eleita a um cargo político. Tomou posse em 2001 e participou de diversas decisões relacionadas à política externa, como as ações militares americanas no Afeganistão e Iraque após o atentado ao *World Trade Center*, em Nova York, de 11 de setembro. Clinton apoiou as ações militares sob o argumento de que a situação das mulheres subjugadas no governo Talibã seria modificada, tendo votado a favor da Resolução da Guerra do Iraque no Senado. Foi membro da Comissão de Segurança e Cooperação na Europa entre os anos de 2001 a 2009, buscando estreitar as relações entre os Estados Unidos e a União Europeia.

Em 2009, se tornou a primeira ex-primeira-dama a ser nomeada Secretária de Estado, tendo servido em tal posição até 2013. Como Secretária de Estado, regulou missões diplomáticas no exterior e buscou meios de capacitar profissionalmente as mulheres ao redor do mundo, além de defender a adoção de fogões nos países auxiliados pelos Estados Unidos como uma forma mais higiênica e segura de preparar os alimentos. Também fez visitas in loco e palestras no Paquistão e no Irã.

Além da constante luta pelos direitos das mulheres, Clinton também defendeu as proteções legais e os direitos dos homossexuais por todo o mundo, tendo discursado sobre o tema no Conselho dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas. Ainda, buscou informatizar e aproximar do público o Departamento de Estado, interagindo nas redes sociais para divulgar as ações e posicionamentos do governo americano, em especial os direitos das mulheres.

Durante seu período como Secretária de Estado, Hillary Clinton visitou 112 países, sempre buscando alternativas de como a evolução dos direitos das mulheres influenciaria a diminuição dos índices de violência e a desigualdade social. Após sair da posição de Secretária de Estado, Clinton realizou diversos projetos na Fundação Clinton, onde seu marido era integrante. Durante este período, Clinton se interessou em projetos relacionados à infância e às mulheres.

Em abril de 2015, Hillary Clinton saiu da posição em que se encontrava na Fundação Clinton e anunciou que seria candidata à presidência nas eleições de 2016. Possui, como planos de governo, o aumento da renda da classe média, melhorias no programa de saúde Obamacare, a ampliação do acesso gratuito à universidade,

universalidade da educação infantil, aumento dos direitos dos homossexuais, migrantes e mulheres.

Hillary Clinton sofre os mesmos julgamentos que sua grande antecessora, Eleanor Roosevelt, sofreu. É o posicionamento de WEST¹⁸⁰:

Os maiores factores por trás do controle de Hillary Clinton são os estereótipos de gênero. Analistas precisam reconhecer que concepções populares a respeito de mulheres políticas as afetam tanto negativamente quanto positivamente. Em alguns aspectos, ser uma mulher política a afeta politicamente por causa dos estereótipos de que mulheres não são ‘fortes o suficiente’ para a política internacional. Numa época de terrorismo e guerras, este é um sério problema para Clinton. É necessário que ela seja forte e convença os votantes que ela poderá fornecer a segurança e defesas que os Estados Unidos da América necessitam.

Grande parte da imprensa e da população acreditam que Clinton não deveria ter continuado a trabalhar após se tornar primeira-dama e que sua personalidade forte afetou a masculinidade de seu marido. Embora tenha ideais fortes, seja uma mulher politizada e extremamente capaz e interessada nos seus estudos, Clinton ainda é muito conhecida por ser a mulher traída em seu relacionamento, bem como a mulher que realmente tomava as decisões no casamento.

Resta cristalina a necessidade de se repensar a forma como as mulheres políticas são tratadas ao redor do mundo, sendo normalmente julgadas por suas carreiras pessoais e pelas diferenças que possuem em contraponto aos estereótipos comuns atribuídos a mulheres, ao invés de se tomar como base suas ações e posicionamentos políticos e profissionais. Embora, em alguns casos, os homens ainda sejam julgados tanto pelas suas vidas pessoais quanto profissionais, percebe-se que mulheres com

¹⁸⁰ The biggest set of factors beyond Hillary Clinton’s control is gender stereotypes. Analysts need to recognize that popular conceptions about female politicians cut both ways, positively and negatively. In some respects, being a female politician hurts her politically because of stereotypes that women are not tough enough on foreign policy. In an age of terrorism and war, this is a serious problem for Senator Clinton. She needs to be tough and instil voters with confidence she can defend American security needs. WEST, Darrell M. How Hillary Clinton Can Become America’s First Female President. Disponível em <http://www.insidepolitics.org/heard/HillaryClinton.pdf>. Acesso em 01 de outubro de 2015.

posicionamento firme e ideais fortes são vistas como difíceis de trabalhar, enquanto homens com as mesmas condições são vistos como pessoas de caráter e palavra.

3.6. As mulheres empresárias

É, por vezes, difícil idealizar as mulheres empresárias como realizadoras a título de relações internacionais. Há que se mencionar, porém, que na sociedade globalizada, muitas ligações entre países são feitas a título particular, por meio de acordos empresariais e empresas transnacionais. Tal situação diferenciada faz com que mulheres em papéis de líderes em determinadas empresas tenham alcance global, influenciando as relações e organizações de mulheres ao redor do mundo. Além disso, há que se considerar que as mulheres empresárias são, ainda, membros integrantes do grupo «mulheres comuns», já mencionado no capítulo, porém portadoras de voz com maior alcance, por sua posição social e profissional. Por tal motivo, considerou-se necessário citá-las no presente trabalho.

No ramo privado, mulheres também têm diversas dificuldades quando da busca pela liderança em suas áreas de trabalho. Estudos demonstram que, no setor privado, apenas 16% das empresas trabalham com mulheres em cargos de chefia. Se considerarmos o cargo de CEO¹⁸¹, as pesquisas¹⁸² demonstram que, das 500 maiores empresas mundiais, somente 24 possuem mulheres no cargo de diretoras executivas.

Diversos são os fatores que influenciam a incidência tão pequena de mulheres nos cargos mais altos de empresas privadas. Deborah Gillis, diretora executiva da empresa *Catalyst*, afirmou que um dos grandes entraves ainda é a forma como a sociedade ainda espera que um homem e uma mulher trabalhem. Ela afirma que «quando fechamos nossos olhos e imaginamos como um diretor executivo é, geralmente a figura que vem a nossa cabeça é um homem branco». Explana a diretora que ainda é incomum para a sociedade como um todo ver uma mulher em posição de poder, superior a homens com a mesma idade e, por vezes, com a mesma escolaridade. A figura inversa, porém, é vista com mais naturalidade social.

¹⁸¹ Chief Executive Officer, designado pela sigla CEO, é o director executivo, director geral ou Chefe Executivo de Ofício, o cargo que está no topo da hierarquia operacional de uma empresa.

¹⁸² EGAN, Matt. Still missing: Female business leaders. Disponível em <http://money.cnn.com/2015/03/24/investing/female-ceo-pipeline-leadership/>. Acesso em 19 de novembro de 2015.

Além da barreira cultural, ainda existem diversos motivos impeditivos de tornar mais mulheres líderes. SANDBERG¹⁸³, diretora executiva da empresa *Facebook*, em uma brilhante palestra afirmou que apenas um terço das mulheres na liderança de empresas possuem filhos, situação antagônica á de homens na mesma posição: somente um terço dos homens no poder das empresas privadas não possui filhos. Ainda há uma cultura de que, quando a mulher se casa e pensa em ter filhos, ela não se dedicará tanto ao seu emprego e, por isso, não recebe mais promoções e aumentos. A mulher, por outro lado, dependendo do valor que a receba, em alguns casos, após não se modificar a situação no seu ambiente de trabalho, é mais vantajoso financeiramente que regresse ao lar. A falta de novos desafios e de aumento salarial desmotiva o trabalhador. É um ciclo vicioso.

Esta situação vem mudando de forma lenta, porém contínua. Enquanto as mulheres ainda são as responsáveis primárias pelo cuidado infantil, há um número crescente de maridos que optam por permanecer no lar, ao mesmo tempo em que sua esposa se torna a provedora financeira principal da família. Já existem estudos que exploram os benefícios desta nova formação familiar: meninas criadas em famílias onde o pai permaneceu no lar e a mãe continuou no mercado de trabalho têm mais características necessárias para a liderança e são melhores em matemática e outras ciências exatas, em clara demonstração de que a teoria de que mulheres são ruins em matemática é, muitas vezes, cultural.

Há que se mencionar, ainda, o grande número de famílias sem filhos. Um estudo¹⁸⁴ realizado entre os anos de 1992 e 2012 demonstrou que, na década de 90, cerca de 80% dos recém-formados tinha interesse em ter filhos no futuro recente ou distante. Em 2012, esta porcentagem caiu para 42%. Mulheres sem filhos tem mais facilidade para subir e, em algum momento de sua vida, liderar uma empresa.

Outro problema estritamente relacionado ao reduzido número das mulheres na liderança de empresas é a escolha da área de estudos e de trabalho e a forma que as mulheres normalmente reagem a estímulos externos.

Existem muitas mulheres em cursos voltados à área de humanas, mas a sua incidência é menor na área de exatas e comércio. Por este motivo, muitas vezes as

¹⁸³ SANDBERG, Sheryl. Why we have too few women leaders. Filmado em dezembro de 2010. Disponível em: < https://www.ted.com/talks/sheryl_sandberg_why_we_have_too_few_women_leaders>. Acesso em 13 de janeiro de 2016.

¹⁸⁴ EGAN, Matt. Still missing: Female business leaders. Disponível em <http://money.cnn.com/2015/03/24/investing/female-ceo-pipeline-leadership/>. Acesso em 19 de novembro de 2015.

mulheres são direcionadas para as áreas de departamento pessoal dentro das empresas, onde não há possibilidade de se chegar a diretora executiva.

SANDBERG¹⁸⁵ acredita que mulheres não são motivadas a ponto de manter a sua decisão com firmeza, sendo pouco incisivas em seus argumentos e normalmente desistindo rapidamente. A CEO também acredita que as mulheres muitas vezes atribuem o resultado de seu sucesso não só somente a si, mas também a fatores externos. De acordo com a CEO, muitas vezes é necessário saber receber um elogio e ser confiante no próprio sucesso. Homens tradicionalmente, afirma a palestrante, atribuem o sucesso a si mesmos e são mais confiantes em relação a própria capacidade.

Ainda assim, são inúmeros os benefícios de mulheres nos cargos de liderança e na diretoria executiva de empresas. Pesquisas demonstram que empresas com mulheres em posições de liderança ou com um alto percentual de funcionárias mulheres são mais saudáveis financeiramente. Uma das teorias por trás de tais pesquisas é que mulheres trazem outras opiniões e formas de trabalhar diferentes das de homens e isso provoca um debate mais amplo e saudável.

Também é amplamente demonstrado por pesquisas que a incidência de mais ou menos mulheres nas empresas é relacionada ao local onde a empresa está inserida, se a empresa é nacional ou transnacional, os índices de matemática nas escolas em relação às meninas, os índices de discriminação e assédio sexual no trabalho, licença paternidade entre outros.

Afirma NOLAND¹⁸⁶ que a relação entre a proporção de mulheres na liderança corporativa e a saúde financeira das empresas poderia refletir a existência de discriminação contra mulheres executivas (o que daria uma vantagem às empresas não discriminadoras) ou o facto de que a presença das mulheres contribui para a diversidade de habilidades na empresa.

Para aumentar o índice de mais mulheres nas empresas e maior diversidade no mercado de trabalho, diversos países promulgaram leis com o estabelecimento de uma percentagem mínima legal de funcionárias mulheres em empresas.

¹⁸⁵ SANDBERG, Sheryl. Why we have too few women leaders. Filmado em dezembro de 2010. Disponível em: < https://www.ted.com/talks/sheryl_sandberg_why_we_have_too_few_women_leaders>. Acesso em 13 de janeiro de 2016.

¹⁸⁶ NOLAND, Marcus; MORAN, Tyler; KOTSCHWAR, Barbara. Is Gender Diversity Profitable? Evidence from a Global Survey. Peterson Institute for International Economics. Disponível em <http://www.piie.com/publications/wp/wp16-3.pdf>. Acesso em 15 de março de 2016.

TABELA VII: PAÍSES QUE APLICARAM COTAS MÍNIMAS PARA O INGRESSO DE MULHERES NAS EMPRESAS

PAISES	QUOTAS - PERCENTUAL	ANO
AUSTRIA	25%	2013
BELGICA	33%	2013
FINLÂNDIA	40%	2005
FRANÇA	20%	2014
ALEMANHA	30%	2016
ISLÂNDIA	40%	2013
ISRAEL	50%	2010
ITÁLIA	33%	2015
QUÊNIA	33%	2010
MALÁSIA	30%	2015
NORUEGA	40%	2008
ESPAÑA	40%	2015

Fonte: NOLAND, Marcus; MORAN, Tyler; KOTSCHWAR, Barbara. Is Gender Diversity Profitable? Evidence from a Global Survey. Peterson Institute for International Economics. Disponível em <http://www.piie.com/publications/wp/wp16-3.pdf>. Acesso em 15 de março de 2016.

Embora alvo de críticas, por dirimir a liberdade das empresas e do mercado, tais mínimos legais são programas de curto prazo que poderão ter uma longa efetividade. Há um planejamento para que o Brasil e a União Europeia passem a aplicar cotas de 40% a partir do ano 2020.

Também há que se falar sobre a inclusão feminina por parte das empresas. Diversas empresas, com o objetivo de integrar as mulheres ao mercado de trabalho e aumentar seus lucros, passaram a criar programas em busca da liderança feminina e da melhor integração das mulheres no mercado de trabalho.

Um dos exemplos de empresa a realizar tal programa é a KPMG¹⁸⁷, uma das empresas líderes na prestação de serviços profissionais contábeis, que incluem auditoria, impostos, consultoria de gestão e estratégia, assessoria financeira, serviços contábeis gerais, entre outros. Integra o grupo de empresas chamadas de Big Four, as quatro maiores empresas multinacionais do setor.

¹⁸⁷ SANTOS, Sara Kodato. Informação pessoal.

Em 2003, a empresa KPMG US deu início ao programa KNOW- KPMG Network of Women¹⁸⁸ com o objetivo primordial de tornar a empresa mais interessante para potenciais trabalhadoras, incentivando o desenvolvimento na carreira, contato com as lideranças corporativas e a participação em grupos de mulheres.

A empresa realiza atividades internas e sociais de inclusão, tendo como objetivo promover avanços na sociedade como um todo, mas também na participação das mulheres na economia do país. O programa KNOW, de acordo com sua Sócia Diretora¹⁸⁹ na sede de Manaus, no Brasil, tem como objetivo promover discussões com foco na diversidade de gênero.

Como forma de auxiliar as mulheres a expandirem suas habilidades de liderança, o programa KNOW é vinculado a diversas organizações internacionais, como a *Women Corporate Directors*¹⁹⁰ e a *InterOrganization Network*¹⁹¹, além do programa ATHENA Internacional de premiação a jovens mulheres em papéis de liderança.

Dentre os projetos realizados pelo programa KNOW na KPMG, cita-se o Comitê de Equidade de Gênero, responsável por promover eventos como palestras, celebrações, premiações e encontros com o objetivo de incentivar as mulheres à liderança empresarial e o Programa de Desenvolvimento de Talentos, onde um profissional mais qualificado e uma profissional inicial na carreira criam um relacionamento profissional com vistas à profissional menos qualificada procurar ajuda e ser incentivada por um profissional mais qualificado na carreira. Além disso, a KPMG está associada ao programa #HeforShe, realizado pela Organização das Nações Unidas, e possui um período de licença maternidade maior do que o previsto pela lei, com vistas a facilitar a vida privada das trabalhadoras.

Além disso, a KPMG possui um programa de capacitação executiva em Governança, Riscos e Compliance, direcionado a mulheres que buscam desenvolver suas habilidades para o exercício de funções de alta gestão, como diretoria executiva.

¹⁸⁸ Rede de mulheres da KPMG.

¹⁸⁹ SANTOS, Sara Kodato. Informação pessoal.

¹⁹⁰ Uma organização global que relaciona mais de 2600 quadros de diretoras ao redor do mundo, criando laços empresariais entre mulheres em papéis de liderança, possibilitando às mulheres melhorias ocupacionais.

¹⁹¹ Uma organização fundada em 2004, resultado da união de 16 organizações regionais, com o objetivo de aumentar o número de mulheres em posições de poder no mundo dos negócios.

A KPMG iniciou o programa ao averiguar que, embora contratasse o mesmo número de mulheres e homens, somente 13% das profissionais do sexo feminino permanecia na empresa e chegava aos cargos mais altos na empresa.

Em entrevista com a Sócia Diretora¹⁹² na sede de Manaus, no Brasil, esta explanou alguns motivos pelos quais acreditava haver uma evasão de profissionais do sexo feminino:

Muitas vezes me deparo com depoimentos de mulheres que abrem mão da carreira para cuidar do marido e dos filhos, não é difícil encontrar casos em que a mulher começa a assumir cargos de chefia e isso incomoda o parceiro, para alguns homens o facto da mulher ganhar uma remuneração maior é algo inaceitável. Muitas mulheres ainda acreditam que não é possível ser uma boa mãe e esposa e ao mesmo tempo trabalhar fora, para elas para ser uma boa mãe tem que ficar em casa. Muitas vezes esse tipo de pensamento é uma herança dos pais, o interessante é que há um conflito, pois, essas mesmas mulheres que acham que para ser uma boa mãe deve abrir mão de sua vida profissional, criam as suas filhas para que estudem, arrumem um bom emprego, cresçam profissionalmente e claro não virem dona de casa.
(sic)

A empresária acredita que é importante incentivar as mulheres para a liderança, causando não somente a igualdade de gênero, mas variedade de pensamentos para o ramo empresarial. Ainda, acredita que se estabelecer como líder incentiva as novas gerações a liderar e se motivar no mercado de trabalho.

Percebe-se que, mesmo após a evolução de direitos femininos e décadas após o ingresso feminino em massa no mercado de trabalho, mulheres em posição de poder ainda são consideradas como uma ameaça e um atributo negativo. Há, porém, que se incentivar as mulheres a liderar.

3.6. As mulheres no serviço diplomático

Diplomacia é a arte e prática de conduzir negociações entre representantes de grupos ou de Estados. Normalmente chamamos de ‘diplomacia internacional’ a condução

¹⁹² SANTOS, Sara Kodato. Informação pessoal.

das relações internacionais por meio de diplomatas profissionais, com atenção aos tratados internacionais, negociações de guerra, paz, economia, cultura, etc.

É intrigante que, numa área tão de acordo com as atitudes que se esperam da mulher, haja tão poucas mulheres em ação no campo da diplomacia. Acreditava-se que, considerando que as mulheres são culturalmente educadas a serem graciosas e diplomáticas se sairiam melhor em um mundo dominado pelos homens.

Ainda assim, até o início do século XX¹⁹³ as únicas mulheres relacionadas ao serviço diplomático eram as esposas de diplomatas, as trabalhadoras de casa ou assistentes pessoais dos embaixadores, cônsules e especialmente trabalhadores relacionados à diplomacia. A partir do século XX, porém, mulheres passaram a ser admitidas em posições diplomáticas. A partir de 1934, os Estados Unidos da América passaram a designar mulheres como diplomatas, tendo a Inglaterra feito o mesmo em 1974 e a Coreia do Sul tendo designado sua primeira embaixadora em 1996.

TICKNER¹⁹⁴ afirma que não há muita evidência que sugira que as mulheres tiveram um papel marcante na política internacional no século XX. Em 1987, menos de 5% das posições em Serviço Estrangeiro eram compostas por mulheres.

Diversos são os motivos para o afastamento feminino do campo da diplomacia. Embora já se argumente que não é viável a diplomacia realizada somente por membros do sexo masculino, as mulheres ainda encontram muitas dificuldades em ingressar e subir na hierarquia da diplomacia.

A masculinidade e a política possuem um enlace tradicional, afirma TICKNER¹⁹⁵. A diplomacia tradicional valorizava e, de certo modo, ainda valoriza as características associadas ao masculino, como força, coragem, poder, independência e força física. Todos estes adjetivos representavam, até pouco tempo, os ideais de soberania e de Estado no direito internacional. A violência, também associada a masculinidade, era e, em menor grau, ainda é, uma conduta valorizada quando da defesa de um Estado. Um exemplo a respeito deste tema são as invasões dos Estados Unidos da América após os ataques de 11 de setembro de 2001 em Nova York.

¹⁹³ HA, Than Thanh. *The Changing Role of Women in Diplomacy in the 21st Century: The Case of South Korea*. International Relations: Insights & Analysis. Disponível em: http://www.iria.com/reports/IRIA_The-Changing-Role-of-Women-in-Diplomacy-in-the-21st-Century.pdf. Acesso em 24 de outubro de 2015.

¹⁹⁴ TICKNER, J. *Ann. Gender in International Relations: Feminist Perspectives on Achieving Global Security*. New York: Columbia University Press, 1992.

¹⁹⁵ Idem.

Há que se ressaltar que, até mesmo na opinião de algumas profissionais da área, alguns temas de Relações Internacionais não são totalmente indicados para mulheres. Diversas profissionais das Relações Internacionais argumentam que, durante sua educação ou anos iniciais na carreira, bem como quando deram palestras sobre alguns temas específicos de Relações Internacionais, como guerra e armamentos, acreditaram que esse não era o tipo de assunto específico para mulheres. TICKNER dá um testemunho pessoal sobre o tema em sua obra, afirmando:

Enquanto muitos dos meus estudantes do sexo masculino aparentam estar razoavelmente confortáveis com o discurso de guerra e armamentos no meu curso introdutório de Relações Internacionais, nunca passou um semestre sem algumas das minhas alunas expressarem de forma privada que elas acreditavam que não iriam se dar bem no curso, porque esse não parecia ser seu «assunto».

Também há a opinião de que mulheres não são interessadas em dialogar acerca de assuntos controversos. HERMANN¹⁹⁶ tem uma opinião particular a respeito dos motivos pelos quais as mulheres são sub-representadas perante os grupos formadores de opinião, sejam eles a diplomacia, o parlamento ou o gabinete. Ela afirma:

Eu gostaria de poder dizer que isso é porque as mulheres são impedidas pelos seus colegas homens, mas isso seria incorreto. Mulheres são menos interessadas em tomar parte nesses tipos de deliberação. Para início de conversa, lá é bem cheio de gente. Elas preferem optar por outros locais em que é mais fácil ter visibilidade e uma voz.

Ela também afirma que mulheres tendem a optar por ficar em cima do muro em deliberações. Ressalte-se que muitas são as razões pelas quais mulheres são menos representadas na diplomacia. Os papéis tradicionais da mulher como esposa e mãe se chocam com o trabalho de diplomata, em especial em locais conflituosos. O facto do

¹⁹⁶ HERMANN, Tamar S. in DANSPECKGRUBER, Wolfgang et. al. Women leaders in international relations and world peace. Princeton University: Liechtenstein Institute at Princeton, 2010. Disponível em: < <http://arks.princeton.edu/ark:/88435/dsp01qr46r084n>>. Acesso em 12 de setembro de 2015.

papel de diplomata ser designado por um superior, normalmente um homem, também influencia no número diminuto de mulheres no campo.

No entanto, quando questionadas, diplomatas do sexo feminino opinaram que a principal razão para a pequena quantidade de mulheres na área diplomática era a falta de apoio em equilibrar família e carreira¹⁹⁷.

O campo das relações internacionais foi uma das últimas ciências sociais a ser revista sob o âmbito da perspectiva de gênero e das teorias feministas. O ingresso de mulheres no campo das relações internacionais e da diplomacia auxilia a escancarar como o gênero construiu a maneira tradicional como vemos as relações internacionais. A atual hierarquia de gênero contribui para a manutenção das resoluções de conflitos por meio da força, por exemplo, mesmo com todo o embasamento diplomático atual. Qualquer tentativa de introduzir uma análise mais explicitamente de gênero no campo deve, portanto, começar com uma discussão sobre a masculinidade.

Muitos estudiosos do sexo masculino já observam que, dadas as tecnologias atuais de destruição, o alto grau de desigualdade econômica e a degradação ambiental que agora existe, é necessária uma mudança em relação à condução das políticas mundiais.

Teorias de gênero relacionadas às relações internacionais e à diplomacia, que explanam as mais diversas experiências das mulheres, normalmente um gênero com voz diminuta, podem demonstrar novos pontos de vista sobre o comportamento dos Estados e as necessidades dos indivíduos, particularmente nas periferias do sistema internacional.

É possível que experiências de mulheres podem adicionar uma nova dimensão à compreensão atual da economia mundial, uma vez que as mulheres são frequentemente as primeiras vítimas em tempos de dificuldades econômicas. Como visto previamente no presente capítulo, também é possível haver uma nova visão sobre a relação entre militarismo e a violência estrutural.

As mudanças em relação a maior participação feminina na diplomacia podem ocorrer de forma consciente ou inconsciente. Em relação ao segundo caso, PLASSNIK¹⁹⁸ afirma que não entrou no ramo de política ou se tornou uma diplomata porque buscava se

¹⁹⁷ HA, Than Thanh. *The Changing Role of Women in Diplomacy in the 21st Century: The Case of South Korea*. International Relations: Insights & Analysis. Disponível em: http://www.iria.com/reports/IRIA_The-Changing-Role-of-Women-in-Diplomacy-in-the-21st-Century.pdf. Acesso em 24 de outubro de 2015.

¹⁹⁸ PLASSNIK, Ursula. in DANSPECKGRUBER, Wolfgang et. al. *Women leaders in international relations and world peace*. Princeton University: Liechtenstein Institute at Princeton, 2010. Disponível em: <<http://arks.princeton.edu/ark:/88435/dsp01qr46r084n>>. Acesso em 12 de setembro de 2015.

tornar empoderada. Porém, enquanto fazia seu trabalho como Ministra de Negócios Exteriores, começou a perceber que não conseguiria fazer o seu trabalho de entrar em contato com outras sociedades se não entrasse em contato e compreendesse as mulheres daquela sociedade. Fazer encontros com mulheres não é parte do trabalho tradicional de uma ministra de exterior. Ainda assim, começou a organizar reuniões com as mulheres das respectivas sociedades em que se envolvia. A estudiosa se sentiu tocada a partir de uma situação vivenciada.

Na França, a situação foi um pouco diversa. Atualmente, um terço das embaixadoras do país são mulheres. Tal situação não ocorreu de forma natural, tendo o governo francês decidido formalizar a necessidade de apontar mulheres embaixadoras para diversos países. Há, atualmente, uma cota para funcionárias públicas de chefia no país, a qual espera-se seja de 40% em 2018.

A mensagem que KEOHANE¹⁹⁹ nos passa é de que, para modificar as questões de gênero na diplomacia, o importante «é se envolver como mulher: quer você esteja fazendo paz ou melhorando o mundo através da diplomacia, deve tirar vantagem do facto de que mulheres agora podem se engajar nas linhas de frente da paz, guerra ou diplomacia e encontre seu próprio nicho para fazer a diferença».

A participação ativa de mulheres nos processos de tomada de decisão é crucial para se alcançar igualdade real, um desenvolvimento mais humano e, acima de tudo, paz.

¹⁹⁹ KEOHANE, Nannerl O. in DANSPECKGRUBER, Wolfgang et. al. Women leaders in international relations and world peace. Princeton University: Liechtenstein Institute at Princeton, 2010. Disponível em: < <http://arks.princeton.edu/ark:/88435/dsp01qr46r084n>>. Acesso em 12 de setembro de 2015.

CAPÍTULO 4

AS MULHERES NAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

No mundo em desenvolvimento, já é tempo que as mulheres estejam no planeamento. Por exemplo, 80 por cento dos fazendeiros de autossustentabilidade são mulheres, porém todos os programas no passado eram focados em homens.

(Melinda Gates)

As Organizações Internacionais, também chamadas de intergovernamentais, são um fenómeno relativamente recente na história mundial. Afirma MAZZUOLI²⁰⁰ que a crescente necessidade de cooperação internacional, nos mais diversos campos de aplicação do Direito, fez levar à criação e ao desenvolvimento de instituições internacionais, capazes de coordenar os interesses da sociedade internacional relativos a diversas finalidades. O autor também menciona que o Direito Internacional vem deixando de ser um direito das relações bilaterais ou multilaterais para se tornar uma relação entre Organizações Internacionais.

CAMPOS²⁰¹ assevera que a maior parte das Organizações Internacionais que conhecemos foi instituída após o fim da 2ª Guerra Mundial em 1945. Algumas, porém, foram criadas no período entre Guerras, como a Sociedade das Nações e a Organização Internacional do Trabalho. Porém, a primeira Organização Internacional de acordo com a conceção atual foi a «Comissão Central do Reno», estabelecida em 1815, criada para disciplinar a navegação e gerir o curso do Rio Reno. A criação das Organizações Internacionais foi necessária tendo em vista a impossibilidade dos Estados de realizar certos objetivos em comum.

Apesar de já haverem casos isolados, como mencionado, a partir do início do século XIX, após a Segunda Guerra Mundial, houve um florescimento rápido de Organizações Internacionais, especialmente as relacionadas aos direitos humanos, tendo em vista preocupações humanitárias mundiais e a busca da paz universal.

²⁰⁰ MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. Curso de Direito Internacional Público. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

²⁰¹ CAMPOS, João Mota. Organizações Internacionais: Teoria Geral. Estudo monográfico das principais Organizações Internacionais de que Portugal é membro. Coimbra: Coimbra Editora, 2010.

Atualmente, o número de Organizações Internacionais já ultrapassa o número de Estados modernos, tendo em vista a vasta possibilidade de relações internacionais passíveis de realização entre Estados. O Direito Internacional vem deixando de ser um direito das relações bilaterais ou multilaterais entre os Estados para se tornar institucionalizado, capaz de resolver os conflitos e manter acordos por meio de Tribunais e Organizações, podendo chegar até a constituição de um órgão supranacional com poderes decisórios, como ocorre na União Europeia.

Afirma MAZZUOLI²⁰² que não há uma informação precisa de Organização Internacional capaz de expor com precisão este fenômeno internacional. O autor busca conceituar o tema:

Organização Internacional é a associação voluntária de sujeitos do Direito Internacional, criada mediante tratado internacional, com finalidades predeterminadas, regida pelas normas de Direito Internacional, dotada de personalidade jurídica distinta dos seus membros, que se realiza em um organismo próprio e estável, dotado de autonomia e especificidade, possuindo ordenamento jurídico interno e órgãos auxiliares, por meio dos quais realiza os propósitos comuns dos seus membros, mediante os poderes próprios que lhes são atribuídos por estes.

As Organizações Internacionais também foram definidas por KLABBERS²⁰³, jurista britânico, que buscou englobar o seu sentido afirmando:

Organizações Internacionais, ou Intergovernamentais, são criadas por Estados, normalmente por tratados, para realizar uma tarefa ou função que os Estados são impossibilitados ou não tem interesse em realizar. Os exemplos vão desde organizações que realizam a segurança coletiva, como a Organização das Nações Unidas, até organizações dedicadas ao comércio, como a Organização Mundial do Comércio, ou desenvolvimento, como o Banco Mundial.

²⁰² MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. Curso de Direito Internacional Público. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

²⁰³ KLABBERS, Jan. International Law. Glasgow: Cambridge University Press, 2014.

Intergovernmental organizations, created by states, usually by means of a treaty, in order to exercise a task or function that states themselves are unable or unwilling to perform. Examples range from organizations for the exercise of collective security, as the UN, and devoted to trade, like WTO or development, like the World Bank. Tradução livre.

Não há como se confundir as Organizações Intergovernamentais e as Organizações Não Governamentais, tendo em vista que as primeiras são resultado da emanção de um ato de vontade por parte de Estados, quando elaboram um tratado constitutivo da Organização, enquanto as segundas são elaboradas por particulares, com ou sem a interveniência de órgãos públicos, almejando a criação de uma organização não governamental com fins lícitos. Apesar de presentes e necessárias para a ampliação da observância de direitos ao redor do mundo, as Organizações Não Governamentais não detêm personalidade jurídica de Direito Internacional.

São inúmeras as Organizações Não Governamentais, também conhecidas pela sigla 'ONGs' existentes na atualidade, como a *Social Watch*, *Greenpeace*, *Social Rights Watch*, *Women's International League for Peace and Freedom*, *War Resistance League*, entre outras, sendo estas peças fundamentais para a promoção dos Direitos Humanos e de uma sociedade mais justa e observante dos direitos humanos.

É entendimento pacífico que as Organizações Internacionais modificaram de forma significativa as relações internacionais entre os Estados soberanos. Muitas atividades humanas atualmente são reguladas ou protegidas por documentos elaborados por Organizações Internacionais.

Dentre as atividades comuns realizadas pelas Organizações Internacionais, constam a adoção de normas comuns entre os países-membros, como normas políticas e sociais; planejar e realizar ações emergenciais em casos necessários, como crises em âmbito internacional, catástrofes, etc.; realizar pesquisas conjuntas em áreas específicas e prestar serviços de cooperação econômica, social, médica, de segurança, entre outros.

Regra geral, as Organizações Internacionais possuem uma composição básica similar, composta de uma Assembleia Geral e um Secretariado Permanente.

A primeira é uma reunião dos membros para a discussão de assuntos de interesse. Em regra, reúnem-se apenas uma vez durante o ano, onde os Estados poderão votar e ter acesso de voz para discutir temas de seu interesse. Nas Assembleias Gerais, também é possível o acesso de representantes de organizações regionais ou grupos específicos, a quem normalmente é dado o direito de voz, porém não de voto. Além da Assembleia Geral anual obrigatória, também é comum haverem Assembleias Gerais extraordinárias, quando do interesse dos Estados-Membros.

O Secretariado Permanente é o órgão que gerencia a Organização Internacional, composto de funcionários vindos de diversos Estados que fazem o trabalho administrativo, tal como convocação para Assembleias, elaboração de atas, etc. O Secretário-Geral é eleito pela Assembleia Geral, possuindo um cargo remunerado, como os demais funcionários da Organização.

De acordo com a *Union of International Associations (UIA)*²⁰⁴, é necessário que um rol de critérios seja cumprido para que uma entidade seja considerada uma Organização Internacional, que são: reunir três Estados, no mínimo, com direito a voto; uma estrutura formal; funcionários de diversas nacionalidades; contribuição orçamentária de ao menos três Estados; escolha de funcionários sem autorização dos Estados-Membros; atividades regulares; objetivo internacional; personalidade distinta dos Estados-Membros e criação por meio de um instrumento internacional.

Conforme a pesquisa de SILVA²⁰⁵, no ano de 1868 surgiu o primeiro esforço concreto de uma organização internacional pelos direitos femininos, quando Marie Goegg-Pouchoulin lançou o jornal *Les États-Unis de l'Europe*. O jornal apelava para a fundação de uma associação internacional de mulheres, porém foi reprimida pela Comuna de Paris²⁰⁶.

SILVA²⁰⁷ ainda menciona Josephine Butler que, em 1875, fundou em Genebra a *British Continental and General Federation for the Abolition of the State Regulation of Vice*²⁰⁸, que posteriormente se tornou *The Ladies National Organization*. Ambas as organizações tinham como um de seus objetivos principais lutar pela regulamentação e pelos direitos de mulheres envolvidas com a prostituição, bem como combater as doenças sexuais femininas. Em 1898 a organização se tornou internacional,

²⁰⁴ Union of International Associations.org. Disponível em <http://www.uia.org/>. Acesso em 02 de novembro de 2015.

²⁰⁵ SILVA, Luisa Stella de Oliveira Coutinho. Diretos das Mulheres e Organização no Plano Internacional Moderno: Uma Revisão Histórica da Participação das Mulheres nas Relações Internacionais. Revista da Faculdade de Direito de Minas Gerais, Belo Horizonte, n. 65, PP. 513-547, jul./dez. 2014.

²⁰⁶ A título de informação: A Comuna de Paris é tida pelos historiadores como o primeiro governo operário da história. A insurreição popular ocorreu em 18 de março de 1871 e se manteve durante cerca de setenta e dois dias. Durante a Resistência e após o seu esmagamento, cerca de vinte mil manifestantes foram executados.

Apesar de seu intuito igualitário e popular, verifica-se que a Comuna ainda assim não considerava o pleito das mulheres como necessário ou útil para a sociedade, demonstrando o pensamento da época.

²⁰⁷ SILVA, Luisa Stella de Oliveira Coutinho. Diretos das Mulheres e Organização no Plano Internacional Moderno: Uma Revisão Histórica da Participação das Mulheres nas Relações Internacionais. Revista da Faculdade de Direito de Minas Gerais, Belo Horizonte, n. 65, PP. 513-547, jul./dez. 2014.

²⁰⁸ “Vice” é um termo em inglês que pode ser utilizado para definir uso de drogas, jogos de azar, pornografia e sexo fora do casamento.

passando a se chamar *International Abolitionist Federation*, e adicionou aos seus objetivos o combate ao tráfico internacional de mulheres para a prostituição.

Com um trabalho similar ao de Josephine Butler, em 1886 foi criada a *National Vigilance Assotiation*, que algum tempo depois passou a se chamar *International Bureau for the Supression of Traffic in Women and Children* e cujo objetivo era conseguir a penalização da captura de meninas com menos de 18 anos para a prática de prostituição.

A primeira *Conferência Internacional das Mulheres Socialistas* ocorreu em 1907, na cidade de Struttgart, na Alemanha, onde estiveram presentes 58 participantes, dentre elas Clara Zetkin, Rosa Luxemburgo e Alexandra Kollontai. Durante a mencionada conferência decidiu-se estabelecer uma secretaria internacional da mulher, bem como se discutiu o direito de voto das mulheres, estabelecendo o pensamento do direito ao voto às mulheres. Interessante mencionar que, até aquele ano, somente as cidadãs da Nova Zelândia e Finlândia poderiam votar. A Conferência Internacional passou a ocorrer em uma base regular nos anos seguintes.

Insta mencionar a atuação de Portugal no mencionado tema. Em 1914 foi fundado o *Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas*, organização filiada ao *Conselho Internacional das Mulheres*²⁰⁹ e, posteriormente, à *Aliança Internacional para o Sufrágio das Mulheres*²¹⁰.

Mencionaremos, a seguir, Organizações Internacionais e uma Organização Não Governamental cujo papel foi fundamental para a promoção de direitos femininos ao longo da história. Tais Organizações vêm atuando há séculos, em alguns casos, pela promoção dos direitos das mulheres, por considerar que estes são necessários para a evolução da humanidade como um todo.

²⁰⁹ O *Conselho Internacional das Mulheres* (The International Council of Women- ICW) é uma Organização Não-Governamental e foi fundado em 1888 por Susan B. Anthony, dentre outras sufragistas, e foi uma das primeiras organizações internacionais femininas. Nos anos iniciais de sua existência, o maior objetivo do Conselho Internacional das Mulheres era promover Conselhos Nacionais, como sedes da Organização Internacional, e realizar congressos regulares para espalhar seus ideais. Inicialmente, não opinou acerca do voto feminino. Em 1899, porém, passou a lutar por diversas causas femininas, como o sufrágio e a saúde feminina. O Conselho parou seus trabalhos durante a Segunda Guerra Mundial e retornou às atividades em 1946, condenando a guerra, os crimes contra a humanidade e demandando um papel mais ativo das mulheres nas relações nacionais e internacionais. Atualmente, o Conselho Internacional das Mulheres tem sedes presentes em mais de 75 países e busca a promoção de ações que visem proteger os direitos humanos, a igualdade sexual, a paz e o envolvimento das mulheres nas relações nacionais e internacionais.

²¹⁰ Atualmente a Aliança Internacional das Mulheres (International Alliance of Women), uma Organização Não-Governamental fundada em 1902 após um encontro internacional realizado por mulheres de 11 países em Washington, Estados Unidos. A Organização possui status consultivo na Organização das Nações Unidas desde 1947.

Há que se verificar que a mulher, como já reiteradamente mencionado, é uma parte importante da sociedade, sendo claro que a resolução de problemas, relacionados à mulher, influenciarão positivamente na sociedade como um todo.

4.1. Na Organização Internacional do Trabalho

O Direito Internacional do Trabalho é um tema que não faz parte da área do Direito do Trabalho, e sim uma das especializações do Direito Internacional Público. É importante mencionar, entretanto, que há opiniões isoladas na doutrina que consideram o Direito Internacional do Trabalho como um ramo autônomo do Direito. A Organização mais atuante no ramo do Direito Internacional do Trabalho, sendo considerada verdadeira base de atuação na área, é a Organização Internacional do Trabalho (OIT)²¹¹.

Criada em 1919, como uma das resoluções constantes do Tratado de Versalhes, a Organização Internacional do Trabalho busca, desde as suas origens, universalizar os direitos humanos por meio de regramentos relacionados ao ambiente de trabalho. Foi a primeira organização internacional a ter em seu corpo executivo representantes dos governos dos países subscritos ao tratado, empresas empregadoras e também o corpo de empregados, sendo chamada de tripartite.

A Constituição da Organização Internacional do Trabalho²¹² designa que o objetivo principal da Organização é estabelecer uma paz duradoura com base na justiça social, por meio das alterações e melhorias nas relações de trabalho, com leis inovadoras em relação a proteção do trabalhador. Explana ROBERT²¹³:

Desde a sua fundação, a OIT reconhece, como princípio fundamental, a igualdade de direitos de todos os seres humanos. A Constituição da Organização, adotada em 1919, enunciava já este princípio, que foi reafirmado posteriormente na Declaração de Filadélfia, adotada pela Conferência Internacional do Trabalho, em 1944, nos seguintes termos: «Todos os seres humanos, qualquer que seja a sua raça, a sua crença ou o seu sexo, têm o direito

²¹¹ International Labor Organization (ILO).

²¹² Organização Internacional do Trabalho. Constituição. Disponível em: <http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/constitucao.pdf>. Acesso em 20 de dezembro de 2015.

²¹³ ROBERT, Helena e PACCETTI, Teresa. A Ação da OIT para Concretizar a Igualdade de Género. A OIT e a Igualdade de Género no Mundo do Trabalho. Gabinete de Estratégia e Planeamento: Lisboa, 2013.

de efetuar o seu progresso material e o seu desenvolvimento espiritual em liberdade e com dignidade, com segurança econômica e oportunidades iguais».

Dentre os temas passíveis de atenção, a Organização Internacional do Trabalho destaca a regulação do limite semanal de horas trabalhadas, do salário mínimo, auxílio desemprego, segurança social, remuneração igualitária para homens e mulheres, entre outros. A Organização conseguiu ter uma amplitude de tratamento de assuntos relacionados ao Direito do Trabalho.

Embora já haja legislação tanto nacional quanto internacional sobre os temas, a Organização Internacional do Trabalho considera necessário sempre levantar novas questões, com o intuito de melhorar o mundo do trabalho tornando-o mais justo e saudável para todos. Desde o seu início, a Organização Internacional do Trabalho adotou Convenções com o intuito de uniformizar as leis trabalhistas entre todos os países signatários de ato constitutivo.

Afirma FILIPE²¹⁴ que a Organização Internacional do Trabalho assumiu ao longo da sua história um papel preponderante na luta pelos direitos das mulheres e pela igualdade de oportunidades e de tratamento. Em relação às mulheres trabalhadoras, a Organização trabalhou sob os focos do protecionismo e dos direitos iguais. Com argumentos distintos, o protecionismo designava que as mulheres necessitavam de proteção especial aos perigos do ambiente de trabalho, tanto pela sua fertilidade quanto pelas outras diferenças entre homens e mulheres. Já a teoria dos direitos iguais argumentava que, caso fossem estabelecidas medidas protetivas para as mulheres, os empregadores optariam por empregar somente homens e as mulheres teriam sua posição ameaçada no ambiente de trabalho.

É discutível se a Organização Internacional do Trabalho faz um favor ou um desfavor às mulheres, por ter feito, historicamente, referência a estas de uma forma particular, argumentando que estas necessitavam de atenção especial, através de legislação protetiva. WITHWORTH²¹⁵ articula que as mulheres não eram consideradas

²¹⁴ FILIPE, Odete. A OIT e a Igualdade de Género- Uma reflexão crítica. Em: A OIT e a Igualdade de Género no Mundo do Trabalho. Gabinete de Estratégia e Planeamento: Lisboa, 2013.

²¹⁵ WHITWORTH, Sandra. Gender, international relations and the case of The ILO. Review of International Studies, Volume 20, No. 4, October 1994, pp. 389-405. Disponível em: <http://www.yorku.ca/sandraw/Whitworth%20in%20RIS%201994.pdf>. Acesso em 15 de novembro de 2015.

trabalhadoras de verdade, sendo o trabalhador masculino a norma. Embora tais instrumentos tenham servido para beneficiar as mulheres, também contribuíram para a crença infundada de que mulheres eram menos capacitadas para realizar certos tipos de trabalho, sendo mais vantajoso para o empregador selecionar um trabalhador do sexo masculino. Embora possa causar estranhamento, até hoje este é o diálogo presente nos discursos de políticos extremistas, não sendo incomum o argumento de que mulheres deveriam receber salário inferior ao homem pois possuem direito à licença maternidade, caso engravidem²¹⁶.

Há que se firmar que o maior objetivo da OIT ao criar as mencionadas normas protecionistas é estimular a igualdade de condições entre homens e mulheres no mercado de trabalho, possibilitando que tenham oportunidades iguais, porém levando em conta a sua diferença biológica.

Um exemplo do posicionamento do protecionismo é a Convenção n. 4, que impediu as mulheres de realizarem trabalhos noturnos. Um exemplo dos direitos iguais foi o princípio de remuneração igualitária para homens e mulheres. As políticas e pronunciamentos da Organização Internacional do Trabalho refletiram o entendimento da época acerca do papel apropriado das mulheres no ambiente de trabalho. Em 1919, ano da Constituição, foram adotadas a Recomendação n. 4 e as Convenções n. 3 e 4, que protegiam as mulheres trabalhadoras²¹⁷ do envenenamento por chumbo, criavam a proteção à maternidade e, como mencionado, proibiam o trabalho noturno feminino.

Da leitura das Recomendações e Convenções criadas pela Organização Internacional do Trabalho, percebe-se que, inicialmente, o interesse era voltado ao protecionismo feminino. Já havia, porém, uma movimentação em direção aos direitos iguais, como por exemplo na remuneração igualitária entre os sexos.

Proteção especial foi dada à maternidade. Como mencionado, a Convenção n. 3, de 1919, já protegia a maternidade, estabelecendo que as mulheres teriam licença maternidade, benefícios financeiros quando do período de licença e, após o regresso, pausas para amamentação e estabilidade por um período. Como foi citado pelo chefe de

²¹⁶ A título de conferência: LIMA, Vanessa. Jair Bolsonaro diz que mulher deve ganhar salário menor porque engravida. Disponível em <http://revistacrescer.globo.com/Familia/Maes-e-Trabalho/noticia/2015/02/jair-bolsonaro-diz-que-mulher-deve-ganhar-salario-menor-porque-engravida.html>. 15 de junho de 2015.

²¹⁷ E também crianças.

Desemprego, Emprego e Migração na OIT, Henri Fuss²¹⁸, “a constituição das mulheres tem certas peculiaridades, quando comparada com a masculina, e a legislação deve levar isso em conta”.

Em 1952, a Convenção n. 3 foi revisada e, a nova Convenção, n. 103, estipulou um valor mínimo de benefícios recebidos durante a licença maternidade. A Recomendação n. 95 propôs um período maior de licença maternidade e mais facilidades para a mulher lactante, porém tal documento não era vinculante. Atualmente, tal assunto é regido pela Convenção n. 183, de 2000.

Além disso, outras Recomendações e Convenções buscaram proteger as mulheres da contaminação por benzeno, radiação, além do excesso de peso carregado, em especial para as grávidas.

A partir do fim da Segunda Guerra Mundial também foi modificado, em parte, o caráter protecionista dado às mulheres na Organização Internacional do Trabalho. O aumento do setor de serviços trouxe um aumento de vagas de trabalho, em muitos casos ocupadas por mulheres. Assim, em 1951, a Convenção n. 100 estipulou que os países membros da OIT deveriam promover pagamentos igualitários entre homens e mulheres, fiscalizando as empresas privadas. Tal convenção foi ratificada por 172 países.

Ainda, foram adotadas as Convenções n. 111 e n. 117 e a Recomendação n. 111, que buscam eliminar a discriminação de mulheres no mercado de trabalho. A Recomendação n. 123 menciona a dupla jornada das mulheres e a necessidade de creches e serviços de apoio às mulheres com filhos.

A Organização manteve-se na linha de combate a todas as formas de discriminação das mulheres, em particular no trabalho, incentivando os Estados-Membros e os parceiros sociais a desenvolver ações e reforçar mecanismos de promoção de igualdade e não-discriminação no mercado de trabalho.

A partir dos anos 80, a Organização Internacional do Trabalho buscou a igualdade na divisão de tarefas do lar, como a criação de filhos. Na Convenção n. 165, estabeleceu que os homens e mulheres possuem responsabilidades iguais quando da criação dos filhos e manutenção do lar, devendo-as dividir igualmente.

²¹⁸ Henri Fuss, Chief of the Unemployment, Employment and Migration Section, ILO, "Unemployment and Employment Among Women," *International Labour Review*, 31(4), 1035, p. 465. Em WHITWORTH, Sandra. *Gender, international relations and the case of The ILO. Review of International Studies*, Volume 20, No. 4, October 1994, pp. 389-405. Disponível em: <http://www.yorku.ca/sandraw/Whitworth%20in%20RIS%201994.pdf>. Acesso em 15 de novembro de 2015.

Em 1999, ao definir o conceito de trabalho digno, a OIT incluiu entre os objetivos deste conceito a necessidade de assegurar a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres e, em conjunto com as declarações relativas aos direitos e princípios fundamentais do trabalho da OIT emitidas em 2003 e 2007, divulgou dois relatórios dedicados às questões da igualdade dando grande destaque aos problemas da igualdade de gênero. Em 2009, a Organização lançou e promoveu uma campanha e um debate geral subordinados ao tema “A Igualdade de Gênero no Coração do Trabalho Digno”.

A proteção em relação à contaminação química, tema de algumas Convenções, é assunto de debate exacerbado até hoje. Embora as mulheres e homens tenham, de facto, papéis diferentes em relação à reprodução humana e muitas mulheres venham a ter filhos, os homens também sofrem consequências gravíssimas da contaminação química.

Diversas pesquisas demonstram que as esposas de homens expostos a chumbo no trabalho têm alta incidência de abortos espontâneos. Além disso, o chumbo e outros componentes químicos são responsáveis, segundo pesquisas, por baixa contagem de esperma, câncer infantil, defeitos cromossômicos e cardíacos. O ideal é regulamentar os trabalhos relacionados a substâncias químicas de forma a proteger mais o trabalhador, seja ele homem ou mulher, e não somente impedir um gênero de realizar uma atividade. Após as horas de trabalho, homens e mulheres convivem na sociedade e podem passar fragmentos das substâncias uns para os outros, caso não haja proteção do trabalhador.

Ainda, há que ressaltar que a maior proteção feminina é em relação à contaminação de produtos em ramos dominados por homens, como de metais. Existem, porém, altos índices de contaminação em ramos culturalmente femininos, como de comissárias de bordo, enfermeiras e técnicas de saúde, o que incide em um número maior de abortos espontâneos para trabalhadoras destas áreas. Porém, como culturalmente estes são trabalhos realizados por mulheres, não há possibilidade de se haver uma proibição de gênero para estes tipos de trabalho.

Há uma última crítica à forma como o gênero feminino é tratado na Organização Internacional do Trabalho. Enquanto há uma vasta proteção à maternidade, ainda que esta não seja totalmente observada nos países componentes da Organização, há raríssima proteção para as mulheres trabalhadoras quando não estão cumprindo o papel relacionado à fertilidade. Não há, por exemplo, especificação em relação às vestimentas

de segurança, sendo comum as mulheres usarem vestes incompatíveis ao seu tamanho ou com deficiências em relação ao corpo feminino.

WHITWORTH²¹⁹ argumenta que, enquanto os homens são primeiro trabalhadores e depois pais, as mulheres tem como primeira função serem mães, reprodutoras, e após são vistas como trabalhadoras.

Os homens acabam por serem apagados em áreas que beneficiam sobretudo as mulheres. Foi somente no período recente que homens passaram a ser beneficiados pela licença- paternidade. Há que se considerar que o homem também tem deveres como pai e deve estar presente na criação dos filhos e manutenção do lar, para a preservação de uma sociedade e uma família saudáveis.

Interessante mencionar, ainda, que as normas culturais normalmente aplicadas às trabalhadoras caucasianas não são as mesmas aplicadas às negras ou de outra etnia. As mulheres negras, lembra WITHWORTH²²⁰, já trabalhavam antes mesmo de tal direito ser permitido às mulheres brancas, como trabalhadoras livres ou como escravas, e tem mais dificuldade de verem a aplicação concreta dos mandamentos da Organização Internacional do Trabalho, por estarem em um grupo duplamente vulnerável.

A discriminação de gênero, afirma ROBERT²²¹, é um fenômeno sistêmico e evolutivo, capaz de assumir novas e inesperadas formas. As mulheres não são um grupo homogêneo, as discriminações de que são alvo podem ser diferentes e muitas acumulam desvantagens. Que podem decorrer, por exemplo, de terem uma deficiência ou pertencerem a uma minoria, num fenômeno que começa a ser designado como «multidiscriminação»²²².

É particularmente importante, por isso, a participação das estruturas da Organização Internacional do Trabalho em projetos concretos desenvolvidos pelos Estados-Membros, em parceria com sindicatos e associações de empregadores, bem como

²¹⁹ WHITWORTH, Sandra. Gender, international relations and the case of The ILO. Review of International Studies, Volume 20, No. 4, October 1994, pp. 389-405. Disponível em: <http://www.yorku.ca/sandraw/Whitworth%20in%20RIS%201994.pdf>. Acesso em 15 de novembro de 2015.

²²⁰ WHITWORTH, Sandra. Gender, international relations and the case of The ILO. Review of International Studies, Volume 20, No. 4, October 1994, pp. 389-405. Disponível em: <http://www.yorku.ca/sandraw/Whitworth%20in%20RIS%201994.pdf>. Acesso em 15 de novembro de 2015.

²²¹ ROBERT, Helena e PACCETTI, Teresa. A Acção da OIT para Concretizar a Igualdade de Género. A OIT e a Igualdade de Género no Mundo do Trabalho. Gabinete de Estratégia e Planeamento: Lisboa, 2013.

²²² A multidiscriminação ocorre quando a pessoa se enquadra em mais de uma minoria, como deficiência física, gênero ou etnia.

outras entidades, destinados a promover a igualdade de gênero através de ações concretas no terreno e que permitam a aplicação dos princípios consagrados nas normas ao mundo real do trabalho.

Como exemplo deste tipo de ações em Portugal, afirma FILIPE²²³, pode-se mencionar o projeto ‘Revalorizar o Trabalho para Promover a Igualdade’, uma ação entre a Organização Mundial do Trabalho, a Federação dos Sindicatos de Alimentação, Bebidas, Hotelaria e Turismo de Portugal (FESAHT), a Comissão para Igualdade no Trabalho e Emprego, bem como outras associações voltadas ao tema.

Há, também, o exemplo das mulheres na Jordânia, onde uma ação da Organização Internacional do Trabalho, em parceria com o Ministério do Trabalho, a Confederação Geral dos Sindicatos, as Câmaras da Indústria e Comércio, e a Comissão Nacional das Mulheres da Jordânia possibilitou que, nas últimas quatro décadas, houvesse um aumento de 15% de participação feminina, em especial em atividades têxteis. Isto possibilitou às mulheres da Jordânia uma liberdade financeira e de mobilidade nunca vista.

Dentro da Organização Internacional, percebe-se que as mulheres ocupam diversos cargos de liderança, bem como posições de atuação limitada. Atualmente, a Diretora-Geral de Políticas é Sandra Polaski, responsável pelas pesquisas e dados estatísticos relacionados ao ramo do trabalho, além de quaisquer problemas relacionados à área.

As mulheres, apesar dos novos papéis sociais que lhe são reconhecidos, continuam a assumir, a nível de família, muito mais do que os homens, um leque alargado de responsabilidades com o cuidado dos filhos e de outros familiares, o que se torna um importante factor de desigualdade de gênero, que impede as mulheres de, no plano profissional, se colocarem em situação de plena igualdade com os homens, no que diz respeito ao desenvolvimento da carreira e à ocupação de determinados cargos.

²²³ FILIPE, Odete. A OIT e a Igualdade de Género- Uma reflexão crítica. Em: A OIT e a Igualdade de Género no Mundo do Trabalho. Gabinete de Estratégia e Planeamento: Lisboa, 2013.

4.2. Na Organização das Nações Unidas

Após o fracasso representado pela Liga das Nações²²⁴, no fim da Segunda Guerra Mundial, 51 Estados buscaram, mais uma vez, criar uma Organização Internacional com vistas à manutenção da paz e à igualdade soberana de todos os Estados pacíficos. Assim, em 26 de junho de 1945, foi assinada a Carta da Organização das Nações Unidas, que possibilitou a entrada em vigor da Organização.

KLABBERS²²⁵ afirma que a Organização das Nações Unidas (ONU) ocupa um lugar especial na matéria das organizações internacionais pois, além de possuir um número imenso de Estados-membros, com atualmente 193 Estados, também se relaciona a todos os aspetos das relações internacionais, sendo uma organização de jurisdição geral. Embora sua maior meta seja promover a paz e a segurança internacionais, a Organização das Nações Unidas também serve como um campo de discussão de numerosos tópicos, tendo ainda contatos em diversas outras organizações internacionais.

A Declaração Universal dos Direitos do Homem, adotada na Assembleia Geral da ONU, sendo um dos documentos mais importantes em matéria de direito internacional, em 10 de dezembro de 1948, previu a igualdade entre homens e mulheres, inclusive dentro da instituição do casamento, ao dizer:

Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade.

Mesmo anteriormente à Organização das Nações Unidas, algumas Organizações Internacionais já buscavam a proteção dos direitos das mulheres, como a retro mencionada Organização Internacional do Trabalho e a Liga das Nações, precursora da ONU.

Como mencionado previamente neste trabalho, na década de 70 houve uma renovação do movimento feminista, referida como segunda vaga. Atenta a esta

²²⁴ A Liga das Nações, à semelhança da Organização Internacional do Trabalho, foi estabelecida como um dos pontos do Tratado de Versalhes, assinado em 28 de junho de 1919. A sede da liga estava localizada em Genebra, na Suíça. Após o seu fracasso em manter a paz, foi extinta e seu organismo, em 1946, passou à responsabilidade da Organização das Nações Unidas.

²²⁵ KLABBERS, Jan. *International Law*. Glasgow: Cambridge University Press, 2014.

movimentação, a Organização das Nações Unidas buscou realizar atividades relacionadas às mulheres entre 1975 a 1985, classificando esta década como a Década das Nações Unidas para as Mulheres. Afirma SILVA²²⁶ que tal reconhecimento refletiu amplamente e revigorou as ações do movimento feminista da época. A partir de então, as três décadas seguintes avançaram em pesquisas e questionamentos a respeito da condição da mulher na sociedade e em lugares mais vulneráveis.

Já no primeiro ano da Década das Mulheres, foi realizada a primeira Conferência Internacional das Mulheres. Em 1986, foi criada a UNIFEM, inicialmente um Fundo Voluntário para a Década das Nações Unidas para as Mulheres, uma entidade de assistência técnica e financeira para programas inovadores e estratégias para promover os direitos das mulheres e participação política no tema. Após verificado o seu papel no avanço do direito das mulheres, a organização se tornou o Fundo das Nações Unidas para Desenvolvimento das Mulheres (UNIFEM) em 1985.

Outro marco importantíssimo da Década das Mulheres foi a adoção da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres²²⁷ em 1979, um documento fundamental para a promoção dos direitos humanos das mulheres ao redor do mundo, bem como o primeiro documento a mencionar os direitos reprodutivos das mulheres.

Foram realizadas, após a primeira, uma série de Conferências Internacionais das Mulheres durante a Década das Mulheres, que culminou na Conferência de Nairóbi em 1985, necessária para a demonstração dos resultados alcançados no período. Estiveram presentes 15 mil representantes de Organizações Não Governamentais, e o evento foi chamado posteriormente de ‘nascimento do feminismo global’²²⁸. Embora tenha avançado significativamente em relação aos direitos humanos, a Organização das Nações Unidas, até hoje, não conseguiu alcançar a igualdade entre homens e mulheres. Como mencionado nos capítulos anteriores, tanto no mundo oriental quanto ocidental ainda existem problemas não solucionados em relação aos direitos femininos e à posição que as mulheres ocupam na sociedade, em parte por diferenças culturais, mas sobretudo econômicas e sociais.

²²⁶ SILVA, Luisa Stella de Oliveira Coutinho. Direitos das Mulheres e Organização no Plano Internacional Moderno: Uma Revisão Histórica da Participação das Mulheres nas Relações Internacionais. Revista da Faculdade de Direito de Minas Gerais, Belo Horizonte, n. 65, PP. 513-547, jul./dez. 2014.

²²⁷ CEDAW- The Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women.

²²⁸ United Nations.org. Global Issues: Women. Disponível em: <http://www.un.org/en/globalissues/women/>. Acesso em 06 de novembro de 2015.

A UNIFEM continuou a realizar projetos relacionados à efetivação de direitos das mulheres, porém possuía diversos problemas estruturais e isto impossibilitava uma atuação mais aprofundada. Podemos exemplificar tais problemas, como o facto da UNIFEM se encontrar financeiramente ligada ao Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas, sendo necessária a sua autorização para movimentações financeiras e até mesmo contratação de funcionários. Menciona SANDLER²²⁹:

(A UNIFEM) muitas vezes tinha que fazer «lobby» pela oportunidade de se representar ou falar pela igualdade de gênero e direitos das mulheres em eventos políticos fundamentais, sendo muitas vezes excluído com a resposta que sua liderança não estava em um nível alto o suficiente para ser incluído no pódio ou na reunião. Em muitos eventos, o administrador do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas falou como porta voz da UNIFEM. O Administrador do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas, de acordo com a resolução fundação do UNIFEM, era o seu responsável.

Em busca da solução dos mencionados problemas, a UNIFEM foi substituída em 2010 pela Entidade Das Nações Unidas Pela Igualdade De Gênero E Empoderamento Das Mulheres, denominada ONU Mulheres. A ONU Mulheres reuniu, além do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM), três agências e escritórios da Organização: a Divisão para o Avanço das Mulheres (DAW), o Escritório de Assessoria Especial em Questões de Gênero e o Instituto Internacional de Treinamento e Pesquisa para a Promoção da Mulher (INSTRAW).

Atualmente, a ONU Mulheres auxilia corpos intergovernamentais da regulamentação de normas e políticas sociais, auxilia Estados-Membros da ONU a implementar a legislação internacional no seu ordenamento interno, além de coordenar projetos em andamento ao redor do mundo.

Há que se falar, entretanto, em dois tópicos que vêm se tornando sensíveis para a Organização das Nações Unidas. O primeiro é o papel diminuto de mulheres, no geral, na Organização. Pesquisas²³⁰ de 2012 demonstram que mulheres são apenas 4%

²²⁹ SANDLER, Joanne e RAO, Aruna. *Strategies of Feminist Bureaucrats: United Nations Experiences*. Institute of Development Studies: London, 2012.

²³⁰ ONU MULHERES. *Participación de las mujeres en las negociaciones de paz: relaciones entre presencia e influencia*. Disponível em:

dos signatários, 3,7% das testemunhas e 2,4% dos mediadores principais dos acordos de paz, uma participação extremamente pequena, ao se considerar que a Resolução 1325²³¹, de 2000, estabelecia metas de crescimento da participação das mulheres nos papéis de liderança tanto nos Estados-membros quanto na administração da Organização.

Dentro do Secretariado das Nações Unidas, mulheres ocupam apenas 25% de todos os cargos de liderança. Apesar de seus esforços em tornar a sociedade mais igualitária, a própria Organização não conseguiu ter sucesso na inclusão de mulheres nas posições de liderança dentro da ONU. Resta cristalino que a Organização necessita aumentar seu apoio para a participação de mulheres nas políticas de processo e manutenção de paz. É necessário que se modifique tal situação para que as mulheres sejam vistas cada vez menos como vítimas e mais como líderes e trabalhadoras capazes, em condição igualitária aos homens. ADICHIE²³² cita:

A já falecida nigeriana Wangari Maathai, ganhadora do prêmio Nobel da Paz, se expressou muito bem e em poucas palavras, quando disse que quanto mais perto do topo chegamos, menos mulheres encontramos.

Além dos papéis de liderança, é necessário que haja um aumento da participação das mulheres na Organização das Nações Unidas como um todo, inclusive nas Missões de Paz e na divisão de polícia do organismo internacional. Atualmente, a participação de mulheres nestes ambientes é de menos de 20%, sendo os países com mais mulheres na força policial da ONU Bangladesh, com 195 oficiais, Índia, com 119 oficiais e Serra Leoa, com 75 oficiais mulheres.

O aumento da participação das mulheres nos componentes da polícia das Nações Unidas tem sido o objetivo central da Divisão da Polícia nos últimos anos. Há, no momento, três unidades de polícia da ONU formadas apenas por mulheres, sendo elas na Libéria, Haiti e Congo.

Em um esforço para ampliar o conhecimento das forças de paz da polícia da ONU entre os policiais do sexo feminino em todo o mundo, a Divisão de Polícia tem,

<http://www.unwomen.org/~media/Headquarters/Media/Publications/es/WPSsourcebook-03A-WomenPeaceNegotiations-es%20pdf.pdf>. Acesso em 03 de dezembro de 2015.

²³¹ Nações Unidas.org. Resolução 1325 (2000). Disponível em: [http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1325\(2000\)&referer=/english/&Lang=S](http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1325(2000)&referer=/english/&Lang=S). Acesso em 06 de novembro de 2015.

²³² ADICHIE, Chimamanda. *Sejamos Todos Feministas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

desde 2009, participado da Associação Internacional de Mulheres de Polícia, uma conferência anual de formação com uma delegação de mulheres forças de paz da polícia da ONU e representantes da polícia nos países participantes.

Ainda é presente a crença de que, quanto mais mulheres estejam presentes nas forças de paz, mais os cidadãos, em especial as mulheres e crianças, serão protegidos, pois as mulheres em missões de paz trazem maior consciência e sensibilidade às suas necessidades e desafios específicos, e ainda porque mulheres soldados são menos intimidantes do que os homens nas forças de paz.

Dentre os argumentos comuns de benefícios para se manterem mulheres nas missões de paz, lista-se a maior facilidade de assistência às vítimas de violência sexual, normalmente mulheres e crianças, por acreditar-se ser ‘mais fácil’ conversar com outra mulher sobre um tema tão delicado e vergonhoso, perante diversas culturas; afirma-se que a presença de mulheres na equipa de policiais diminui os índices de corrupção e abusos, pelos policiais se tornarem mais empáticos; acredita-se que mulheres são menos propensas a cometer violências físicas ou sexuais aos beneficiários dos serviços da ONU; as mulheres têm mais facilidade de se infiltrar nas comunidades locais e adquirir informações necessárias às missões de paz, como informações sobre segurança e aprendizados culturais; ainda, acredita-se que as mulheres policiais podem tornar-se inspirações para as mulheres e crianças em situação de vulnerabilidade.

Os argumentos de que a igualdade de gênero implica em ter porcentagens similares de homens e mulheres no mercado de trabalho, sendo necessária uma meta a ser cumprida na questão da representatividade, são cada vez mais marginalizados na literatura, em favor do argumento instrumentista, que destaca o impacto positivo das mulheres sobre a eficácia operacional.

O único argumento dentre os mencionados passível de confirmação, porém, é o da necessidade de igualdade de gênero no mercado de trabalho, pois os argumentos de que as mulheres são mais civilizadoras ou melhores em auxílio das vítimas de abusos são meramente culturais, fazem parte da crença de que mulheres são pacificadoras, uma alegação já rebatida previamente nos capítulos anteriores.

Tomando-se como base exemplos individuais de mulheres nas missões de paz, pode-se argumentar que algumas mulheres tendem a adaptar o seu próprio comportamento ao do grupo majoritário, dos homens. A fim de serem aceitas por seus

colegas do sexo masculino, elas se tornam "um dos rapazes", tolerando ou participando ativamente de brincadeiras brutas e comportamentos agressivos.

Quanto à afirmação de que a presença das mulheres nas forças de paz é reconfortante para mulheres vítimas de violência sexual, é extremamente difícil de se avaliar. Alguns pesquisadores acreditam que, por estarem fardadas com seus uniformes, alguns moradores não veem uma mulher, mas a imagem da instituição.

Ainda assim, como mencionado, um dos possíveis benefícios de mulheres líderes na Organização das Nações Unidas seria na análise e antecipação, bem como resolução mais prática dos problemas constantes de violações perpetradas por funcionários e soldados da ONU nas Missões de Paz. Atualmente, vêm se tornando crescentes os casos de abusos físicos e sexuais de mulheres por parte dos funcionários da ONU. Em 2015, foram denunciados 99 casos de violência sexual em Missões de Paz e em outros projetos administrados pela Organização.

A maioria das denúncias é derivada de assentamentos e projetos localizados no Continente Africano, porém a Comissão de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas também tem notícia de casos na Alemanha e Haiti, dentre outros.

Como forma de combate ao abuso sexual nas Nações Unidas, foi adotada a Resolução 2272/2016, que solicitava aos países onde os delitos ocorreram que processassem os responsáveis. Caso tal pleito não fosse atendido, todas as unidades da tropa ou grupo policial do perpetrador deveriam ser substituídas.

É necessário que a Organização das Nações Unidas consulte mulheres a respeito das suas necessidades e preocupações, bem como as envolva na busca pela melhoria da sua condição, com participações na implementação de programas e estratégias para sua proteção.

Ainda, é necessário que a ONU invista na meta de dividir os cargos constantes na sua organização de forma igualitária entre homens e mulheres, não somente porque há possibilidade de que tal ação influencie positivamente as missões de paz, mas também porque esse é um passo necessário para a construção de uma sociedade igualitária.

4.3. Outras atuações pela igualdade de gênero em Organismos Internacionais

Há uma gama de Organizações Internacionais e ONGs cujo primeiro objetivo ou um dos objetivos principais é a igualdade de direitos entre homens e mulheres e a promoção de melhores condições de vida para as mulheres. Além da OIT e da ONU, existem organizações importantes e simbólicas mundialmente. Podemos mencionar, entre outras, o *Conselho da Europa* e a *Organização pela Segurança e Cooperação na Europa*.

O Conselho da Europa, uma organização internacional fundada no fim da década de 40, é a mais antiga instituição europeia em funcionamento. Seu principal documento é a Convenção Europeia dos Direitos dos Homens, adotada pelo Conselho da Europa em 1950, um documento que preza pela igualdade entre homens e mulheres e repudia a distinção das pessoas em função do seu sexo. Leia-se o artigo 14 da Convenção:

Art. 14. O gozo dos direitos e liberdades reconhecidos na presente Convenção deve ser assegurado sem quaisquer distinções, tais como as fundadas no sexo, raça, cor, língua, religião, opiniões políticas ou outras, a origem nacional ou social, a pertença a uma minoria nacional, a riqueza, o nascimento ou qualquer outra situação.

Ainda, o Conselho da Europa, em 2011, adotou a Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica, tendo sido tal convenção aprovada em Portugal em 2012 e ratificada em 2013.

Outra organização passível de menção é a Organização pela Segurança e Cooperação na Europa. Originada em 1975, a OSCE trabalha com base nas votações de seus Países-Membros, sendo a organização de caráter regional mais importante das Nações Unidas. Dentre suas atividades, a OSCE realiza uma série de missões de campo que têm como missão facilitar a resolução dos conflitos existentes ou pendentes de solução nos quais se veem implicados alguns Estados participantes.

Em relação à igualdade de gênero, a OSCE em 2004 assinou um Plano de Ação pela Promoção da Igualdade de Gênero, baseado em programas das Nações Unidas, que se efetivou pela tomada das seguintes medidas: no ano seguinte, a OSCE reconheceu a importância de «ações concretas» para envolver as mulheres nas atividades da OSCE

em matéria de prevenção de conflitos, gestão de crises e reabilitação pós-conflito. Em 2008, foi publicado um guia de instruções com práticas e recomendações para incentivar a perspectiva de gênero no campo da reforma do sector da segurança. Em 2009, um número significativo de Estados participantes na OSCE se comprometeu a fazer alterações com vistas a melhorar os direitos das mulheres.

A Organização pela Segurança e Cooperação na Europa verificou a importância de integrar a sensibilidade de gênero na implementação de métodos de integração dos países e projetos no pós-guerra. Muitas vezes, as mulheres são deixadas de lado quando das decisões pela paz, sendo marginalizadas e mais atingidas pela pobreza, fome e violência.

CONCLUSÃO

A vida real acaba por nos fazer esquecer que as conquistas femininas ainda são muito recentes na história da humanidade. Há 85 anos atrás, as mulheres ainda não tinham o direito ao voto assegurado na Constituição brasileira. A Constituição portuguesa somente garantiu este direito às mulheres, de forma irrestrita, há quase 50 anos. Até 30 anos atrás, a maior parte dos países ainda considerava que o homem tinha mais poder que a mulher no casamento.

Até hoje, ainda existem violações paulatinas dos direitos das mulheres e de outras classes, gêneros e minorias. Abarcados pela legislação pátria ou de forma ilegal, pessoas exploram o sexo feminino psicologicamente, fisicamente e culturalmente.

Há, porém, uma aliança internacional, motivada pelas relações internacionais entre diversas pessoas comuns e organismos, que busca desvendar os motivos para violações e barrá-los, por meio das leis ou do uso da internet e TV.

As mulheres, motivacionadas pelo feminismo e por esperança de melhores condições de vida, buscam a expor a construção sexista das relações internacionais para, posteriormente, buscar inserir a visão feminina no tema, em prol da necessidade de reconstrução teórica e prática deste campo, considerando-se que metade da população mundial é do sexo feminino. Tal reconstrução de pensamento possibilita uma sociedade melhor não somente para as mulheres, mas para a população como um todo. Um mundo igualitário tem menos desigualdades sociais e mais oportunidades para todos. Considerando que homens também são atingidos pela sua expectativa nos papéis de gênero, sendo por exemplo os maiores atingidos por depressão, uma alteração do status quo traria benefícios também para o gênero masculino.

A luta das mulheres tem por finalidade atingir um objetivo: uma representação de mundo em que sejam tratadas e protegidas devidamente com igualdade e liberdade. Tal configuração, por consequência, acarretará mudanças e benefícios também para o sexo masculino.

É importante verificar o papel das mulheres nas relações internacionais para perceber como a mulher, embora não atuante por meio das Organizações Internacionais ou formas tradicionais de poder no direito internacional, ainda assim possui voz e espaço na resolução de conflitos internacionais. Em muitos casos, ela, ao se rebelar de uma situação em que é vítima, ganha alcance regional ou global, além de apoio para as suas

pautas. Ao modificar a situação para si, a mulher tende a auxiliar um grupo de pessoas e, em alguns casos, toda a sociedade onde está inserida.

É necessário ampliar os espaços de poder para que a mulher tenha mais voz. Embora sempre presente nas relações humanas e sociais, a mulher é poucas vezes ouvida, sendo sempre vista como o «outro» na legislação e imprensa. Ela, porém, corresponde a metade da sociedade. É necessário haver políticas de integração para que, mais que divisão entre os gêneros, haja integração social.

Estudar as Relações Internacionais sob um ponto de vista feminino é estar preparado para perceber que as relações entre Estados, inclusive guerras e anexações, poderiam haver ocorrido de forma totalmente distinta caso as mulheres tivessem voz ou estivessem no poder. Até mesmo as motivações para guerras internacionais, processos de surgimento dos Estados e as atividades de equilíbrio de poder das grandes potências atualmente são questionadas sob a ótica da leitura de gênero, buscando refletir se as atuais relações internacionais têm o presente formato por serem influenciadas maioritariamente pelo sexo masculino ou não há influência de gênero em conceitos básicos da teoria das relações internacionais. Cabe a reflexão sobre o tema.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADICHIE, Chimamanda. Sejam Todos Feministas. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

Ahramonline.org. Activist Asmaa Mahfouz sentenced to one year in jail. Disponível em: <http://english.ahram.org.eg/News/36232.aspx>. Acesso em 10 de janeiro de 2016.

ALMEIDA, Jane Soares. Ler as letras: por que educar meninas e mulheres? Campinas: Autores Associados, 2007.

BANOND, Isabel. História das Ideias Políticas. Cascais: Editora Principia, 2014.

BARKHORN, Eleanor. 'Vote No on Women's Suffrage': Bizarre Reasons For Not Letting Women Vote. Disponível em: <<http://www.theatlantic.com/sexes/archive/2012/11/vote-no-on-womens-suffrage-bizarre-reasons-for-not-letting-women-vote/264639/>>. Criado em novembro de 2012. Acesso em 12 de fevereiro de 2016.

BBC.com. Solteiras aos 27 anos, o drama das ‘mulheres que sobraram’ na China. Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160411_solteiras_china_mdb. Acesso em 16 de abril de 2016.

BERUTTI, Flávio. Tempo & Espaço. São Paulo, Editora Saraiva, 2004.

BÍBLIA. Português. Bíblia sagrada. Gênesis 2:18. 34. ed rev. São Paulo: Ave Maria, 1982.

Biography.com. Eleanor Roosevelt: Biography. Disponível em: <http://www.biography.com/people/eleanor-roosevelt-9463366>. Acesso em 04 de dezembro de 2015.

BODEN, Alison L.. in DANSPECKGRUBER, Wolfgang et. al. Women leaders in international relations and world peace. Princeton University: Liechtenstein Institute at Princeton, 2010. Disponível em: <<http://arks.princeton.edu/ark:/88435/dsp01qr46r084n>>. Acesso em 12 de setembro de 2015.

BOWEL, T. Feminist Standpoint Theory. Internet Encyclopedia of Philosophy. Disponível em: <http://www.iep.utm.edu/fem-stan/#H4>. Acesso em 10 de março de 2016.

BRASIL. Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932.

BROWN, Chris e AINLEY, Kirsten. Understanding International Relations. Third Edition. Nova York: Palgrave Macmillan. 2005.

CAMPOS, João Mota. Organizações Internacionais: Teoria Geral. Estudo monográfico das principais Organizações Internacionais de que Portugal é membro. Coimbra: Coimbra Editora, 2010.

CANEZIN, Claudete Carvalho. A MULHER E O CASAMENTO: DA SUBMISSÃO À EMANCIPAÇÃO. Disponível em: <<http://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/revjuridica/article/viewFile/368/431>>. Acesso em 10 de fevereiro de 2016.

CARREIRAS, Helena. Mulheres nas Forças Armadas: transformação institucional e recrutamento feminino. Revista Sociologia- Problemas e Práticas. N. 18, 1995, pp. 97-128. Disponível em: <http://sociologiapp.iscte.pt/pdfs/22/221.pdf>. Acesso em 10 de outubro de 2015.

CASTELLI, Natasha Dias. Conhecendo As Mães Da Praça De Maio: Ensaio Do Perfil Da Associação. XI Encontro Estadual De História. ANPUHRS: Rio Grande, 2012.

CASTRO, Thales. Teoria das relações internacionais. Brasília: FUNAG, 2012.

CLINTON, Hillary Rodham. Remarks to the U.N. 4th World Conference on Women Plenary Session, delivered 5 September 1995, Beijing, China. Disponível em: <http://www.americanrhetoric.com/speeches/hillaryclintonbeijingspeech.htm>. Acesso em 03 de novembro de 2015.

CORREIA, Adriano. Hannah Arendt e a modernidade: Política, economia e disputa por uma fronteira. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

COTTING, Naiane Ribeiro. A MULHER NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS PARA AS MULHERES: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES E AÇÕES. Disponível em: <<http://internacionalizese.blogspot.com.br/2013/04/a-mulher-nas-relacoes-internacionais-e.html>>. Criado em abril de 2013. Acesso em 17 de setembro de 2015.

DAILY NEWS EGYPT. Activist Asmaa Mahfouz banned from travelling. Disponível em: <http://www.dailynewsegypt.com/2014/10/22/activist-asmaa-mahfouz-banned-travelling/>. Acesso em 10 de janeiro de 2016.

DANSPECKGRUBER, Wolfgang et. al. Women leaders in international relations and world peace. Princeton University: Liechtenstein Institute at Princeton, 2010. Disponível em: <<http://arks.princeton.edu/ark:/88435/dsp01qr46r084n>>. Acesso em 12 de setembro de 2015.

DE JESUS, Isabel. Carolina Beatriz Ângelo (1878 - 1911). Centro de Documentação e Arquivo Feminista. Disponível em <http://www.cdofeminista.org/index.php/pt/biografias-de-feministas/49-carolina-beatriz-angelo-1878-1911>. Acesso em 06 de setembro de 2015.

DEL PRIORE, Mary. Histórias e conversas de mulher. São Paulo: Planeta, 2014.

DIAS, Adriano. Cinco Mulheres Medievais de Atitude. SEMEMA. Disponível em: <http://semema.com/cinco-mulheres-medievais-de-atitude/>. Acesso em 10 de janeiro de 2016.

EBERT, Maristela Rempel. O papel das mulheres no mundo Greco-romano. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/063/63ebert.htm>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2016.

EGAN, Matt. Still missing: Female business leaders. Disponível em <http://money.cnn.com/2015/03/24/investing/female-ceo-pipeline-leadership/>. Acesso em 19 de novembro de 2015.

ENLOE, Cynthia. Bananas, beaches & bases: making feminist sense of international politics. University of California Press, 1990.

ENLOE, Cynthia. DOES KHAKI BECOME YOU? Michigan: South End Press, 2010.

EUROSTAT/NU/Institutos Nacionais de Estatística, PORDATA. Disponível em: <http://www.pordata.pt/Europa/N%C3%BAmero+de+div%C3%B3rcios+por+100+casa+mentos-1566>. Acesso em 20 de março de 2016.

FARIA, Caroline. Isabel I de Castela. Disponível em: <http://www.infoescola.com/biografias/isabel-i-de-castela/>. Acesso em 13 de janeiro de 2016.

FERNANDES, Cláudio. "A situação da mulher na Idade Média"; *Brasil Escola*. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/historia/a-situacao-da-mulher-na-idade-media.htm>>. Acesso em 25 de fevereiro de 2016.

FILIPE, Odete. A OIT e a Igualdade de Género- Uma reflexão crítica. Em: A OIT e a Igualdade de Género no Mundo do Trabalho. Gabinete de Estratégia e Planeamento: Lisboa, 2013.

FRIEDAN, Betty. A Mística Feminina. Petrópolis: Editora Vozes Ltda, 1963.

FUNDAÇÃO WIKIMEDIA. Isabel I. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Isabel_I_de_Inglaterra. Acesso em 15 de janeiro de 2016.

FUNDAÇÃO WIKIMEDIA. Olympe de Gouges. Wikipedia.org. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Olympe_de_Gouges> . Acesso em 06 de janeiro de 2016.

FUNDAÇÃO WIKIMEDIA. Sufrágio feminino: O voto feminino em Portugal.

FUNDAÇÃO WIKIMEDIA. Timeline of women's rights (other than voting). Wikipedia.org. Disponível em: [https://en.wikipedia.org/wiki/Timeline_of_women%27s_rights_\(other_than_voting\)](https://en.wikipedia.org/wiki/Timeline_of_women%27s_rights_(other_than_voting)). Acesso em 05 de março de 2016.

GOMIDE, Raphael. Exército Brasileiro se prepara para ter mulheres combatentes em até cinco anos. Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2012-10-17/exercito-brasileiro-se-prepara-para-ter-mulheres-combatentes-em-ate-cinco-anos.html>. Acesso em 20 de novembro de 2015

GONÇALVES, Filipa Mota. Militares Do Sexo Feminino No Exército Português - Os Últimos 20 Anos. Revista Militar, 2536, Maio de 2013. Disponível em: http://www.revistamilitar.pt/artigo.php?art_id=823. Acesso em 20 de outubro de 2015.

GRIFFITHS, Martin. International Relations: The Key Concepts. New York: Routledge, 2001.

GUIBERT, Alejandra. Cristina de Pisan. Mujeres para pensar. Disponível em: <https://mujeresparapensar.wordpress.com/2008/02/24/cristina-de-pisan/>. Acesso em 12 de janeiro de 2016.

HA, Than Thanh. The Changing Role of Women in Diplomacy in the 21st Century: The Case of South Korea. *International Relations: Insights & Analysis*. Disponível em: http://www.ir-ia.com/reports/IRIA_The-Changing-Role-of-Women-in-Diplomacy-in-the-21st-Century.pdf. Acesso em 24 de outubro de 2015.

HAIGH, Christopher. *Elizabeth I*. Harlow: Longman Pearson, 2000. Em Wikipedia.org.

HANNA, Jason. Kurds say they've liberated Sinjar from ISIS. CNN Regions +. Disponível em <http://edition.cnn.com/2015/11/13/middleeast/iraq-free-sinjar-isis/>. Acesso em 08 de dezembro de 2015.

HASTEDT, Glenn P. and EKSTEROWICZ, Anthony J. *First Lady Diplomacy: The Foreign Policy Activism of First Lady Clinton*. The Whitehead Journal of Diplomacy and International Relations. New York: Columbia University, 2006.

HOMEM, António Pedro Barbas. *História das Relações Internacionais: O direito e as concepções políticas na idade moderna*. Coimbra: Almedina, 2010.

HUMANRIGHTSWATCH.ORG. Indonesia: “Virginity Tests” for Female Police. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2014/11/17/indonesia-virginity-tests-female-police>. Acesso em 17 de novembro de 2015.

ISLAMISMO.ORG. A Criação de Eva e o Papel do Satanás. Disponível em: <<http://www.islamismo.org/adao2.htm>>. Acesso em 20 de janeiro de 2016.

JUSTIÇA ELEITORAL. O voto feminino no Brasil. Disponível em: <<http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-sp-o-voto-feminino-pdf>> . Acesso em 12 de dezembro de 2015.

KHALIQ, Fazal. 13-year-old Swat girl wins Muhammad Ali Humanitarian Award. Disponível em: <http://www.dawn.com/news/1208203>. Acesso em 14 de outubro de 2015.

KHAN, B. Zorina. *The Democratization of Invention: Patents and Copyrights in American Economic Development, 1790–1920*. Glasgow: Cambridge University Press, 2005.

KLABBERS, Jan. *International Law*. Glasgow: Cambridge University Press, 2014.

KRAMARAE, Cheris e TREICHLER, Paula. *A Feminist Dictionary*. Illinois: University of Illinois Press, 1996.

KRESCH, Daniela. Em Israel, pena maior a marido que nega divórcio. Disponível em <http://oglobo.globo.com/mundo/em-israel-pena-maior-marido-que-nega-divorcio-11777586#ixzz449yzj800>. Acesso em 15 de janeiro de 2016.

LASMAR, Cristiane. *Mulheres indígenas: representações*. Estudos feministas, 1999 Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/download/11989/11264>>. Acesso em 10 de janeiro de 2016.

LIMA, Vanessa. Jair Bolsonaro diz que mulher deve ganhar salário menor porque engravidada. Disponível em <http://revistacrescer.globo.com/Familia/Maes-e-Trabalho/noticia/2015/02/jair-bolsonaro-diz-que-mulher-deve-ganhar-salario-menor-porque-engravidada.html>. 15 de junho de 2015.

MARGARETHATCHER.ORG. Biography. Disponível em: <http://www.margareththatcher.org/essential/biography.asp>. Acesso em 15 de dezembro de 2015.

MASONI, Melissa. O Feminismo e sua contribuição para as relações internacionais. Rio de Janeiro: Centro Universitário Metodista, 2013. Disponível em: <<http://docslide.com.br/education/o-feminismo-e-sua-contribuicao-para-as-relacoes-internacionais.html>>. Acesso em 30 de junho de 2015.

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. Curso de Direito Internacional Público. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

MCKAY, Hollie. Former ISIS sex slaves now army of ‘Sun Ladies’ ready to defeat terror group. Disponível em http://www.foxnews.com/world/2016/02/08/former-isis-sex-slaves-now-army-sun-ladies-ready-to-defeat-terror-group.html?ICID=ref_fark. Acesso em 10 de fevereiro de 2016.

MORAES, Reginaldo C. O legado de Margaret Thatcher. Belo Horizonte: Revista Conjuntura Internacional, v. 10, n. 2, p. 19-29, 2013.

MORALHEROES.ORG. ASMAA MAHFOUZ. Moral Heroes. Disponível em: <http://moralheroes.org/asmaa-mahfouz>. Acesso em 15 de dezembro de 2015.

NAÇÕES UNIDAS.ORG. Aos 17 anos, refugiada síria defende a educação de meninas em campo de deslocados na Jordânia. Disponível em <https://nacoesunidas.org/aos-17-anos-refugiada-siria-defende-a-educacao-de-meninas-em-campo-de-deslocados-na-jordania/>. Acesso em 15 de janeiro de 2016.

NAÇÕES UNIDAS.ORG. Resolução 1325 (2000). Disponível em: [http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1325\(2000\)&referer=/english/&Lang=S](http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1325(2000)&referer=/english/&Lang=S). Acesso em 06 de novembro de 2015.

NOBELPRIZE.ORG. Mother Teresa- Facts. Disponível em http://www.nobelprize.org/nobel_prizes/peace/laureates/1979/teresa-facts.html. Acesso em 12 de novembro de 2015.

NOLAND, Marcus; MORAN, Tyler; KOTSCHWAR, Barbara. Is Gender Diversity Profitable? Evidence from a Global Survey. Peterson Institute for International Economics. Disponível em <http://www.piie.com/publications/wp/wp16-3.pdf>. Acesso em 15 de março de 2016.

NORVILLE, Valerie. The role of women in global security. Washington: United States Institute of Peace, 2010. Disponível em <<http://www.usip.org/publications/the-role-of-women-in-global-security>>. Acesso em 15 de agosto de 2015.

NOTÍCIAS UOL. Cuba liberta vários dissidentes após marcha das damas de branco. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/efe/2016/03/21/cuba-liberta->

varios-dissidentes-detidos-apos-marcha-das-damas-de-branco.htm. Acesso em 23 de março de 2016.

OLIVER, Kelly. *Women as Weapons of War: Iraq, Sex, and the Media*. New York: Columbia University Press, 2007.

ONU MULHERES. Participación de las mujeres en las negociaciones de paz: relaciones entre presencia e influencia. Disponível em: <http://www.unwomen.org/~media/Headquarters/Media/Publications/es/WPSsourcebook-03A-WomenPeaceNegotiations-es%20pdf.pdf>. Acesso em 03 de dezembro de 2015.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Constituição. Disponível em: <http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/constitucao.pdf>. Acesso em 20 de dezembro de 2015.

PERNOUD, Regine. *O Mito da Idade Média*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1978. p. 95.

PINSKY, Carla Bassanezi e PEDRO, Joana Maria. *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013.

PORTUGAL. Constituição da República Portuguesa, de 02 de abril de 1976.

PORTUGAL. Decreto n.º 19.692, de 05 de Maio de 1931.

PORTUGAL. Lei n.º 2 015, de 28 de Maio de 1946.

PORTUGAL. Lei n. 2137 de 26 de dezembro de 1968.

RELIGIONS FOR PEACE.ORG. Disponível em: <http://www.religionsforpeaceinternational.org/>. Acesso em 04 de dezembro de 2015.

GULFNEWS.COM. Revolutionary blogger Asmaa threatened. Disponível em: <http://gulfnews.com/news/mena/egypt/revolutionary-blogger-asma-threatened-1.757171>. Acesso em 10 de janeiro de 2016.

ROBERT, Helena e PACCETTI, Teresa. *A Acção da OIT para Concretizar a Igualdade de Género. A OIT e a Igualdade de Género no Mundo do Trabalho*. Gabinete de Estratégia e Planeamento: Lisboa, 2013.

ROSENFELD, Michael. Who wants the Breakup? Gender and Breakup in Heterosexual Couples. Stanford University. Disponível em: https://web.stanford.edu/~mrosenfe/Rosenfeld_gender_of_breakup.pdf. Acesso em 20 de março de 2016.

ROSIN, Hanna. New data on the rise of women. Filmado em dezembro de 2010. Disponível em: https://www.ted.com/talks/hanna_rosin_new_data_on_the_rise_of_women. Acesso em 12 de janeiro de 2016.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio ou da educação*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

SADLER, Anne; M. Booth, Brenda; COOK, Brian L.; DOEBBELING, Bradley N. Factors Associated With Women's Risk of Rape in the Military Environment. *American Journal of Industrial Medicine*. Wiley-Liss, Inc: 2003. Disponível em: <http://www.casa.org/wp-content/uploads/2014/01/rape-in-the-military-environment.pdf>. Acesso em 15 de agosto de 2015.

SANDBERG, Sheryl. Why we have too few women leaders. Filmado em dezembro de 2010. Disponível em: <https://www.ted.com/talks/sheryl_sandberg_why_we_have_too_few_women_leaders>. Acesso em 13 de janeiro de 2016.

SANDLER, Joanne e RAO, Aruna. *Strategies of Feminist Bureaucrats: United Nations Experiences*. Institute of Development Studies: London, 2012.

SANTOS, Cláudia. O discurso sobre a mulher nas Organizações Internacionais: uma análise da ONU e das mulheres palestianas. In V Seminário Nacional Sociologia & Política, realizado em maio de 2014. Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/portal/seminariosociologiapolitica/files/2014/08/24940_1398220649.pdf>. Acesso em 17 de setembro de 2015.

SANTOS, Sara Kodato. Informação pessoal.

SHUMAHAR, Shuma e CEVA, Antonia. *Mulheres no poder: trajetórias na política a partir da luta das sufragistas do Brasil*. Rio de Janeiro, Edições de Janeiro, 2015.

SHVEDOVA, Nadezhda. First Lady Institution as Part of American Democracy. Disponível em: http://russiancouncil.ru/en/inner/?id_4=2620#top-content. Acesso em 20 de novembro de 2015.

SILVA, Luisa Stella de Oliveira Coutinho. Diretos das Mulheres e Organização no Plano Internacional Moderno: Uma Revisão Histórica da Participação das Mulheres nas Relações Internacionais. *Revista da Faculdade de Direito de Minas Gerais, Belo Horizonte*, n. 65, PP. 513-547, jul./dez. 2014.

SILVA, Marlise Vinagre. *Violência contra a mulher: quem mete a colher?* São Paulo: Cortez, 1992

SOUSA, Aline Fernandes. O papel das mulheres na sociedade faraônica: a igualdade em discussão. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST70/Aline_Fernandes_de_Sousa_70.pdf>. Acesso em 10 de janeiro de 2016.

SUPER INTERESSANTE. Inquisição, Idade Moderna e as bruxas: as mulheres em chamas. Disponível em: <http://super.abril.com.br/historia/inquisicao-idade-moderna-e-as-bruxas-as-mulheres-em-chamas>. Acesso em 12 de janeiro de 2016.

SUTCH, Peter e ELIAS, Juanita. *International Relations: The Basics*. Nova York: Routledge. 2007.

TAPIOCA NETO, Renato Drummond. Isabel de Castela, uma princesa dentro da Espanha dos cinco reinos. Disponível em: <http://rainhastragicas.com/2015/05/04/isabel->

de-castela-uma-princesa-dentro-da-espanha-dos-cinco-reinos/. Acesso em 12 de janeiro de 2016.

THOMSON REUTERS Foundation. POLL: Women's rights in the Arab world. Disponível em: <http://news.trust.org/spotlight/poll-womens-rights-in-the-arab-world/>. Acesso em 05 de outubro de 2015.

TICKNER, J. Ann. Gender in International Relations: Feminist Perspectives on Achieving Global Security. New York: Columbia University Press, 1992.

TOSTADO, Francisco Javier. Christine de Pisan, el feminismo antes del feminismo. Disponível em: <http://franciscojaviertostado.com/2015/10/23/christine-de-pisan-el-feminismo-antes-del-feminismo/>. Acesso em 12 de janeiro de 2016.

UNION OF INTERNATIONAL ASSOCIATIONS.ORG. Disponível em <http://www.uia.org/>. Acesso em 02 de novembro de 2015.

UNITED NATIONS.ORG. Global Issues: Women. Disponível em: <http://www.un.org/en/globalissues/women/>. Acesso em 06 de novembro de 2015.

UNITED STATES GOVERNMENT PUBLISHING OFFICE. Hillary Rodham Clinton: U.S. SENATOR FROM NEW YORK. Disponível em: <https://www.gpo.gov/fdsys/pkg/CDOC-111sdoc28/pdf/CDOC-111sdoc28.pdf>. Acesso em 12 de abril de 2016.

UN WOMEN. Press release: Sluggish progress on women in politics will hamper development. Disponível em: <http://www.unwomen.org/en/news/stories/2015/3/press-release-sluggish-progress-on-women-in-politics-will-hamper-development#sthash.Kq4szoBJ.FrtYjAb8.dpuf>. Acesso em 15 de novembro de 2015.

UN WOMEN. Facts and Figures: Ending Violence against Women. Disponível em: <http://www.unwomen.org/en/what-we-do/ending-violence-against-women/facts-and-figures>. Acesso em 20 de janeiro de 2016.

UN WOMEN. World Statistics Day 2015. Progress of the World's Women 2015- 2016. Disponível em: <http://progress.unwomen.org/en/2015/>. Acesso em 10 de fevereiro de 2016.

UN WOMEN. Women in Politics: 2015. Disponível em: http://www2.unwomen.org/~media/headquarters/attachments/sections/news/stories/2015/femmesenpolitique_2015_web_anglais.pdf?v=1&d=20150527T150327. Acesso em 03 de janeiro de 2016.

VIEIRA, Evaldo. Os direitos e a política social. São Paulo: Cortez, 2009.

VIEIRA, Ivânia. O discurso operário e o espaço da fala da mulher. Manaus: Editora Valer, 2002.

VON, Cristina. Cultura de paz: o que os indivíduos, grupos, escolas e organizações podem fazer pela paz no mundo. São Paulo: Peirópolis, 2003.

WEST, Darrell M. How Hillary Clinton Can Become America's First Female President. Disponível em <http://www.insidepolitics.org/heard/HillaryClinton.pdf>. Acesso em 01 de outubro de 2015.

WHITWORTH, Sandra. Gender, international relations and the case of The ILO. *Review of International Studies*, Volume 20, No. 4, October 1994, pp. 389-405. Disponível em: <http://www.yorku.ca/sandraw/Whitworth%20in%20RIS%201994.pdf>. Acesso em 15 de novembro de 2015.

WOLLSTONECRAFT, Mary. *Reivindicação dos Direitos das Mulheres*. Tradução e notas de Andreia Reis do Carmo. São Paulo: Edipro, 2015.

WORLD BANK. Relatório Sobre Desenvolvimento Mundial de 2012: Igualdade de Gênero e Desenvolvimento. The International Bank for Reconstruction and Development. Washington D.C. Disponível em <<http://siteresources.worldbank.org/INTWDR2012/Resources/7778105-1299699968583/7786210-1315936231894/Overview-Portuguese.pdf>>. Acesso em 03 de janeiro de 2016.

WORLD ECONOMIC FORUM. The Global Gender Gap Report 2014. Disponível em <http://reports.weforum.org/global-gender-gap-report-2014/>. Acesso em 15 de novembro de 2015.

YOUNGS, Gillian. Feminist International Relations: a contradiction in terms? Or: why women and gender are essential to understanding the world 'we' live in. *International Affairs*, 2004. Disponível em: < <http://www.ic.ucsc.edu/~rlipsch/Pol272/Youngs.pdf>>. Acesso em 17 de setembro de 2015.

ÍNDICE

UMA ABORDAGEM NO FEMININO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: O PAPEL DA MULHER NOS CONFLITOS

<u>INTRODUÇÃO</u>	9
<u>CAPÍTULO 1: Súmula histórica do papel das mulheres na sociedade</u>	11
1.1. Na Idade Antiga (4000 a.C. até 476 d.C.)	13
1.2. Na Idade Média (476 d.C. até 1453 d.C.)	16
1.3. Na Idade Moderna (1457 d.C. até 1789 d.C.)	20
1.3.1. O papel da mulher no período colonial brasileiro	25
1.4. Na Idade Contemporânea (1789 d.C. até os dias atuais)	26
<u>CAPÍTULO 2: A evolução dos direitos das mulheres</u>	33
2.1. O Feminismo	34
2.2. A Evolução dos direitos das mulheres no mundo	44
<u>2.2.1. O Direito ao Voto</u>	45
<u>2.2.2. Direito à Propriedade Privada e ao Divórcio</u>	52
<u>2.2.3. Direito ao Trabalho e Educação</u>	59
<u>2.2.4. Direitos Reprodutivos</u>	68
2.3. Os direitos das mulheres ao redor do mundo na atualidade	70
<u>CAPÍTULO 3: As mulheres atuantes nas relações internacionais</u>	72
3.1. As cidadãs comuns	79
<u>3.1.1. O Movimento das Mães da Praça de Maio</u>	81
<u>3.1.2. Damas de Branco</u>	84
<u>3.1.3. Asmaa Mahfouz</u>	85
<u>3.1.4. Malala Yousafzai</u>	87
3.2. As mulheres militares e paramilitares	91
<u>3.2.1. Damas da Força do Sol</u>	97
<u>3.2.2. As mulheres indonésias e as Forças Armadas</u>	99
3.3. As mulheres religiosas	100
<u>3.3.1. <i>European Women of Faith</i></u>	104

<u>3.3.2. Religiões pela Paz: A Rede Global das Mulheres de Fé</u>	105
<u>3.3.3. Madre Teresa de Calcutá</u>	107
<u>3.3.4. Fahima Hashim</u>	108
3.4. As mulheres políticas	110
<u>3.4.1. Margaret Thatcher</u>	118
<u>3.4.2. Rainha Isabel II</u>	121
<u>3.4.3. Angela Merkel</u>	123
<u>3.4.7. A diplomacia das Primeiras-Damas</u>	124
A) Eleanor Roosevelt	126
B) Hillary Clinton	129
3.5. As mulheres empresárias	133
3.6. As mulheres no serviço diplomático	138
<u>CAPÍTULO 4: As mulheres nas Organizações Internacionais</u>	143
4.1. Na Organização Internacional do Trabalho	148
4.2. Na Organização das Nações Unidas	155
4.3. Outras atuações pela igualdade de gênero em Organismos Internacionais	161
<u>CONCLUSÃO</u>	163
<u>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</u>	165